

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
UNIOESTE/ *CAMPUS* TOLEDO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – MESTRADO**

RAFAEL HAMM FARO

**O CONSERVADORISMO DE MICHAEL OAKESHOTT:
UMA ANÁLISE DO ENSAIO *ON BEING CONSERVATIVE*.**

TOLEDO

2018

RAFAEL HAMM FARO

**O CONSERVADORISMO DE MICHAEL OAKESHOTT:
UMA ANÁLISE DO ENSAIO *ON BEING CONSERVATIVE*.**

Dissertação apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Mestrado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, *campus* Toledo, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Área de concentração: Fronteiras, Identidades e Políticas Públicas.

Linha de Pesquisa: Democracia e Políticas Públicas.

Orientadora: Prof^a. Dra. Vania Sandeleia Vaz da Silva.

TOLEDO

2018

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

FARO, Rafael Hamm
O CONSERVADORISMO DE MICHAEL OAKESHOTT: UMA ANÁLISE DO
ENSAIO ON BEING CONSERVATIVE. / Rafael Hamm FARO;
orientador(a), Vania Sandeleia Vaz da Silva, 2018.
118 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste
do Paraná, Campus de Toledo, Centro de Ciências Humanas e
Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2018.

1. Pensamento Político. 2. Conservadorismo. 3. Michael
Oakeshott. 4. On Being Conservative. I. Silva, Vania
Sandeleia Vaz da . II. Título.

RAFAEL HAMM FARO

**O CONSERVADORISMO DE MICHAEL OAKESHOTT:
UMA ANÁLISE DO ENSAIO *ON BEING CONSERVATIVE*.**

Esta dissertação foi julgada adequada à obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Mestrado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Unioeste, *campus* Toledo, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Vania Sandeleia Vaz da Silva
Centro de Ciências Humanas e Sociais
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste – Campus de Toledo.

Prof^a. Dra. Karla Lisandra Gobo Pinto
Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas
Campinas – SP

Prof. Dr. Geraldo Magella Neres
Centro de Ciências Humanas e Sociais
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste – Campus de Toledo.

Toledo, 19 de dezembro de 2018.

"não é inconsistente ser conservador na hora de governar e radical com todo o resto".

Michael Oakeshott.

Dedico esse trabalho especialmente a minha esposa, bem como ao meu pai (*in memoriam*) e mãe.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a minha esposa Manu pela compreensão, tolerância e paciência por me aturar na elaboração deste trabalho.

A minha querida Vicky (*cachorrinha* mais querida do mundo) pela companhia e descontração ímpares, que sem dúvida tiravam o estresse inerente aos estudos.

A todo corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Mestrado da Unioeste, que me conduziram a enxergar o mundo com outros olhos e passar a ter um senso crítico mais humano e condizente com a realidade. Certamente reformularam meus ideais e remoldaram meu caráter.

A Marilucy pela habitual prontidão em me atender nos mais variados pedidos.

Aos colegas que conheci e aos amigos de sempre.

Por fim, em especial a professora e orientadora Vânia, que me aceitou como aluno especial e abriu as portas para que pudesse ingressar como aluno regular deste programa. Sem isso, provavelmente não teria chegado a esse ponto.

FARO, Hamm Rafael. **O conservadorismo de Michael Oakeshott: uma análise do ensaio *On Being Conservative***. 2018. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Mestrado). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo-PR.

RESUMO

Michael Oakeshott apresenta a essência de seu pensamento conservador em um ensaio intitulado *On Being Conservative*. O objetivo desse estudo foi analisar como o conservadorismo se expressa nas ideias desse autor, partindo de uma breve análise do que constituiu o pensamento conservador em geral, seguindo para o modo como os princípios conservadores aparecem na obra de Oakeshott. Trata-se de uma revisão bibliográfica que pretende compreender e apresentar os principais elementos do pensamento conservador a partir da abordagem de um autor que vem sendo lido e divulgado no Brasil, pois foi capaz de mostrar que psicologicamente os seres humanos expressam disposições conservadoras que poderiam, na sua visão, justificar um tipo de conservadorismo político específico: ampliar o liberalismo na economia mantendo, contudo, valores e tradições conservadoras em termos de costumes e comportamentos, quer dizer, uma postura que pode ser definida como conservadorismo liberal.

Palavras-Chave: Pensamento Político; Conservadorismo, Michael Oakeshott.

ABSTRACT

Michael Oakeshott presents the essence of his conservative thinking in an essay entitled *On Being Conservative*. The study objective was to analyze how conservatism is expressed in the author's ideas, starting from a brief analysis from what constituted conservative thinking in general, following through how the way that conservative principles appear in the Oakeshott work. It is about a bibliographical review that intends to understand and present the main elements of conservative thinking based on the approach of an author who has been read and divulged in Brazil, because it was able to show that psychologically human beings express conservative dispositions that could, in their view, justify a specific type of political conservatism: to broaden liberalism in the economy, keeping, however, conservative values and traditions in terms of customs and behaviors, that is, a posture that can be defined as liberal conservatism.

Key words: Political Thought, Conservatism. Michael Oakeshott.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPITULO 1 – FUNDAMENTOS DO PENSAMENTO CONSERVADOR	13
CAPÍTULO 2 - MICHAEL OAKESHOTT: VIDA E OBRA	39
2.1 - O PENSAMENTO CONSERVADOR DE MICHAEL OAKESHOTT E ANÁLISE DO ENSAIO <i>ON BEING CONSERVATIVE</i>	48
CAPÍTULO 3 – REFLEXÃO DA FILOSOFIA DE MICHAEL OAKESHOTT	67
3.1 CRÍTICA DA IDEIA DE IDEOLOGIA EM OAKESHOTT	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS	102
ANEXOS	111
A - O IDEAL HUMANO NAS OBRAS DE MICHAEL OAKESHOTT	111
B – BIBLIOGRAFIA DE MICHAEL OAKESHOTT.....	116
TABELA 1 - Bibliografia de Oakshott	116
TABELA 2 – Bibliografia após sua morte	117

INTRODUÇÃO

O ensaio *On Being Conservative* de Michael Oakeshott tem sido divulgado nos círculos conservadores brasileiros, e, para compreender porque tal texto tem sido escolhido para apresentar e explicar o que é ser um "conservador" – visando conquistar seguidores para esse posicionamento político – analisamos algumas vertentes do pensamento conservador com o objetivo de identificar seus principais elementos para depois compreender como se apresentam no pensamento do autor.

Pode-se considerar que Michael Oakeshott transita no limiar do pensamento conservador e liberal numa permanente tensão, assim, o estudo busca apresentar uma reflexão sobre algumas de suas obras, explicitando os aspectos relevantes do seu conservadorismo liberal¹ cuja essência está expressa no ensaio *On Being Conservative*. O objetivo desse estudo foi analisar como o conservadorismo se expressa nas ideias desse autor, partindo de uma breve análise do que constituiu o pensamento conservador em geral, seguindo para o modo como os princípios conservadores aparecem na obra de Oakeshott.

A proposta foi compreender e apresentar os principais elementos do pensamento conservador a partir da abordagem de um autor que vem sendo lido e divulgado no Brasil, ao afirmar que “psicologicamente” existiria uma tendência de os seres humanos expressam disposições conservadoras que poderiam justificar um tipo de conservadorismo político específico, que visaria ampliar o liberalismo na economia, mantendo, contudo, valores e tradições conservadoras (tradicionais) em termos de costumes e comportamentos, quer dizer, uma postura que pode ser definida como conservadorismo liberal.

Assim, no primeiro capítulo são apresentados os fundamentos do pensamento conservador – a partir de alguns de seus precursores e expoentes – abordando seu surgimento histórico. O alinhamento das vertentes conservadoras entre o liberalismo ocorre principalmente na mudança do contexto europeu após a consolidação da revolução industrial. As características tradicionais do conservadorismo sofrem perda de

¹ Essa aproximação entre ambas as correntes de pensamento pode ser explicado pelo fato de a ideologia dominante moderna ser liberal. Pode-se discutir se isso seria um liberalismo clássico ou neo-liberalismo por exemplo, mas sendo uma ideologia dominante faz todo o sentido que os conservadores a defendam.

identidade e suas características são readaptadas para a nova realidade, absorvendo nesse momento caracteres do liberalismo. Nisso, oportuna seria a análise de Oakeshott como filósofo no intuito de desmistificar o movimento, tendo o feito a ponto de chamar atenção de estudiosos e sedimentar sua característica diferencial.

No segundo capítulo apresentamos alguns eventos importantes a respeito da vida e obra de Michael Oakeshott, para considerar, em seguida, seu pensamento conservador tal como apresentado no ensaio *On Being Conservative*. Cabe notar que ele tenta deslocar o conservadorismo de um posicionamento político (e filosófico ou ideológico) para uma disposição psicológica, ou um "modo de ser" que seria comum a todos os seres humanos (pois todos, afirma, precisam de alguma estabilidade para sobreviver). Depois, tenta mostrar que sendo uma disposição natural, poderia ser a melhor postura na política (de modo que a política não seria adequada para pessoas jovens que ainda não desenvolveram plenamente sua adesão ao que é "familiar" e permanente e ainda preferem "ousar" e experimentar alternativas diferentes daquelas legadas pelo hábito ou costume).

Por fim, no terceiro capítulo abordamos as questões pontuais de cunho filosófico do autor, que enfrentou a questão sob sua análise peculiar de ceticismo, conectando-o diretamente ao liberalismo econômico ao correlaciona-lo à associação civil e rebaixando a atuação do Estado à mera manutenção da ordem. De igual forma, a análise filosófica de sua "política de fé" e "política do ceticismo" é imprescindível para entender a correlação entre conservadorismo e liberalismo, embasando as relações de governo à atividade de governar e ser governado. Isso porque é necessário entender a ênfase dada em *On Being Conservative* quando nega a equiparação da posição conservadora com um comportamento que poderia ser entendido como religioso, em específico quando se debate a relação política-sociedade.

CAPITULO 1 – FUNDAMENTOS DO PENSAMENTO CONSERVADOR

Para compreender melhor a tipologia do conservador proposto por Michael Oakeshott, iniciamos abordando brevemente alguns dos fundamentos do pensamento conservador em geral, em algumas das suas vertentes, por meio de ordem cronológica e autores específicos que remontam aos principais precursores do conservadorismo afins ao autor.

De início, o conservadorismo pode ser considerado uma filosofia política e social que promove instituições sociais tradicionais no contexto da cultura e da civilização na qual surge e busca se consolidar. Os princípios centrais do conservadorismo incluem, por exemplo, elementos como a importância de manter a tradição, a ideia da inevitável imperfeição humana, a importância de conceber a sociedade como orgânica, a busca de se manter a hierarquia, a autoridade e os direitos de propriedade.

Os conservadores já buscaram preservar uma série de instituições como a monarquia, a religião, o governo parlamentar e os direitos de propriedade, com o objetivo de enfatizar a estabilidade e a continuidade da sociedade que queriam "conservar". Os elementos mais extremos - reacionários - se opõem ao modernismo e buscam um retorno ao "modo como as coisas eram" (NORTON, 2005).

O termo foi usado, por exemplo, no contexto político de 1818 com François-René de Chateaubriand que, durante o período da Restauração Bourbon, buscava reverter as políticas promovidas pela Revolução Francesa. Historicamente associado à política de direita, o termo tem sido usado para descrever uma ampla gama de visões. Não há um conjunto único de políticas consideradas conservadoras porque o significado de conservadorismo depende do que é considerado tradicional em um determinado lugar e tempo. Assim, conservadores de diferentes partes do mundo - cada um defendendo suas respectivas tradições - podem discordar em uma ampla gama de questões (MINOQUE, 2008).

Um dos conservadores mais conhecidos foi Edmund Burke, que, no século 18 se opôs à Revolução Francesa, mas apoiou a Revolução Americana, e costuma ser creditado como um dos principais teóricos do conservadorismo na Grã-Bretanha na

década de 1790. De acordo com Quintin Hogg, o presidente do Partido Conservador britânico em 1959:

O conservadorismo não é tanto uma filosofia como uma atitude, uma força constante, desempenhando uma função atemporal no desenvolvimento de uma sociedade livre, e correspondendo a uma profunda e permanente exigência da própria natureza humana (p. 97).

Em contraste com a definição de conservadorismo baseada na tradição, alguns teóricos políticos como Corey Robin definem o conservadorismo principalmente em termos de uma defesa geral da desigualdade social e econômica. A partir dessa perspectiva, o conservadorismo é menos uma tentativa de defender as instituições tradicionais e mais "uma meditação sobre - e uma interpretação teórica - da experiência sentida de ter poder, vê-lo ameaçado e tentar reconquistá-lo" (NORTON, 2005 p. 43). Por este prisma seria possível dizer que só é, ou só se busca ser conservador, quando se tem algo a perder, realçando assim a defesa que os conservadores fazem do status quo.

Spencer (2009) destaca que um significado secundário para o termo conservadorismo liberal que se desenvolveu na Europa é uma combinação de visões mais conservadoras (menos tradicionalistas) com as do liberalismo. Isso se desenvolveu como uma oposição às visões mais coletivistas do socialismo. Muitas vezes, isso envolve enfatizar o que agora são visões conservadoras da economia de livre mercado e da crença na responsabilidade individual, com visões social-liberais de defesa dos direitos civis, ambientalismo e apoio a um estado de bem-estar limitado. Na Europa continental, isso às vezes também é traduzido para o inglês como conservadorismo social.

Já Minoque (2008) diz que o liberalismo conservador é uma variante do liberalismo que combina valores e políticas liberais com posições conservadoras, ou mais simplesmente a direita do movimento liberal. As raízes do liberalismo conservador são encontradas no início da história do liberalismo. Até as duas Guerras Mundiais, na maioria dos países europeus, a classe política era formada por liberais conservadores, da Alemanha à Itália. Eventos após a Primeira Guerra Mundial trouxeram a versão mais radical do liberalismo clássico para um tipo de liberalismo mais conservador (ou seja, mais moderado).

Os conservadores tipicamente vêem Richard Hooker (1554-1600) como o pai fundador do conservadorismo, junto com o marquês de Halifax (1633-1695), David Hume (1711-1776) e Edmund Burke (1729-1797). Halifax promoveu o pragmatismo no governo enquanto Hume argumentou contra o racionalismo político e o utopismo (HEIDEGGER, 2013). A seguir apresentamos uma reflexão inicial de como o conservadorismo se expressa em alguns autores, não de modo exaustivo, mas com o propósito de mostrar as variações que tal pensamento pode assumir.

Para Montaigne, por exemplo, um conservador é alguém que abomina inovações e que vê a sociedade humana como algo que simplesmente não pode ser melhorada pela razão humana: a sociedade seria uma criação de milhares de anos de história, dos projetos de milhões de indivíduos e seria mantida unida pelo tecido das instituições sociais tradicionais que emergiram no processo da história. Não se trata do ser “conservador” no sentido que tem na política americana moderna, embora certamente haja muitos traços compartilhados. Em vez disso, refere-se aqui, ao sentido mais literal e talvez original de alguém que simplesmente vê a conservação da estrutura institucional da sociedade como a melhor política. O cético, por sua vez, leva a sério que todo julgamento é falível e que depende de outros meios de justificar o comportamento humano além do raciocínio como tradição (Montaigne, 2002). Por essa razão, o autor precisa ser mencionado entre os precursores do conservadorismo, seguido de David Hume (1711 a 1776) que é, algumas vezes, considerado um precursor do conservadorismo de Burke. Para Neiman:

Burke usou as alegações de [Hume] sobre a impotência da razão e a subsequente dependência da mente do costume e do hábito de argumentar contra as tentativas radicais de mudar a ordem estabelecida. (NEIMAN, 2011, p. 294)

O contratualismo residual de Burke poderia ser contrastado com o de Hume e sua teoria das origens da sociedade e do governo que colocou o conservadorismo político em uma base muito mais sólida e mais realista (COBBAN, 1960, p. 51). Porém, outros afirmam que Hume é um liberal. John Stewart rejeita a imagem de Hume agarrado a uma série de costumes e artifícios, porque, como um cético, ele não teria alternativa, já que

confiaria que "pela experiência e reflexão" os filósofos poderiam "alcançar verdadeiros princípios" (STEWART 2014 p. 8).

Mill (2010) afirmou que Hume era o fundador do positivismo lógico, que sustentava que todos os juízos de valor metafísicos, religiosos e de valor seriam cognitivamente insignificantes, expressando sentimentos meramente subjetivos. Além disso, a suposta hostilidade de Hume à religião, pareceria colocá-lo fora da tradição conservadora. Mas Hume também poderia ser visto como uma das figuras fundamentais da tradição conservadora. Sobre o tema, discorrem Neres, Dombrowsky e Silva (2016):

Contraditoriamente, ainda que um renomado pensador liberal como Stuart Mill pudesse defender a extensão do direito de voto além da barreira estabelecida pela propriedade, os mais fortes impulsos nesse sentido, ao lado dos movimentos dos trabalhadores, partiram de líderes políticos conservadores e/ou autoritários como o segundo Bonaparte na França, Benjamim Disraeli na Inglaterra e Bismarck na Alemanha, os quais, cada qual em seu tempo, lograram êxito em significativas reformas nos sistemas político e de proteção social em seus países (p. 125)

Russell Kirk definiu a tradição conservadora como essencialmente uma crítica da ideologia na política, exemplificada inicialmente na Revolução Francesa e exposta e criticada pela primeira vez em 1790, pelo texto *Reflexões sobre a Revolução na França*, de Edmund Burke. Na visão de Burke (e de Kirk), uma sociedade política normal ou saudável repousa no gozo de tradições e práticas herdadas. A arte da política seria preservar esses arranjos gerais e, quando necessário, corrigi-los recorrendo a princípios já neles contidos. Um estilo ideológico de política, no entanto, imagina uma ordem alternativa de política conhecida pela razão, inteiramente independente da tradição e expressa em um conjunto de princípios abstratos. Para o ideólogo, a tarefa da política é instanciar essa ordem social alternativa (e filosoficamente "correta"). Como discutiremos mais adiante, essa definição anti-ideológica do conservadorismo é problemática, justamente porque ela acaba ignorando o que há de ideológico na posição conservadora, servindo a um propósito político.

Se considerarmos, no entanto, o conservadorismo essencialmente como uma crítica da ideologia, então Hume poderia ser considerado como figura fundadora na tradição conservadora, porque foi o primeiro a lançar uma crítica sistemática das ideologias modernas. A crítica é baseada em uma distinção que Hume faz entre "filosofia

verdadeira” e “filosofia falsa” que foi forjada em seu primeiro trabalho, *Um Tratado da Natureza Humana* (1739-40), e que percorre todos os seus escritos, incluindo seus escritos históricos.

O que Hume chama de "falsa filosofia" é o que descreveríamos hoje como "ideologia", um termo indisponível para David Hume ou Burke.

Ainda segundo David Hume, o ato filosófico do pensamento é estruturado por três princípios: supremacia, autonomia e domínio. Primeiro, as alegações filosóficas pretendem fornecer uma compreensão incondicionada do que é pensado para ser, em última instância, real. Em segundo lugar, a filosofia é autônoma, isto é, autodeterminada. O filósofo não pode (sem deixar de ser um filósofo) submeter-se à autoridade pré-reflexiva do costume, da tradição ou dos dogmas dos sacerdotes e poetas. Terceiro, as afirmações filosóficas sobre o real, fundamentadas na razão autônoma do filósofo, têm um título para dominar o domínio do pré-reflexivo (Hume, 1998).

O que Hume afirmou foi que esses princípios da razão filosófica são incompatíveis com a natureza humana. Quando soltos da autoridade do pré-reflexivo, os seres humanos ficam indeterminados e não podem estabelecer julgamento algum. Mas os filósofos tipicamente não reconhecem isso; em vez disso, eles secretamente contrabandeam seus preconceitos favoritos dos costumes pré-reflexivos e os descartam como princípios universais inteiramente livres da autoridade do costume. Ao fazê-lo, eles enganam a si mesmos e aos outros. E como o objetivo da verdade filosófica é o autoconhecimento, essa forma de razão filosófica é falsa no sentido de ser auto-enganadora. (Hume, 1998, p. 76).

O que os estágios da dialética de Hume revelam é que ninguém é filósofo, a menos que instancie os princípios da supremacia, autonomia e domínio; mas ninguém é um verdadeiro filósofo, a menos que ele veja que esses princípios são incoerentes com a natureza humana. Em suma, ninguém pode ser um verdadeiro filósofo que não passou pelo fogo e pelo desespero da falsa filosofia, um *insight* alcançado apenas por meio do raciocínio dialético: “Ao considerar esse assunto, podemos observar uma gradação de três opiniões que se elevam umas sobre as outras. De acordo com as pessoas que os formam, adquirem novos graus de razão e conhecimento. Essas opiniões são as do vulgar [o pré-reflexivo], o da falsa filosofia e o do verdadeiro; onde encontraremos sob

investigação, que a verdadeira filosofia se aproxima mais dos sentimentos do vulgo do que aos de um conhecimento equivocado” (TRIPP, 2006).

Ao contrário de Stuart Mill e de muitos outros, Hume não era um cético niilista. O ceticismo total é apenas um momento na dialética da filosofia verdadeira e falsa e que, necessariamente, decorre da autonomia da filosofia que nega autoridade ao pré-reflexivo. Uma vez que a verdadeira filosofia ensina que o costume é presumido verdadeiro, a menos que seja demonstrado de outra forma, Hume não pode ter nenhuma objeção a priori à religião, mesmo à religião revelada, se puder ser coerente com outras crenças primordiais na vida comum. Muitas formas de religião revelada não conseguem atender a esse teste, mas Hume pensava que o teísmo básico (a crença de que o universo é o trabalho de uma única inteligência intencional) não é apenas coerente com nossas crenças naturais mais profundas, mas é realmente pressuposto por elas (Mill, 2010).

Se o conservadorismo é uma crítica da ideologia na política, então pode-se dizer que Hume, não Burke, teria sido o primeiro conservador já que foi o primeiro a elaborar uma crítica filosófica sistemática da ideologia (Mill, 2010). Contudo, quem costuma ser tratado como o principal precursor do conservadorismo é Edmund Burke cujo pensamento (ou opiniões) eram uma mistura de liberalismo e conservadorismo.

Burke apoiou a Revolução Americana de 1765-1783, mas abominou a violência da Revolução Francesa (1789-1799). Membro atuante do *Whig* – partido inglês de cunho liberal – aceitou os ideais liberais de propriedade privada e a economia de Adam Smith (1723-1790), mas pensou que a economia deveria permanecer subordinada à ética social conservadora, que o capitalismo deveria estar subordinado à tradição social medieval e que a classe executiva deveria ser subordinada à aristocracia (HEIDEGGER, 2013). Insistiu em padrões de honra derivados da tradição aristocrática medieval e viu a aristocracia como líderes naturais da nação. Isso significava limites aos poderes da Coroa, uma vez que ele achava que as instituições do Parlamento estavam mais bem informadas do que as comissões indicadas pelo executivo. Ele favoreceu uma igreja estabelecida, mas permitiu um certo grau de tolerância religiosa (COUTINHO, 2011).

Burke já incitava o ceticismo à utopia política (algo que Oakeshott também faz como veremos), com um Estado não dirigente mas defensor de “uma sociedade civil engajada e não mediada pelo governo” (PEREIRA, 2016, p. 94). Burke justificou a ordem

social com base na tradição: a tradição representava a sabedoria da espécie e ele valorizava a harmonia comunitária e social sobre as reformas sociais. Foi um dos principais teóricos da sua época, achando o idealismo extremo (Tory ou Whig) uma ameaça às liberdades mais amplas e (como Hume) rejeitando a razão abstrata como um guia incorreto para a teoria política, principalmente porque a abstração traria consigo, segundo Burke, a falta de certeza que a empiria proporciona, justamente por ser descolada da realidade. Apesar de sua influência no futuro pensamento conservador, nenhum desses primeiros colaboradores estava explicitamente envolvido na política conservadora. (CROWTHER, 1996).

Nisso, Russell Kirk foi um teórico político americano, moralista, historiador, crítico social e crítico literário, conhecido por sua influência no conservadorismo americano do século XX. Seu livro de 1953, *The Conservative Mind*, deu forma ao movimento conservador no pós Segunda Guerra Mundial ao menos nos Estados Unidos. Ele traçou o desenvolvimento do pensamento conservador na tradição anglo-americana, dando especial importância às ideias de Edmund Burke. Kirk foi considerado o principal proponente do conservadorismo tradicionalista (LESSA, 2013).

Kirk acreditava que, se "sua" nação crescesse e prosperasse, deveria lembrar e compreender as raízes históricas a partir das quais ela crescia. Fundamentou seu conservadorismo burkeano na tradição, na filosofia política, na literatura religiosa e na forte fé religiosa de seus últimos anos, em vez do libertarianismo e do raciocínio econômico do livre mercado. A mente conservadora dificilmente menciona a economia (NETTO, 2005). Para ele o conservadorismo:

[...] “Não é um conjunto de teorias levantadas por algum filósofo armado. Pelo contrário, a convicção conservadora resulta da experiência, da experiência da espécie, da nação, da pessoa. É o estadista prático e não o recluso visionário, que mantém uma tensão saudável entre as exigências da autoridade e a reivindicações de liberdade (KIRK, 2014 p. 67)

Nesse sentido, pode-se dizer que Kirk é a pessoa que pode ser a maior responsável pelo surgimento de um movimento conservador intelectualmente vigoroso e politicamente viável no final do século passado (SANTOS, 2007). Na opinião de Horton (2005), Kirk queria um conservadorismo da imaginação, da educação liberal e da dignidade humana. Vitalmente, ele queria um conservadorismo que encontrasse todas

as pessoas, independentemente de seus acidentes de nascimento, como manifestações individuais do Logos externo e universal.

Outra forma de conservadorismo se desenvolveu na França paralelamente ao conservadorismo na Grã-Bretanha. Foi influenciado pelos trabalhos do contra iluminismo por homens como Joseph de Maistre e Louis de Bonald. O conservadorismo latino era menos pragmático e mais reacionário que o conservadorismo de Burke (SANTOS, 2007).

Muitos conservadores continentais ou tradicionalistas não apoiam a separação entre Igreja e Estado, com a maior parte do apoio do Estado ao reconhecimento e cooperação com a Igreja Católica, tal como existia na França antes da Revolução. Por fim, os conservadores acrescentaram o patriotismo e o nacionalismo à lista de valores tradicionais que defendem. Os conservadores foram os primeiros a abraçar o nacionalismo, que antes estava associado ao liberalismo e à Revolução na França (NETTO, 2009).

Para João Pereira Coutinho (2014, p.15), o conservadorismo não existe no "singular" pois o que existem são *conservadorismos* – no plural – justificando a expressão e importância da ideologia em tempo/espaço. Aqui cabe um breve comentário sobre alguns *tipos* de conservadorismo, destacados na literatura nacional e internacional, e também necessário compreender diferentes conceitos e empregabilidades, pois conforme já dizia Bonazzi (1992), o conservadorismo pode ser identificado por certas atitudes ou valores e pode ser rastreado até a era do Iluminismo e da Revolução Francesa.

Assim, Burke (2014) também desencadeou uma reflexão sobre o conservadorismo, destacando que ele não mudou realmente, mas as circunstâncias em torno dele mudariam com o tempo e, portanto, essa ideologia teve que reagir e se alterar para sobreviver. Nesse caso, em se tratando do conservadorismo dentro da política, embora no momento o partido esteja lutando devido a essa capacidade de mudar, seria imprudente descartá-los como uma força política.

Assim, popularmente, “conservador” é frequentemente um termo genérico para “o ponto de vista da direita que ocupa o espectro político entre o liberalismo e o fascismo”. Comentaristas filosóficos oferecem uma caracterização mais distinta. Muitos o tratam como um ponto de vista que é cético em relação ao raciocínio abstrato na política, e que,

em vez disso, apela à tradição viva, permitindo a possibilidade de uma reforma política limitada. Sob esse ponto de vista, o conservadorismo não é nem reação dogmática, nem radicalismo de direita de Margaret Thatcher ou “neoconservadores” americanos contemporâneos. Outros comentadores, no entanto, contrastam esse “conservadorismo pragmático” com um “conservadorismo racionalista” universalista que não é cético em relação à razão, e que considera uma comunidade com uma hierarquia de autoridade mais condizente com o bem-estar humano (SKORUPSKI 2015).

O conservadorismo em sentido amplo, como atitude social, sempre existiu. Expressa o medo humano instintivo de mudança repentina e tendência à ação habitual. De acordo com os conservadores, as instituições e a moral evoluem, suas fraquezas tornam-se aparentes e óbvios abusos políticos são corrigidos; mas as instituições antigas incorporam uma sabedoria tácita que merece respeito. Os conservadores são céticos quanto ao planejamento constitucional, econômico ou cultural em larga escala, porque o comportamento e as instituições evoluíram através da sabedoria das gerações, que não podem ser facilmente articuladas.

Daí o conceito estruturante de tradição do conservadorismo e sua deferência a instituições históricas não estatais, os “pequenos pelotões” de Burke na sociedade civil, incluindo a família, a comunidade e a igreja. Scruton chamou o seu significado de conservadorismo de “uma defesa um pouco hegeliana dos valores conservadores em face de sua traição pelo livre mercado”. É apenas um pouco hegeliano, porque para os conservadores burkeanos, a história não tem a direção moral ou espiritual que Hegel discerniu; não há progresso moral ou espiritual, e as pessoas pensam coletivamente em direção a um objetivo comum apenas durante uma crise como a guerra (Scruton, 2004, p. 67).

Anderson (2012) destaca que o conservadorismo é uma filosofia política e social que promove instituições sociais tradicionais no contexto da cultura e da civilização. Os princípios centrais do conservadorismo incluem tradição, imperfeição humana, sociedade orgânica, hierarquia e autoridade e direitos de propriedade.

Os conservadores procuram preservar uma série de instituições como monarquia, religião, governo parlamentar e direitos de propriedade com o objetivo de enfatizar a estabilidade social e a continuidade, enquanto os elementos mais extremos

chamados reacionários se opõem ao modernismo e buscam o retorno como as coisas eram (ARON, 2008)

De acordo com Quintin Hogg (2009) o presidente do Partido Conservador britânico em 1959: "O conservadorismo não é tanto uma filosofia como uma atitude, uma força constante, desempenhando uma função atemporal no desenvolvimento de uma sociedade livre e correspondendo a uma profunda e permanente exigência da própria natureza humana" (SCRUTON, 2004).

Em contraste com a definição de conservadorismo baseada na tradição – como já mencionado acima – teóricos políticos como Corey Robin definem o conservadorismo principalmente em termos de uma defesa geral da desigualdade social e econômica. Nessa perspectiva, o conservadorismo é menos uma tentativa de defender as instituições tradicionais como uma valorização da própria competição, "uma meditação sobre - e uma interpretação teórica - da experiência sentida de ter poder, vê-lo ameaçado e tentar reconquistá-lo (BECK, 2010).

O conservadorismo segundo Lessa (2013) pode ser descrito de diferentes vertentes conceituais, sendo uma delas o conservadorismo nacional, que também é descrito por Mises (2010) como um termo político usado principalmente na Europa para descrever uma variante do conservadorismo que se concentra mais nos interesses nacionais do que no conservadorismo padrão, bem como na defesa da identidade cultural e étnica, sem ser francamente nacionalista ou apoiando uma abordagem de extrema-direita. Na Europa, os conservadores nacionais são geralmente eurocéticos.

Segundo Netto (2011) o conservadorismo nacional é fortemente orientado para a família tradicional e estabilidade social, bem como a favor da limitação da imigração. Como tal, os conservadores nacionais podem ser distinguidos dos conservadores econômicos, para quem as políticas econômicas de livre mercado, a desregulamentação são as principais prioridades. Alguns comentaristas identificaram uma lacuna crescente entre o conservadorismo nacional e econômico: "[os] partidos da direita são dirigidos por conservadores econômicos que, em graus variados, marginalizaram conservadores sociais, culturais e nacionais" (LESSA, 2013 p. 56). O conservadorismo nacional também está relacionado ao conservadorismo tradicionalista.

Parsons (2010) destaca que o conservadorismo tradicionalista é uma filosofia política que enfatiza a necessidade dos princípios da lei natural e ordem moral transcendente, tradição, hierarquia e unidade orgânica, agrarianismo, classicismo e alta cultura, bem como as esferas de lealdade que se cruzam.

Conforme descrito por Topper (2013) alguns tradicionalistas adotaram os rótulos "reacionário" e "contra-revolucionário", desafiando o estigma que acompanha esses termos desde o Iluminismo (p. 90). Tendo uma visão hierárquica da sociedade, muitos conservadores tradicionalistas, incluindo alguns americanos, defendem a estrutura política monárquica como o arranjo social mais natural e benéfico.

Dentro dessa mesma linha de conceituação sobre conservadorismo, Santos (2007) destaca em seu estudo, mais duas vertentes influentes às questões políticas, sendo o conservadorismo cultural e o conservadorismo social. Na visão de Santos (2007) os conservadores culturais apoiam a preservação do patrimônio de uma nação ou de uma cultura compartilhada que não é definida pelas fronteiras nacionais. A cultura compartilhada pode ser tão divergente quanto a cultura ocidental ou a cultura chinesa. Nos Estados Unidos, o termo conservador cultural pode implicar uma posição conservadora na guerra cultural. Os conservadores culturais se apegam às formas tradicionais de pensar, mesmo diante de mudanças monumentais. Eles acreditam fortemente nos valores tradicionais e na política tradicional e muitas vezes têm um senso de nacionalismo urgente.

Já Huenemann (2012) aborda que o conservadorismo social é distinto do conservadorismo cultural, embora haja algumas sobreposições. Os conservadores sociais podem acreditar que a sociedade é construída sobre uma frágil rede de relacionamentos que precisam ser sustentados por dever, valores tradicionais e instituições estabelecidas; e que o governo tem um papel em encorajar ou impor valores ou comportamentos tradicionais. Um conservador social quer preservar a moralidade tradicional e os costumes sociais, muitas vezes se opondo ao que eles consideram políticas radicais ou engenharia social. A mudança social é geralmente considerada suspeita.

Um segundo significado do termo conservadorismo social desenvolveu-se nos países nórdicos e na Europa continental, onde segundo Mandel (1982) se refere aos conservadores liberais que apoiam os estados de bem-estar europeus modernos.

Conforme Santos (2007) os conservadores sociais (no primeiro sentido da palavra) em muitos países geralmente favorecem a posição pró-vida na controvérsia do aborto e se opõem à pesquisa com células-tronco embrionárias humanas, ou aprimoramento humano, modificações genéticas e afins (bioconservadorismo); apoiam uma definição tradicional de casamento como sendo um homem e uma mulher; ver o modelo de família nuclear como unidade fundacional da sociedade; opor-se à expansão do casamento civil e dos direitos de adoção de filhos a casais em relacionamentos do mesmo sexo; promover a moralidade pública e os valores familiares tradicionais ; opor-se ao ateísmo , especialmente ao ateísmo militante, ao secularismo e à separação da igreja e do estado; apoiam a proibição de drogas, prostituição e eutanásia ; e apoiar a censura da pornografia e o que eles consideram obscenidade ou indecência.

Meszaros (2002), diante dessas conceituações considerou, uma nova vertente para o conservadorismo, chamando de progressivo em seu estudo, que segundo ele incorpora políticas progressistas ao lado de políticas conservadoras. Destaca a importância de uma rede de segurança social para lidar com a pobreza, o apoio à redistribuição limitada da riqueza, juntamente com a regulamentação governamental para regular os mercados, no interesse dos consumidores e dos produtores.

Um exemplo de conservadorismo progressista é o que ocorreu nos Estados Unidos, quando da administração do presidente William Howard Taft. William era um progressista conservador e ele se descreveu como "um crente no conservadorismo progressista" e o também presidente Dwight D. Eisenhower se declarou um defensor do "conservadorismo progressista" (MESZAROS, 2002 p. 34).

Existe também um tipo de conservadorismo declarado por Hogg (1947) e comumente usados na literatura brasileira, o conservadorismo autoritário que segundo Santos (2007) refere-se a regimes autocráticos que centram sua ideologia em torno do nacionalismo conservador, e não do nacionalismo étnico, embora certos componentes raciais, como o anti-semitismo, possam existir.

Lessa (2013) destaca que os movimentos conservadores autoritários mostram uma forte devoção à religião, tradição e cultura, ao mesmo tempo que expressam nacionalismo fervoroso, semelhante a outros movimentos nacionalistas de extrema-direita. Exemplos de líderes conservadores autoritários incluem Antônio de Oliveira Salazar e Engelbert Dollfuss.

Os movimentos conservadores autoritários foram proeminentes na mesma época que o fascismo, com o qual às vezes se chocou. Embora ambas as ideologias compartilhassem valores centrais como o nacionalismo e tivessem inimigos comuns como o comunismo e o materialismo, havia um contraste entre a natureza tradicionalista do conservadorismo autoritário e a natureza revolucionária, palingática e populista do fascismo - assim era comum para regimes conservadores autoritários. Suprimir movimentos ascendentes fascistas e nacional-socialistas (LESSA, 2013).

Dentro desse contexto de definições do conservadorismo, pode-se mencionar o sociólogo Seymour Martin Lipset que examinou a base de classe da política extremista de direita na era de 1920-1960 e relatou:

Movimentos extremistas conservadores ou de direita surgiram em diferentes períodos da história moderna, desde os horthistas na Hungria, o Partido Social Cristão de Dollfuss na Áustria, o Stahlhelm e outros nacionalistas na Alemanha pré-Hitler, e Salazar em Portugal, até a pré-guerra. 1966 movimentos gaullistas e monarquistas na França e Itália contemporâneas. Os extremistas da direita são conservadores, não revolucionários. Eles buscam mudar as instituições políticas para preservar ou restaurar os aspectos culturais e econômicos, enquanto os extremistas do centro e da esquerda procuram usar meios políticos para a revolução cultural e social. O ideal do extremista direito não é um governante totalitário, mas um monarca ou um tradicionalista que age como um. Muitos desses movimentos na Espanha, Áustria, Hungria, Alemanha e Itália foram explicitamente monárquicos [...] os defensores desses movimentos diferem daqueles dos centristas, tendendo a ser mais ricos e mais religiosos, o que é mais importante em termos de um potencial para apoio de massa. (LIPSET, 1996, p. 45, XII – Prefácio).

Difícil dar uma definição precisa de conservadorismo político e por essa razão deve-se ter cuidado para associá-lo demais aos conservadores de hoje, mas há vários traços pessoais que um conservador político provavelmente terá: tendem a querer menos controle sobre o indivíduo, não gostam de doutrinas políticas fixas (SANTOS, 2007); como o *status quo* a ser mantido, em vez de qualquer mudança radical (NETTO, 2009);

embora a natureza do pensamento conservador possa mudar dependendo do tempo em que geralmente desejam manter a tradição – o presente – e olham para o passado como um guia, em vez de princípios fixos para o futuro (LESSA, 2013); deseja que o indivíduo floresça em termos de perseguir metas e alcançar realização (POPPER, 2013).

Os conservadores também querem uma boa ordem social e segurança, mesmo que isso seja à custa da liberdade, direitos e igualdade (IAMAMOTO, 2011).

Já como os traços do conservadorismo reacionário depende muito do que está acontecendo naquele tempo em um determinado lugar (LUKÁCS, 2012)

Por exemplo, na segunda metade do século XX, o conservadorismo olhou para a sociedade como um todo em contraste com o liberalismo e, em seguida, em contraste com o socialismo, Thatcher considerou o conservadorismo como significando o indivíduo.

Nesse sentido Lessa (2013) destaca que existem algumas constantes ao longo dessas reações: nacionalismo; oposição à ideologia rígida; respeito pelas tradições e visão paternalista da democracia. Na mesma toada, os valores centrais do conservadorismo, segundo Netto (2009) incluem: individualismo - onde as pessoas assumem responsabilidade pessoal por suas ações; sociedade orgânica - onde as pessoas têm posições na sociedade e que todos se integram e têm obrigações para com a comunidade; natureza humana - eles acreditam que os humanos são imperfeitos e não podem ser mudados; ordem e hierarquia - essencial para a continuação da sociedade para que haja estrutura e liderança; tradição - refere-se às crenças, instituições, costumes e práticas transmitidas de uma geração para outra; desigualdade - há uma aceitação de que, embora tenha conotações negativas, é uma necessidade para a sociedade progredir; propriedade privada - enfatizam a importância da propriedade como uma maneira de as pessoas serem parte da sociedade e como uma forma de contradizer o socialismo e pragmatismo - contraria a ideia de que o conservadorismo é totalmente contrário à mudança.

Assim sendo, Popper (2013) destaca que o conservadorismo pode ser usado para descrever os traços de personalidade de alguém como sendo conservadores, mas você pode ter elementos conservadores de ideologias ou partidos políticos. Por exemplo, Stalin foi chamado de comunista conservador, Tony Blair foi visto como conservador no Partido Trabalhista.

Por fim, cabe considerar duas vertentes: o conservadorismo liberal e o liberalismo conservador. O conservadorismo liberal incorpora a visão liberal clássica da intervenção mínima do governo na economia. Os indivíduos devem estar livres para participar do mercado e gerar riqueza sem interferência do governo. No entanto, indivíduos não podem ser completamente dependentes de agir responsavelmente em outras esferas da vida, portanto conservadores liberais acreditam que um estado forte é necessário para garantir que a lei e a ordem e as instituições sociais sejam necessárias para nutrir um senso de dever e responsabilidade nação. O conservadorismo liberal é uma variante do conservadorismo que é fortemente influenciado pelas posições liberais (BOBBIO, 2006).

Como esses dois últimos termos tiveram significados diferentes ao longo do tempo e entre países, o conservadorismo liberal também possui uma grande variedade de significados. Historicamente, o termo frequentemente se referia à combinação do liberalismo econômico, que defende os mercados do *laissez-faire*, com o conservadorismo clássico que se preocupa com tradição estabelecida, respeito pela autoridade e valores religiosos. Contrastou-se com o liberalismo clássico, que apoiava a liberdade do indivíduo nas esferas econômica e social (CROWTHER, 1996).

Com o passar do tempo, a ideologia conservadora geral em muitos países adotou argumentos econômicos liberais e o termo conservadorismo liberal foi substituído pelo conservadorismo. Este é também o caso em países onde as ideias econômicas liberais têm sido a tradição como os Estados Unidos e são, portanto, consideradas conservadoras. Em outros países onde os movimentos conservadores liberais entraram no *mainstream* político, como Itália e Espanha, os termos liberal e conservador podem ser sinônimos. A tradição conservadora liberal nos Estados Unidos combina o individualismo econômico dos liberais clássicos com uma forma burguesa de conservadorismo que também se tornou parte da tradição conservadora americana, como nos escritos de Russell Kirk (DUMÉNIL, 2014).

Nisso, um significado secundário para o termo conservadorismo liberal que se desenvolveu na Europa é uma combinação de visões mais conservadoras (menos tradicionalistas) com as do liberalismo social. Isso se desenvolveu como uma oposição às visões mais coletivistas do socialismo. Frequentemente, isso envolve enfatizar o que agora são visões conservadoras da economia de livre mercado e a crença na

responsabilidade individual, com visões social-liberais de defesa dos direitos civis, ambientalismo e apoio a um estado de bem-estar limitado (FERREIRA, 2010).

Já o Liberalismo conservador conforme Harvey (2013) é uma variante do liberalismo que combina valores e políticas liberais com posições conservadoras, ou mais simplesmente a direita do movimento liberal.

As raízes do liberalismo conservador conforme Kirk (2013) são encontradas no início da história do liberalismo. Até as duas Guerras Mundiais, na maioria dos países europeus, a classe política era formada por liberais conservadores, da Alemanha à Itália. Eventos após a Primeira Guerra Mundial trouxeram a versão mais radical do liberalismo clássico para um tipo de liberalismo mais conservador (ou seja, mais moderado).

Um terceiro conceito nessa diferenciação de conservadorismo e liberalismo, é destacado por Lukacs (2012) o denominado “conservadorismo libertário” que segundo o autor descreve certas ideologias políticas dentro dos Estados Unidos e do Canadá, que combinam questões econômicas libertárias com aspectos do conservadorismo. Seus quatro ramos principais são o constitucionalismo, o paleolibertarismo, o pequeno conservadorismo do governo.

Lukacs (2012) destaca que os conservadores libertários apoiam políticas rígidas de *laissez-faire*, como o livre comércio, a oposição a qualquer banco nacional e a oposição às regulamentações comerciais. Eles se opõem veementemente às regulamentações ambientais, bem-estar corporativo, subsídios e outras áreas de intervenção econômica.

Nesse sentido Lessa (2013) infere que muitos conservadores, especialmente nos Estados Unidos, acreditam que o governo não deve desempenhar um papel importante na regulação dos negócios e na administração da economia. Em geral, eles se opõem aos esforços para cobrar altas taxas de impostos e redistribuir renda para ajudar os pobres. Tais esforços, eles argumentam, não recompensam adequadamente as pessoas que ganharam seu dinheiro com muito trabalho.

Dentro desses conceitos, na opinião de Aron (2008) não tem como considerar o conservadorismo e o liberalismo na mesma linha de interpretação política.

Os liberais, segundo Aron (2008) acreditam na ação do governo para alcançar igualdade de oportunidades e igualdade para todos. É dever do governo aliviar os males sociais e proteger as liberdades civis e os direitos individuais e humanos. Já Lessa (2013) pontua que eles acreditam que o papel do governo deve ser garantir que ninguém esteja em necessidade. Políticas liberais geralmente enfatizam a necessidade de o governo resolver problemas.

Já os conservadores segundo Aron (2008) acreditam em responsabilidade pessoal, governo limitado, livre mercado, liberdade individual, valores tradicionais americanos e uma forte defesa nacional. Acredita que o papel do governo deveria ser proporcionar às pessoas a liberdade necessária para perseguir seus próprios objetivos. Políticas conservadoras geralmente enfatizam o empoderamento do indivíduo para resolver problemas.

Os termos “esquerda” e “direita” definem extremidades opostas do espectro político. Na maior parte dos países, os liberais são chamados de esquerda e os conservadores são chamados de direita. Neste caso, fica evidente que ser conservador não é sinônimo de liberalismo e que essa diferença, ainda tem muito que ser buscada e trabalhada no aspecto político.

Costuma-se argumentar que a filosofia política moderna é animada pela ideia de liberdade, enquanto a filosofia política antiga repousa sobre uma ordem natural discernível pela razão à qual os humanos devem se conformar (FRANCO, 1999, p. 2). Mas, como um ponto de vista moderno, o compromisso do conservadorismo com a liberdade é contestado; pode-se argumentar que o ponto de vista liberal da liberdade é oposto pelo ponto de vista conservador do paternalismo ou autoridade. A linha divisória pode ser Rousseau, para quem o objetivo do Estado não é meramente a segurança da vida e da propriedade, como Hobbes, Locke e conservadores concordam; antes, é a própria liberdade (FRANCO 1999 p. 9).

As obras de Rousseau foram realizadas para influenciar os revolucionários franceses, e os filósofos do final do século XVIII e início do século XIX estavam convencidos de que a Revolução era causada pelas ideias dos filósofos de igualdade, democracia, liberdade (ISRAEL, 2002). Ao expressar o ponto de vista da liberdade, o liberalismo filosófico adota o individualismo ético - que todo valor e direito se reduz ao

valor de ou para indivíduos; os direitos dos indivíduos - respeito pelas pessoas e liberdade de pensamento e discussão, com base na autonomia individual. Para os liberais clássicos, a liberdade prospera apenas quando as fontes tradicionais de autoridade - monárquica, aristocrática, religiosa - são rejeitadas (SKORUPSKI 2015).

Costuma-se dizer que os liberais priorizam os direitos sobre os deveres, enquanto os conservadores priorizam os deveres sobre os direitos. O pensamento conservador expressa o ponto de vista do paternalismo:

O valor da liberdade individual não é absoluto, mas está sujeito a... a autoridade do governo estabelecido... o conservador procurará defender todas as práticas e instituições através das quais os hábitos de lealdade são adquiridos. (SCRUTON 2004 p. 19)

A obediência, para o Scruton, é a principal virtude dos sujeitos políticos, sem os quais as sociedades se atomizam e desmoronam; a verdadeira liberdade não está em conflito com a obediência, mas é o seu outro lado (SCRUTON, 2004). Para Oakeshott, não há liberdade sem autoridade. Para Beiser, o paternalismo sustenta que o objetivo do estado é promover o bem-estar, a religião e a moralidade de seus súditos, e não apenas proteger seus direitos. (BEISER 1992 p. 282)

O contraste com o liberalismo e seu ponto de vista da liberdade deve ser qualificado, no entanto. Burke certamente queria aumentar a liberdade, mas sustentou que ela é realizada imperfeitamente em nossas instituições. A busca de um ideal abstrato pode nos perder a liberdade que temos. Tanto os conservadores quanto os liberais clássicos defendem o governo limitado; é um ceticismo particularista e um pessimismo associado que define o conservadorismo. Os liberais concordaram com os limites de Burke ao governo, a preocupação com a propriedade privada e a reforma criteriosa (Kirk, 1954, p. 162). No entanto, embora Burke concordasse que o governo se origina da necessidade de proteger a propriedade, ele negou muitos dos princípios de Locke (KIRK 1954 p. 14).

Os conservadores rejeitam o conceito liberal de direitos abstratos, a-históricos e universais, derivados da natureza da agência e autonomia humanas, e possuídos mesmo quando não reconhecidos, por exemplo pelos escravos na Grécia Antiga (GEWIRTH, 1983).

No entanto, enquanto Hobhouse, Rawls e Dworkin defendem direitos abstratos e universais, liberais como Mill são mais sensíveis historicamente - através de Coleridge, ele se baseou em aspectos do pensamento conservador. O princípio da utilidade abstrata de Mill torna-se conservador na operação, através de sua ênfase na maleabilidade e na educabilidade do caráter; nossas preferências, desejos e gostos surgem de instituições existentes e, portanto, qualquer projeto institucional abstrata falha em maximizar a utilidade (GEWIRTH, 1983).

Mill (2010) sustenta que a história e a sociedade de uma nação decidem o melhor aparato de governo, e ele localiza as “Ideias” Coleridgeanas em instituições históricas “orgânicas” - seu propósito e significado originais.

No entanto, o perfeccionismo de Mill (2010) contrasta com o pessimismo conservador sobre a natureza humana, e ele rejeitou o que ele chamou de “intuicionismo”, que promove o conservadorismo assegurando às pessoas que qualquer coisa que eles acreditem profundamente deve ser verdadeira; em vez disso, ele sustenta que as crenças inveteradas devem ser justificadas pela razão. Apesar da influência de Coleridge, portanto, Mill permaneceu liberal e não conservador, que valorizava a razão acima do preconceito burkeano (MILL, 2010 p. 24).

Os conservadores não são positivistas legais, no entanto, e permitem alguma idealização de direitos; na verdade, mesmo os positivistas legais Bentham, Austen e Hart, ao admitirem que existem restrições morais, permitem que existam leis ruins. Burke sustentava que os monarcas Stuart revogavam os direitos dos ingleses nascidos livres; sob o Stuarts, portanto, este último tinha direitos que não eram simplesmente aqueles que prevaleciam. De fato, Burke não rejeita inteiramente o conceito de direitos naturais. Embora cético em apelar a direitos que estão além da lei positiva, em seus escritos indianos ele reconheceu que, quando privado de recursos legais positivos, pode-se apelar para a lei natural, embora não natural (BOURKE, 2014).

O conservadorismo foi equiparado ao pragmatismo ou ao realismo político; Gamble (2012) argumenta que o “pensamento” político conservador é toda prática - prática de interesse próprio. Mas o conservadorismo é geralmente considerado como uma filosofia, se não sistemática. Duas interpretações contrastantes do conservadorismo distinguem-no do mero pragmatismo. Ambos rejeitam raciocínios a priori, revolução e

experimentos sociais; ambos confiam na experiência, buscam a melhoria gradual de arranjos experimentados e testados, e simpatizam com o lema do pragmatista “se não está quebrado, não conserte”; ambos são céticos quanto à razão e são particularistas:

- o conservadorismo relativista sustenta que, se o socialismo, o feudalismo ou o fascismo funcionam bem em algum país, deve-se tentar fazê-lo funcionar melhor através de pequenas melhorias baseadas na experiência e na sabedoria acumulada. O julgamento de se algo está quebrado ou corre razoavelmente bem apela a valores aceitos na sociedade relevante. Assim, os conservadores, em países socialistas, feudais e fascistas que funcionam razoavelmente, defendem diferentes modos de organização social e melhoria gradual, de acordo com os valores predominantes. Sob esse ponto de vista, o particularismo conservador é relativista.

- o conservadorismo não-relativista rejeita pontos de vista como o socialismo, o libertarianismo e o fascismo que visam estruturar a sociedade em torno de um único princípio organizador racionalmente articulado. Nesta interpretação, o particularismo não implica relativismo. Sistemas revolucionários e sistemas autocráticos sem possibilidade de mudança incremental - sociedades que não exibem tradições vivas - não são passíveis de uma perspectiva conservadora. O conservadorismo é situacional, mas algumas situações não permitem respostas conservadoras.

Burke como um defensor liberal da Revolução é eficaz apenas contra a posição do conservadorismo relativista:

No caso de instituições públicas, o Sr. Burke tinha (...) trabalhado em uma admiração artificial do simples fato da existência; especialmente antiga existência. Tudo deveria ser protegido, não porque fosse bom, mas porque existia. O mal, para se tornar um objeto de reverência em seus olhos, requerido apenas para ser realizado. (MILL 2010, Vol. V, 200–1)

No entanto, apenas o conservadorismo não-relativista pode expressar o critério conservador de uma sociedade que funciona bem, em termos de tradição orgânica; não existe tal coisa, nestes termos, como uma “sociedade totalitária razoavelmente funcional”. Essa posição não relativista é minimamente racional e universal, permanecendo particularista (Mill, 2010).

Lock (2006) considera ambas posições como uma escolha não-burkeana entre opostos construídos, argumentando que Burke não é fortemente relativista, mas reconhece diferenças temporais e geográficas que equivalem a um tipo de relativismo. (Mill, 2010).

Os conservadores procuram “preservar os arranjos políticos (...) que se mostram conducentes a boas vidas”, escreve Kekes (1997 p. 351-2). Talvez ele desconsidere a contestabilidade das concepções da boa vida e dos arranjos que a preservam; os liberais, por exemplo, enfatizam o valor da liberdade individual, independente das restrições onerosas da tradição (Kekes, 1997).

Para Graham, o ceticismo conservador é “não tanto um ceticismo sobre a perfeição moral da humanidade, como um ceticismo sobre o conhecimento necessário na política” (GRAHAM, 1986 p. 176)

Mas estes são difíceis de separar. Liberais e socialistas enfatizam a maleabilidade da natureza humana sob a influência de condições históricas variáveis (Kekes, 1997, p. 367). O anti-conservador Rousseau tinha uma concepção otimista da natureza humana, culpando o governo e a sociedade por falhas que - de acordo com os conservadores - pertencem aos indivíduos. Os conservadores, em contraste, consideram a natureza humana fraca e falível, inalteravelmente egoísta e não altruísta (KEKES 1997 p. 368). O escrutínio é típico em relação aos seres humanos como criaturas frágeis de simpatia limitada que não se estendem facilmente àqueles remotos no espaço ou no tempo (SCRUTON, 2004).

O conservadorismo é popularmente confundido com o neoconservadorismo e com o libertarianismo. Mas os libertários e neoconservadores corretos, ao contrário dos conservadores burkeanos, rejeitam o planejamento estatal por razões doutrinárias (Scruton, 2004). Transformar o antiplanejamento em um princípio, ou o liberalismo econômico em ideologia, ofende o temperamento pragmático e cético do conservador, que poderia admitir um papel para o planejamento estatal e a intervenção econômica se tais coisas se mostrassem eficazes. Os conservadores rejeitam as ideologias, das quais o neoliberalismo é uma delas. Oakeshott demonstra isso:

Um plano para resistir a todo planejamento pode ser melhor que seu oposto, mas pertence ao mesmo estilo de política. E somente numa sociedade já profundamente infetada pelo Racionalismo a conversão dos recursos tradicionais de resistência à tirania do racionalismo em uma ideologia autoconsciente será considerada um fortalecimento desses recursos. Parece que agora, para participar da política, é preciso ter uma doutrina. (OAKESHOTT 1991 p. 212)

A rejeição do racionalismo pelo conservador, portanto, corta os dois lados; isso prejudica tanto o socialismo quanto a rejeição doutrinária e liberal do socialismo. Os conservadores se opõem ao planejamento racional, mas não se opõem dogmaticamente ao planejamento que funciona. Scruton, por exemplo, acredita que uma economia de mercado é mais condizente com a prosperidade, mas, como Adam Smith, insiste que os mercados devem funcionar dentro e não desgastar costumes e tradições morais e legais. O conservadorismo de Burke e Scruton não é uma visão econômica, mas uma que considera a sociedade formada durante um longo período em relação ao lugar e à terra; trata os direitos e deveres segundo o modelo do *common law*, dependendo da tradição e da prática, e não de noções abstratas de direitos humanos (SCRUTON, 2004).

O libertarianismo influencia o neoconservadorismo, mas - como uma forma extrema de liberalismo - é, na melhor das hipóteses, neutro em relação à ênfase do conservadorismo na tradição. Talvez o neoliberalismo seja o libertarianismo mais as doutrinas econômicas relacionadas, enquanto o neoconservadorismo é o libertarianismo mais elementos do conservadorismo tradicional. Neoliberais como Milton Friedman questionam a proibição e o recrutamento de drogas, que conservadores e neoconservadores não (DYER, 2002).

A associação popular do conservadorismo com o *capitalismo laissez-faire* também é discutível; foi associado tanto ao romantismo feudal quanto ao capitalismo. O feudalismo é um rótulo contestado para o sistema econômico predominante na Europa desde o declínio do Império Romano até o século XV, e que se baseava na posse de terras em troca de trabalho; na França, persistiu como o *antigo regime* até a Revolução Francesa. Um simpatizante do *antigo regime* como Burke poderia, portanto, ser considerado um romântico feudal (DYER, 2002).

Como alguns socialistas, muitos conservadores reagiram contra o industrialismo e *laissez-faire* capitalista com uma nostalgia feudal. Marx contrastou o calor e a segurança do feudalismo com a desumanidade do capitalismo, mas rejeitou a "idílica

feudal", descartando Disraeli e "socialistas feudais" por não compreender "a marcha da história moderna" (DUNCAN, 1973 p. 19-22).

Assim, parece que o conservadorismo compartilha da doutrina do *laissez-faire*, imputada a Adam Smith, da mão invisível - segundo a qual, num mercado livre, as consequências não intencionais das ações tendem a promover o bem geral. O mercado livre capitalista é considerado auto-regulador; produtores e consumidores, agindo egoisticamente, beneficiam-se mutuamente, e o planejamento econômico racional interrompe a "inteligência" inata e benigna dos mercados. A natureza evolutiva e anti-estatismo do *laissez-faire* ainda que adepta à teoria dos conservadores, não rejeitariam o planejamento de maneira doutrinária. (ROTHSCHILD, 2001 p. 116-56).

A título de comparação, o supostamente neoconservador Friedrich Hayek, com sua estima pelo "inconsciente, o cego, o não-teórico, o imperfeitamente compreendido", teria um tom mais burkeano (SCRUTON, 2004). Para Gray, ele sintetiza "os mais profundos *insights* do conservadorismo com os melhores elementos do liberalismo clássico" (GRAY, 2010 p. 124). Hayek valorizava o conhecimento local, transitório e não-teórico, e defendia os mercados irrestritos sobre os fundamentos céticos e conservadores de que eles realizam melhor as instituições sociais orgânicas.

Definições substantivas de conservadorismo como Aughey devem ser questionadas, portanto. Para ele é a justificativa intelectual da desigualdade e do privilégio e a justificativa política das relações de autoridade que tais desigualdades e privilégios demandam. (AUGHEY, 1992 p. 23)

Pode ser verdade que nenhuma revolução proclamou a desigualdade, enquanto para Burke a ordem social está enraizada nela; e os conservadores podem defender uma classe dominante estabelecida, com relação à decisão como uma habilidade que provavelmente será mais altamente desenvolvida. Mas no relato influente de Quinton, o conservadorismo é mais neutro:

[...] a sabedoria política ... não deve ser encontrada nas especulações teóricas de pensadores isolados, mas na experiência social historicamente acumulada da comunidade [inteira] ... [em] costumes e instituições tradicionais [e pessoas com] vasta experiência prática de política. (1978 p. 16-17)

Para reiterar, o conservadorismo não está essencialmente associado à aristocracia e a formas hereditárias de governo, ou se opõe à democracia (ao menos na teoria). Para os conservadores, como para os liberais Millianos, a viabilidade da democracia depende do período e das condições. Para o próprio Burke, escrevendo muito antes de Mill, a maioria deveria ser tirada apenas de um corpo qualificado pela tradição, posição, educação, propriedade e natureza moral (Gray, 1997).

Embora o conservadorismo não deva ser assimilado ao neoconservadorismo ou ao neoliberalismo, muitos conservadores se converteram ao segundo:

Uma perspectiva política que em Burke, Disraeli e Salisbury era cética em relação ao projeto do Iluminismo e suspeita da promessa de progresso hipotecou seu futuro em uma aposta no crescimento econômico indefinido e nas forças de mercado irrestritas. [Isso] dificilmente exhibe a prudência política ... uma vez reverenciada como uma virtude conservadora. (GRAY, 1997, p. 88)

O conservadorismo é ainda mais elucidado contrastando-o com o liberalismo. Tanto o liberalismo quanto o socialismo são mais teoricamente complexos que o conservadorismo, por duas razões: o conservadorismo conscientemente rejeita a teorização filosófica; e, como os acadêmicos tendem para a esquerda, o conservadorismo como filosofia política é negligenciado.

Mas, como um ponto de vista moderno, o compromisso do conservadorismo com a liberdade é contestado; pode-se argumentar que o ponto de vista liberal da liberdade é oposto pelo ponto de vista conservador do paternalismo ou autoridade. A linha divisória pode ser Rousseau, para quem o objetivo do Estado não é meramente a segurança da vida e da propriedade, como Hobbes, Locke e conservadores concordam; antes, é a própria liberdade (FRANCO, 1999 p. 9).

Os conservadores criticam o liberalismo "atomista" por tratar a sociedade como uma mera coleção de indivíduos que se consideram, unidos por normas racionais e leis abstratas, em vez de ganhar sua identidade através de uma comunidade orgânica; como os comunitaristas, os conservadores se opõem à primazia dos direitos abstratos. Os liberais respondem que "atomismo" simplesmente se refere à convicção de que, embora as pessoas vivam na sociedade, os indivíduos são, como escreve Rawls, "fontes auto-

autenticadas de reivindicações válidas", afirmações que não exigem validação por estruturas sociais maiores (FRANCO, 1999, p. 12).

De fato, é complexo dar uma definição exclusiva ao conservadorismo, pois em diferentes épocas, os conceitos mudaram e continuam em constante mudança, considerando apenas que cada um dos conceitos e vertentes, formam o conservadorismo que será visto nessa pesquisa, dentro de um princípio político que atende diferentes vertentes e aplicabilidades.

É possível notar que no conservadorismo a presença constante de crítica à ideologia é um traço comum a qualquer tipo de conservador. É da sua essência ir de encontro ao abstrato e defender o real, o palpável, o disponível, o conhecido, já que se assim não for, certamente o pensamento ideológico comprometerá o julgamento do ser humano – que será desmistificado no terceiro capítulo.

Percebe-se que embora Burke seja tratado como grande precursor ou principal precursor, coube a Russel Kirk a dar uma roupagem concreta ao conservadorismo de modo a ascendê-lo a ponto de torná-lo viável de certa forma, aprofundando as características do conservadorismo e dando ênfase na tradição e crítica ao racionalismo, à falibilidade humana, defendendo em um dos seus princípios a liberdade e propriedade como um instrumento de contrapeso social – mas claramente demonstrando convergências entre o pensamento conservador clássico com a tradição do liberalismo.

O fato é que até meados do século XIX, as diferenças entre o conservadorismo e liberalismo eram mais visíveis.

Havia uma percepção definida em alguns temas, por exemplo: política para os liberais era fundada no constitucionalismo enquanto os conservadores pregavam o autoritário; a Religião era tolerada pelos liberais e já para os conservadores havia um vínculo, uma relação igreja-estado; outra diferença era a ideologia racionalista dos liberais e já os conservadores eram defensores da tradição dos costumes.

Com mudança do contexto do contexto europeu após a consolidação da revolução industrial – que aprofundou as mudanças sociais, com o surgimento da nova classe operária – ocorreu o alinhamento, a aproximação entre as vertentes conservadoras entre o liberalismo.

Esse fenômeno fez com que quebrassem as barreiras do conservadorismo. Suas características tradicionais sofrem uma perda de identidade, vindo a necessidade de se readaptar e por consequência acaba absorvendo características do liberalismo, como já observado por Burke e elencado por Kirk.

Mas nesse momento que Oakeshott se sobressai com sua perspectiva e suas ideias e talvez com sua maior contribuição que foi a análise da contingência, da fusão, do alinhamento entre o conservadorismo e o liberalismo, tendo o feito a ponto de chamar atenção de estudiosos e sedimentar sua característica diferencial.

CAPÍTULO 2 - MICHAEL OAKESHOTT: VIDA E OBRA.

Embora não existam biografias oficiais e mais completas sobre o autor disponíveis em língua portuguesa, alguns dados sobre sua vida podem contribuir para compreendermos quem foi e como viveu. É relevante considerar nesse tópico, que foram necessários 30 anos para que seu primeiro livro, *Experience and Its Modes* (1933), esgotasse sua tiragem inicial de 1.000 cópias. Seu autor também não era conhecido nem mesmo no final de sua vida. A história possivelmente apócrifa diz que, após sua eleição em 1979, Thatcher fez questão de celebrar os intelectuais conservadores que, segundo ela, haviam ajudado a tornar a vitória possível (HORTON, 2005).

No entanto, em sua morte em 1990, aos 89 anos, Michael Oakeshott não careceu de reconhecimento público. O Daily Telegraph descreveu-o como "o maior filósofo político na tradição anglo-saxônica desde Mill - ou mesmo Burke". The Guardian chamou-o de "talvez o mais original filósofo político acadêmico deste século", e ele foi marcado como um brilhante intérprete de Hobbes, um professor generoso e um altamente eficaz presidente do departamento de governo da *London School of Economics*. Seguiu-se uma troca calorosa e espontânea de reminiscências através do Atlântico, entre amigos, alunos e admiradores (HORTON, 2005).

Michael Joseph Oakeshott (1901-1990) nasceu em 11 de dezembro de 1901 em Chelsfield – Reino Unido. Foi conhecido como um filósofo e teórico político inglês que escreveu sobre filosofia da história, filosofia da religião, estética, filosofia da educação e filosofia da lei. Com relação à sua família, Oakeshott era filho dos franceses Maude (Hellicar) e Joseph Francis Oakeshott, funcionário público e por mais incrível que pareça foi membro da Sociedade Fabiana (BARBER, 1976). Oakeshott viveu a infância no Reino Unido em uma Europa à mercê da Primeira Guerra Mundial, tensionada por uma grande crise gerada pelas potências imperialistas da época.

Quanto educação e formação intelectual, foi educado na *St. George's School*, Harpenden – escola tida como mista, preferida por seus pais e típica para garotos ingleses "brilhantes" de sua época e Oakeshott demonstrava afinidade com a escola e especialmente com o diretor, o reverendo Cecil Grant, com quem manteve amizade próxima até a morte de Grant na década de 1960. Ele entrou no *Gonville and Caius*

College, em Cambridge, em 1920, como acadêmico de História – no ápice da Grande Guerra (BARBER, 1976).

Influenciado pelo ambiente hostil por que passava a Europa, demonstrava afinidade por Filosofia, Teologia, a história do cristianismo e, finalmente, a história do pensamento político – assunto sobre o qual posteriormente lecionou regularmente em Cambridge, onde desfrutou de amizades em que refletiam a influência do modernismo nos estudos religiosos e escreveu vários ensaios convincentes sobre como pensar religião em seu início de carreira. Alguns deles podem ser encontrados em *Religião, Política e Vida Moral (Religion, Politics, and the Moral Life)*. Por ser agnóstico, apesar de seu interesse sobre o cristianismo não seguia nenhuma religião. (FULLER, 1991).

Na década de 1920, Oakeshott passou algum tempo na Alemanha em Marburg e Tübingen. Estava interessado no trabalho dos teólogos alemães da época, como Martin Heidegger, embora não seja possível afirmar que influência exerceu em seus pensamentos. Posteriormente, em suas raras referências a Heidegger, Oakeshott rejeita explicitamente o que entendeu ser a visão daquele autor de que a vida prática é a base de todas as formas de conhecimento, além de não ter simpatia pela busca da "autenticidade" (MAPEL, 2010). Oakeshott parece ter tirado muito mais dos ensaístas ingleses, especialmente David Hume e John Stuart Mill, e dos escritores franceses Michel Eyquem de Montaigne e Blaise Pascal em particular, cujo estilo de escrita ele preferia. O autor se considerava um ensaísta, não um escritor de livros (HORTON, 2005).

Começou sua comunhão ao longo da vida no *Caius College* em 1925, onde iniciou seus projetos de pesquisa e ensino, acabando por se tornar professor universitário de História em 1933. Posicionava-se como crítico à política extremista, mas não chegou a exercer nenhuma atividade nesse campo, exceto com as contribuições de suas obras (BARBER, 1976).

Nesse contexto, após o término da Guerra, Oakeshott voltou a lecionar em Cambridge editando a edição de *Blackwell* do *Leviatã* de Hobbes em 1946. A introdução escrita pelo autor rapidamente se tornou famosa por sua interpretação original de Hobbes. De 1947 a 1954, Oakeshott fez parte do conselho editorial do *Cambridge Journal*, onde mais tarde se tornou editor geral. Seu ensaio mais famoso, *Rationalism in Politics*, foi publicado em 1947 (SMITH, 1996). Os deveres inerentes da *London Scholl of*

Economics impediram o autor de produzir mais artigos. Por meio de uma administração exemplar e significativa, dirigiu o departamento do governo na Universidade brilhantemente por quase vinte anos.

Interessante notar que ele se casou três vezes: divorciou-se de sua primeira esposa, Joyce, em 1938 e casou-se com a segunda mulher, Katherine Alice Burton, terminando a união conjugal em 1955, contraindo matrimônio pela terceira vez em 1965. Sua nova esposa, uma jovem artista chamada Christel Schneider, esteve com ele até sua morte em 1990 (MAPEL, 2010).

Em 1968 se aposentou da LSE, mas permaneceu envolvido durante a maior parte da década de 1980, influenciando dezenas de jovens acadêmicos que presenciavam suas palestras sobre a história do pensamento político (PAULET-WINTON, 2011).

Oakshott é comumente visto como um pensador conservador e crítico do planejamento do governo. Mas essa visão percebe apenas um aspecto do pensamento do autor e pode implicar em mal-entendidos, pois suas ideias sobre o governo não são as convencionais que essa caracterização sugere. Elas nascem não do engajamento prático, mas do estudo da história do pensamento político europeu, aguçadas pela reflexão filosófica sobre seus argumentos e seus pressupostos (ABEL; FULLER, 2005).

Talvez uma das características mais peculiares do autor seja sua versatilidade: por ora demonstra traços fortes da cautela típica de um conservador e por outra fomenta as liberdades individuais na busca da própria existência. A oscilação entre os campos distintos do liberalismo e conservadorismo dificulta ainda mais estereotipar seu gênero de pensamento, de tendência cética (MARQUES, 1999).

Oakeshott considerou as questões filosóficas como conectadas e como convidativas para investigações críticas abrangentes de modo que sua contribuição para a filosofia não se limita à política. Reside em distinguir modos de compreensão e investigação, identificando diferentes concepções de racionalidade e seu lugar no julgamento prático, distinguindo a ideia de governo como uma associação em termos de leis não-instrumentais daquelas do Estado como um empreendimento corporativo, que teoriza o caráter da história como um modo de investigação e seu lugar para explicar a conduta humana (WORTHINGTON, 2005).

De igual forma, Oakeshott escreveu sobre a história do pensamento político, especialmente o pensamento de Thomas Hobbes, produzindo trabalhos sobre religião, moral, educação, estética e o caráter do discurso político. Um tema recorrente em seus escritos é a tensão entre individualidade, que implica pluralidade e sua negação, que ele caracterizou como barbárie (ABEL, 2010).

Dada a sua preocupação com a liberdade individual e suas dúvidas sobre a *política* como a busca de *ideais* políticos, o interesse atual dos filósofos nas ideias republicanas de liberdade como não dominação e no realismo no discurso político como uma alternativa ao moralismo político sugere a continuação da relevância de Oakeshott (WILLIAMS, 1989).

Michael Oakeshott teve praticamente um século de vida (1901-1990), marcado por diferentes acontecimentos relevantes. Começa a escrever na década de 1930, na Europa, período de grave crise econômica de impacto global, proveniente de uma das mais graves crises enfrentadas pelo mundo em 1929, conhecida como “A Grande Depressão”. De acordo com Dourado (2008), esta é considerada como a pior e o mais longo período de recessão econômica do século XX, sendo caracterizada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque.

Explicando a crise de 1929, Santos (2009) afirma que resultou de um desequilíbrio entre o baixo poder aquisitivo dos consumidores e a ampla produção descontrolada (superprodução), isso porque os Estados Unidos vinham de um pós-guerra onde reinou a prosperidade econômica, fazendo com que os setores industriais entrassem em um amplo ritmo de produção. Com produtos estagnados, a produção foi abalada e reduzida, trazendo como consequências o desemprego em massa, queda nos lucros, falência de empresas, queda nas importações entre outras. Nessa década era perceptível um entrelaçamento de crises, no âmbito industrial, agrícola e agrário. Ao final de 1933 era possível perceber queda no setor industrial em relação ao ano de 1929, como por exemplo, de 86% na Inglaterra; 66% na Alemanha e 77% na França.

Essa queda da indústria europeia refletia diretamente na sociedade, verificando-se o desemprego de milhares de operários, lançados juntamente com sua família à fome e miséria. A crise da agricultura e agrária também refletiu socialmente, com camponeses expostos à situação semelhante dos operários. O cenário político na Europa, de acordo

com Cardoso (2015), era marcado pela escalada extremista de ideologias, como o nacional-socialismo e o marxismo.

Foi também uma década marcada por conflitos militares. Na Alemanha, com os ideais do nazismo, Adolf Hitler buscava o domínio social, econômico e político, perseguindo e prendendo seus opositores, culminando na Segunda Guerra Mundial após a invasão da Polônia. Pregava oposição tanto à direita liberal quanto às esquerdas (socialdemocrata e comunista), associando-as ao judaísmo. Em comum, verifica-se nas ideologias políticas da época o racismo científico, baseada na ideia de distinção de raças classificadas como superiores e inferiores (BROWN, 2007, p. 75). Dessa forma, a Década em reflexão foi palco de tensões sociais e de classe, com o Nazismo representado por homicídios em massa por inspiração racial – com base na disseminação da ideia de ‘raça pura’ dos alemães – que conseguiu cooptar trabalhadores bem como conquistar o apoio das classes médias e da burguesia industrial (SOUSA, 2015).

Esse peso social, político e cultural trazido pelas ideologias na Europa na década de 1930, ajuda explicar (de certa forma) a crítica radical feita por Oakeshott às ideologias, acreditando que deveriam ser combatidas por se configurarem como fonte abstrata de ideias conectadas da realidade objetiva. Assim, sob a influência desses acontecimentos significantes da Década de 1930, contextualizando suas obras à realidade social vivida na época – de ideologias extremistas de exclusão social e grave crise econômica e política – Oakeshott começa a *aprofundar* sua posição conservadora como base, que se sedimentou na década de 1940.

A Segunda Guerra Mundial é conhecida por ter sido o confronto bélico letal mais devastador da história, com vítimas que ultrapassam o número de 50 milhões de mortes. Dentre as fatalidades que ocorreram, está o maior massacre contra uma população, os judeus, que foram vítimas de uma propaganda enganosa e sofreram perseguição implacável do governo Nazista (FOLNER; SILVA, 2017).

Com as limitadas formas de acesso a informação durante o período da Guerra, a mídia era uma poderosa aliada a disseminação dos ideais dos líderes à frente do governo. Campo (2006) diz que o rádio passou a ser utilizado na batalha travada pelos governantes em busca de apoio da sua própria população. Folner e Silva (2017) afirmam que durante a Grande Guerra, a diversidade de opiniões ao longo do combate é

drasticamente reduzida. Nesse momento a imprensa acaba aderindo ao sentimento nacional, manipulando os meios de comunicação em busca de comoção social, além de motivar os soldados (OLIVEIRA, 2013). Com a ascensão dos regimes totalitários, França e Inglaterra perceberam que o rádio poderia ser utilizado como um instrumento de invasão e propaganda das políticas nazistas. Dessa forma ambos países começaram a instalar estações de rádio cada vez mais potentes, cortando o sinal até mesmo das comerciais, para que assim, pudessem enfrentar o regime alemão, como por exemplo o surgimento da BBC de Londres.

Contextualizando esse período na vida pessoal do teórico político, merece destaque sua entrada para o Exército britânico durante a Segunda Guerra Mundial mesmo diante de seu posicionamento explícito em 1939 contrário à obrigatoriedade em servir ao país em guerra. Procurou fazer parte do *Baker Street Irregulars*, que tratava de um serviço de espionagem britânico durante a Segunda Guerra Mundial, todavia, foi rejeitado, conseguindo acesso para servir ao *Phantom* da *Special Operation Force* (SOF), uma unidade de inteligência. Porém, não chegou a atuar nas linhas de frente de batalhas. Assim, *The Social and Political Doctrines of Contemporary Europe* foi republicado no auge da Segunda Guerra Mundial, um cenário de conflitos que atingia a todas as esferas: econômica, política e social (SMITH, 1996). Se seu trabalho anterior tivera tendência para o mais puramente filosófico e interpretativo, no final dos anos 1940 e início dos anos 1950, Oakeshott voltou-se para a política, adotando a forma de ensaio.

Dentre as principais escolas de pensamento do seu período cita-se a política de perfeição, a educação liberal e o conservadorismo, com grandes nomes que inspiraram Oakeshott, como: Edmund Burke, Russell Kirk e Samuel Huntington. A importância de Hegel deve ser traçada mais indiretamente, pois o autor tipicamente não expunha o trabalho daqueles que o interessavam; em vez disso, ele adaptou seu pensamento ao seu próprio, reformulando-o em seu próprio idioma. No entanto, os cadernos que ele manteve, começando em seus dias de graduação em Cambridge, mostram que ele fez exegeses detalhadas das principais obras de Platão, Aristóteles e Baruch Spinoza (FULLER, 1991).

O filósofo trabalhou como temas centrais o racionalismo político e o conservadorismo, com uma oposição clara à utopia política da perfeição e ao modelo de sociedade ideal. Essa crítica ao racionalismo político e à utopia de uma perfeição social provavelmente remete ao Nazismo e Fascismo que dividiam a sociedade europeia durante um momento marcante na vida do filósofo, que foi da década de 1930 a 1940 na escrita de suas primeiras obras, que foram aperfeiçoadas ao longo do tempo. Demonstrando-se essa relação citada contextualiza-se suas obras com o período vivido por ele.

Foi durante a década de 1930 que Oakeshott iniciou suas palestras célebres na história do pensamento político. Seus interesses atravessam a historiografia, a Filosofia e o pensamento político. Demonstrava consternação com o extremismo político que ocorreu na Europa durante a década de 1930, o que se percebe claramente em suas palestras sobreviventes desse período revelando aversão ao nacional-socialismo e ao marxismo. É nessa década que podem ser vistas três de suas obras, nas quais é possível perceber a tradição idealista em Filosofia pelo teórico (RABIN, 1999, p. 40).

Sua primeira grande obra publicada dentro dessa tradição é *Experience and its Modes* (1933). Neste trabalho, ele reconheceu como particularmente importante para seu pensamento Georg Wilhelm Friedrich Hegel e F.H. Bradley. Seus numerosos ensaios sobre a história e o trabalho do historiador, assunto de grande interesse ao longo de sua carreira, mostram a influência do trabalho de Bradley sobre este tópico (GERENCSEK, 1999).

Na década de 1940 as obras de Oakeshott foram marcadas pelo conservadorismo, verificando-se duas publicações nesse período: *The Social and Political Doctrines of Contemporary Europe* e *A New Guide to the Derby: How to Pick the Winner*. A referida obra é considerada como extremamente polêmica para o período em que foi lançada, com Oakeshott criticando a política vigente na Europa e todas aquelas que agiam de forma semelhante, afirmando que esse tipo de governo era incapaz de aceitar a “capacidade negativa” da existência, com um racionalismo enraizado em suas ações. O autor rejeita o racionalismo por acreditar que ele impõe um padrão uniforme à conduta humana, o elevando à perfeição, idealizando sobre o futuro (OAKESHOTT, 1947).

Ele escreveu "Educação Política" (1950) em sua ascensão ao cargo de presidente de ciência política na *London School of Economics*, como o sucessor imediato do proeminente professor de esquerda, Harold Laski. O ensaio inaugural de Oakeshott foi uma crítica direcionada de exatamente o tipo de política ideológica que Laski incorporou (BOYD, 2004).

No transcorrer da Década de 1950, Oakeshott escreveu vários outros ensaios importantes, incluindo "*On Being Conservative*" (1956), "A Torre de Babel" (1983), e "A Voz da Poesia na Conversação da Humanidade" (1959). Embora cada trabalho tenha sua respectiva tese, no todo representam uma espécie de protesto contra as corrupções "ideológicas" da política moderna. Cada um impõe a defesa de uma noção tradicional, embora não Burkeana, de como se pode navegar na vida moral (SEGAL, 2003).

Apesar de sua forma abreviada, os ensaios de Oakeshott não são "fáceis". Todos são bem escritos, filosoficamente profundos e sujeitos a contínuos mal-entendidos pelos críticos ainda hoje.

Durante este período, Oakeshott publicou o que se tornou sua obra mais conhecida durante sua vida, a coleção intitulada *Racionalismo em Política e Outros Ensaios* (*Rationalism in Politics and Other Essays*, 1962). Algumas das polêmicas contra a direção pós-Segunda Guerra Mundial que a Grã-Bretanha estava tomando, em particular a aceitação do socialismo, ganharam a reputação de conservador de Oakeshott, procurando manter a importância da tradição e cética quanto ao racionalismo e ideologias fixas. Bernard Crick descreveu-o como um "nihilista solitário" (MAPEL, 2010).

A filosofia política de Oakeshott, conforme avançada em *On Human Conduct* (1975), *supõe-se* "livre" de qualquer forma de política partidária, contrapondo-se à ideia exposta por Neal Wood e Ellen Wood de que todos os autores que refletiram sobre a política o fizeram a partir de uma tomada de posição no conflito político do período, desmistificando a possibilidade de um pensador "neutro". Aliás, é característico dos pensadores conservadores afirmarem-se "livres" de "ideologia" pois consideram que suas ideias estão firmemente confirmadas pela "experiência", quer dizer, afirmam defender apenas o que já existe e foi "testado" pela permanência no tempo e não ideias ou instituições baseadas em "ideologias" - ou utopias.

A primeira parte do livro ("Sobre o entendimento teórico da conduta humana") desenvolve uma teoria da ação humana como o exercício da agência inteligente em atividades como querer e escolher; a segunda ("Sobre a Condição Civil") discute as condições formais de associação apropriada a esses agentes inteligentes, descrita como associação "civil" ou jurídica; já a terceira ("Sobre o caráter de um Estado europeu moderno") examina até que ponto essa compreensão da associação humana afetou as ideias políticas e políticas na Europa pós-renascentista história (MAPEL, 2010).

Cabe salientar que para ele existia a necessidade de reconhecimento somente de direitos civis, devendo-se deixar de lado os sociais e econômicos. O filósofo apresentava uma posição política crítica e de repúdio ao extremismo político, bem como ao racionalismo político. Defende que o mundo moderno, na verdade, transforma o racionalista em um indivíduo permeado por incertezas, fazendo com que apenas posicione-se como inimigo daquilo que não concordava, com argumentos pouco sustentáveis. Contudo, suas preferências estavam voltadas para o individualismo, para o livre mercado e para a limitação da intervenção estatal, o que o aproxima nesse aspecto com ideais liberais. Mas ele possuía uma visão mais empírica, mais realista, buscando aproximar-se do que de fato via, sem idealizar algo inatingível (MARQUES, 1999).

O autor era contrário ao racionalismo político, pregando um conservadorismo que era opositor ao governo predominante no mundo ocidental. Ele foi capaz de *depreciar* a ideologia porque acreditava que a tradição continha tudo o que era necessário para a política; ele não podia conceber uma situação na qual uma maneira tradicional de fazer política não fosse mais possível.

Oakeshott supostamente buscava "descrever" suas observações empíricas ao invés de preocupar-se com ideologias inalcançáveis, demonstrando mais uma vez a preferência pelo palpável e concreto. O caráter distintivo da política, segundo o autor, consiste em uma sensibilidade processual que não tem paralelo exato em outro lugar. Na política, sente-se uma obrigação moral de obedecer às leis existentes ao mesmo tempo em que se está negociando uma mudança autoritária nelas (MILL, 2010).

Nota-se uma exigência interna de se submeter a regras que não são instrumentais para os próprios propósitos e que podem ser desaprovadas ativamente. A política, portanto, requer uma "imaginação disciplinada", uma combinação delicada de

"submissão" com crítica, uma facilidade bem desenvolvida para colocar as demandas de mudança na forma de propostas legislativas que podem ser integradas em um corpo de procedimentos autorizados.

Oakeshott não escrevia para um grupo específico: suas obras visavam atingir quaisquer interessados em melhor compreender a sociedade e a política, pois ele buscou trazer uma visão mais que considerava mais realista do que de fato acontecia, acreditando que visões ideológicas podem se direcionar ao extremismo ao qual era totalmente contrário. Na posição de crítico ao racionalismo reside a recusa generalizada das ideologias, já que constituem uma universalização utópica e abstrata da ação a partir de ideias e princípios gerais no campo da política.

2.1 - O PENSAMENTO CONSERVADOR DE MICHAEL OAKESHOTT E ANÁLISE DO ENSAIO *ON BEING CONSERVATIVE*.

Para Oakeshott, o conservadorismo não é um credo, um conjunto de princípios ou uma ideologia. É uma "disposição" para desfrutar do que está disponível, em vez de procurar algo mais (OAKESHOTT, 2006). Com o objetivo de entender seu pensamento, analisamos em detalhe o ensaio em que ele descreve e explica o que entende a respeito do que é "ser" um "conservador".

Partimos então da análise do ensaio *On Being Conservative*, escrito em 1956 por Oakeshott, utilizando uma versão em língua portuguesa – *Ser Conservador* – disponível no Portal Conservador. Pelo que se desprende do texto, busca-se analisar qual o “significado” para o autor de adotar uma postura “conservadora” na política. Ser conservador, então, é:

[...] preferir o familiar ao desconhecido, preferir o tentado ao não tentado, o facto ao mistério, o real ao possível, o limitado ao ilimitado, o próximo ao distante, o suficiente ao superabundante, o conveniente ao perfeito, a felicidade presente à utópica. As relações e lealdades familiares serão preferíveis ao fascínio de vínculos mais proveitosos; comprar e expandir será menos importante que conservar, cultivar e desfrutar; a dor da perda será maior que a excitação da novidade ou da promessa. É ser igual ao nosso próprio destino, é viver ao nível dos meios, contentar-se com a necessidade de maior perfeição pessoal como com as circunstâncias que nos rodeiam. Para algumas pessoas, esta é em si mesma uma escolha; para outras, é uma disposição que aparece,

frequentemente ou não, nas suas preferências e aversões, e não é em si mesma uma escolha ou algo cultivado especificamente (OAKESHOTT, 2009 p. 5)

Michael Oakeshott acredita na possibilidade de traçar princípios gerais para explicar o que se entende por “conduta conservadora”, ainda que não a trate como uma crença ou doutrina, mas sim como uma forma de ser e estar. Por isso, não se busca trazê-la aos mandamentos dos princípios gerais, mas sim interpretá-la do modo que essa atitude se apresenta na contemporaneidade (OAKESHOTT, 2016).

Ao contrário de boa parte dos tradicionalistas que idolatram o passado, o autor tende a valorizar o presente (pela familiaridade), o uso e gozo daquilo que se tem, em detrimento ao passado ou futuro. O autor mensura a importância do presente com o sentimento de perda: sendo o presente pouco atrativo, a inclinação será frágil ou inexistente; se for por deveras instável, recorrerá e explorará o passado. Todavia, caso seja imponente e significativa, o indivíduo o desfrutará e dará valor, ainda mais se aliado a um sentimento de perda (OAKESHOTT, 2016).

Por isso o conservadorismo se aflora comumente em pessoas mais velhas, diante da maior concepção dos recursos existentes do seu tempo. Ou seja, ser conservador é preferir o familiar ao desconhecido, pois a ciência do certo e palpável diminuirá as chances da dor da perda diante da excitação da novidade ou promessa.

Oaskeshott relaciona a mudança como sendo as alterações que temos que sofrer, enquanto a inovação aquelas que podemos planejar e executar. Entretanto, mudança é sinônimo de sofrimento, dificuldade e depravação. Quem traz uma disposição conservadora não está sujeito a estas intempéries, já que apto a inclinar-se no que está presente e disponível, evitando a perda de algo que desfrutava verdadeiramente diante da opção pela mudança que lhe traria a substituição por algo sem afinidade (OAKESHOTT, 2016).

Quanto mais essa mudança tiver características de continuidade melhor. Quanto mais lenta for, não apresentará dificuldades latentes pois serão facilmente assimiladas. Por isso o conservador não é somente avesso a mudanças drásticas, mas também à forma de se adaptar a essas mudanças. As alterações são assimiladas como uma ameaça à identidade ou correlatas à extinção. É a contínua repetição de contingências

que forma a identidade do homem e o autoconhecimento da própria experiência é que o protege das mazelas trazidas pela mudança (OAKESHOTT, 2016).

Em outras palavras, o homem conservador tende ao máximo preservar sua identidade, por meio dos costumes que não estejam ameaçados. Se a mudança é correlacionada sempre como motivo de sofrimento, o novo deve ser assimilado gradualmente, julgada de acordo como transtorno que implica (OAKESHOTT, 2016).

Já a inovação é assimilada a progresso, mas não significa que o conservador seja inovador, pois não se preocupa com a atitude de inovar. Isso justamente pela mudança que pode ensejar. É preferível concentrar atenção no uso e aproveitamento do estado em que se encontram. O Autor não assimila inovação com progresso. Para que haja um avanço, antes deve haver impreterivelmente a melhora do estado que se encontra.

A pretensão em inovação sempre estará associada ao cometimento de equívoco, justificando a necessidade de se contrabalancear a mudança face o benefício previsto. Porém, mesmo que haja precaução e cuidado antes de efetuar-la, o resultado é imprevisível, implicando tanto em ganhos como em perdas e é desconhecido qual deles se sobressairá.

Por isso, chega-se à conclusão de que “a inovação implica uma perda certa e um ganho possível”. Caso seja premeditada como crescimento – ou seja, com maior compreensão e não mera imposição conjuntural – as chances de prejuízo são menores. Ademais, a inovação mais branda e limitada é preferível às mais profundas, já que as últimas denotam grande indefinição no resultado. Por conseguinte, as mudanças lentas são mais plausíveis que as abruptas, pois permitem ao condutor observar as circunstâncias e realizar ajustes caso seja necessário, evitando qualquer prejuízo. Em suma, a ocasião mais propícia à inovação é aquela em que se pode prever os resultados da forma mais precisa possível (OAKESHOTT, 2016).

Há uma relação direta entre a atitude conservadora e a fruição das coisas no estado em que se encontram, sendo veemente oposta à mudança e inovação. O conservador não pensa em emplacar o não palpável e o desconhecido. O escritor infere que o conservadorismo é intrínseco da “natureza humana”, que prefere ficar inerte a se

esforçar para inovar. O desconhecido implica em insegurança, problemas e perigo: a mudança é aceita apenas por ser inevitável.

As atitudes conservadoras são tomadas especialmente quando a atividade envolva o gozo do presente e não um benefício ou um resultado para além da experiência em si. O indivíduo que age dessa forma não impõe o seu conservadorismo “como uma hostilidade preconceituosa relativamente a uma atitude progressista” em todas as situações, mas sim como uma condição necessária e principalmente oportuna com a situação. Pode-se dizer que nas relações em que não se busca nenhum benefício e se realizam voluntariamente o vínculo é de familiaridade e não utilidade e, por conseguinte, a atitude implícita é conservadora e não progressista. Para o autor, a postura conservadora é mais apropriada que qualquer outra:

“Sempre que a estabilidade for mais proveitosa que a melhora, sempre que a certeza for mais valiosa que a especulação, sempre que a familiaridade for mais desejável que a perfeição, sempre que um erro acordado for superior a uma verdade controversa, sempre que uma doença for mais aceitável que sua cura, sempre que uma satisfação pelas expectativas for mais importante que a justiça delas, sempre que uma regra de qualquer natureza for preferível a não haver regra alguma, a predisposição a ser conservador será mais apropriada que qualquer outra;” (OAKESHOTT, 2016, p.39).

Da mesma forma, nossa conduta tende a ser mais conservadora com os instrumentos em face da própria ideia. Ou seja, o projeto fica à mercê de sofrer modificações, mas dificilmente as ferramentas para sua execução incorrerão em inovações. De todo modo, esse conservadorismo sempre estará conectado à familiaridade com a situação, com o conhecido. Essa regra se torna ainda mais imperiosa ao se tratar de regras de conduta. Embora os hábitos sejam possíveis de serem melhorados e aprimorados, é primordial que haja conservadorismo na rotina.

A mesma ideia é aplicada para entender o conservadorismo na política, fundada na crença sobre atividade de governar e os próprios instrumentos de governo. Nisso, o “fato de governar é uma atividade limitada e específica, ou seja, que consiste no fornecimento e proteção de regras gerais de conduta, que devem ser entendidas não como planos para impor atividades substantivas, mas como instrumentos que permitam

às pessoas que persigam as atividades que preferirem com uma frustração tão pequena quanto possível.” (OAKESHOTT, 2016).

Em outras palavras, é conveniente ser conservador na política. A ausência de ordem e coerência implica no governante “transformar um sonho privado numa forma de vida pública e obrigatória”, tendo como pilares a interpretação estrita de sua função e a utilização de instrumentos apropriados. A função do governo consiste simplesmente em governar – como um simples árbitro e moderador dos ânimos – sem impor suas crenças, mas sim como uma atividade específica e limitada: deve haver a aceitação da diversidade de opiniões e atividades, garantindo a liberdade e livre arbítrio da escolha humana, solucionando os conflitos ocasionados advindas dessa diversidade. Não deve exercê-lo em concomitância a outra atividade, sob pena da possibilidade de perder a parcialidade. Por isso, é enfático:

“Um árbitro que também é jogador numa partida não é um árbitro; regras nas quais não estamos dispostos a ser conservadores não são ordens, são um convite para a desordem; a conjunção de sonho com governo se degenera em tirania.” (OAKESHOTT, 2016, p.46/47).

Por isso, Oakeshott afirma que a política é uma atividade inadequada aos jovens, por não serem passíveis de constituir atitudes condizentes com imparcialidade e moderação. O conservadorismo proposto em seus termos, visa nortear a política em harmonia com os padrões de convivência da sociedade fundamentados no costume, abdicando o governo de dirigir a sociedade com qualquer fórmula baseada em ideologias.

Ou seja, o conservadorismo na política reside no bom senso (ou no que reconhecemos como sendo apropriado) para as regras de conduta, limitando os conflitos de interesses por meio de regras, como “exercício do poder de quem está comprometido com uma grande diversidade de projetos escolhidos de forma livre e autônoma” (OAKESHOTT, 2016, p.46/47). Novamente esses condutores se opõem à inovação, tendo a familiaridade de situações como sua maior virtude. Todavia, essa inovação é necessária quando for sinônimo de atualização, para que continue adequada para a condução das atividades regidas, mas sempre refletindo as mudanças das atividades dos submetidos e não impondo ou rompendo com as regras consolidadas.

Embora sejamos vez ou outra inclinados a agir de modo oposto, são raros os casos em que nossas atividades não são atreladas a uma postura conservadora. Ou seja, se seguirmos o que Oakeshott prescreve, todos nós temos traços de conservadorismo intrínsecos, que serão demonstrados em determinado momento ou ato – independentemente de nossa ideologia ou posição política e social.

Percebe-se que Michael Oakeshott foi o último grande expoente da tradição idealista, que desfrutou de um período de eminência na filosofia anglófona no final do século XIX e início do século XX. Ele tem sido considerado um liberal (FRANCO, 2004), enquanto outros o reivindicam pela direita dissidente (ANDERSON, 1992 p. 7). Mas Oakeshott é geralmente considerado o conservador moderno mais importante. Seu principal alvo é o que ele chama de "racionalismo", uma posição compartilhada por liberais e socialistas, que visa alcançar os objetivos estabelecidos pelo projeto:

[...] o conservador não terá nada a ver com inovações projetadas para atender a situações meramente hipotéticas; ele irá ... atrasar uma modificação das regras até que fique claro que a mudança de circunstâncias que ele foi projetado para refletir veio para ficar ... ele suspeitará de ... governantes que exigem poderes extraordinários para fazer grandes mudanças e cujos pronunciamentos estão ligados a generalidades como "o bem público" ou "justiça social". (OAKESHOTT 1991 p. 127)

Em oposição ao planejamento racionalista, Oakeshott argumenta que a disposição conservadora não está "conectada com nenhuma crença particular (...) sobre o mundo em geral ou sobre a condição humana", nem "com certo e errado moral, não é projetada para tornar os homens bons ou mesmo melhores" (ASHFORD, 1990 p. 43).

Ele segue a lógica do pessimismo conservador, preferindo "familiaridade sobre a perfeição, o experimentado sobre o inexperiente e o atual sobre o possível"; "A estabilidade é mais lucrativa que a melhoria, o erro acordado é superior à verdade controversa" (OAKESHOTT, 1991 p. 169). Ele contrastou um estado que tem uma economia com um estado efetivamente reduzido a uma economia, e lamentou a dominação da política pela busca do crescimento econômico em oposição à boa vida.

Para Oakeshott, o conhecimento humano não é a mãe da prática, mas apenas o enteado, uma esfoliação das práticas que herdamos. Quando teorizamos nossas práticas, discernimos coerências dentro delas, não impondo forma sem nenhum conjunto de princípios abstratos (GRAY, 2007).

Em seu livro de ensaios *Rationalism in Politics* (1991), Oakeshott está preocupado com a maneira como a concepção racionalista do conhecimento operou em detrimento da prática. Essa concepção de conhecimento sustenta que todo conhecimento genuíno pode ser expresso inteiramente em termos proposicionais, em um sistema teórico ou em um conjunto de regras ou máximas. Com isso, sustenta que, no mundo moderno, a racionalidade instrumental resultante penetrou em áreas impróprias, como o direito, a educação e as artes - seu pensamento é similar ao dos teóricos críticos, como Adorno e também Heidegger. O pensamento final sobre o Estado é particularmente inadequado, pois não temos escolha a não ser pertencer a ele, afirma Oakeshott. Em uma de suas passagens, considera a política como uma “arte” e não uma “ciência”:

“A política não é a ciência da criação de uma sociedade permanentemente inexpugnável, é a arte de saber para onde ir em seguida na exploração de um tipo tradicional de sociedade já existente.” (OAKESHOTT, 1991 p. 406)

Como premissa basilar de praticamente todo conservador, “idealismo” e “racionalismo” tendem a ser “utópicos” e, portanto, exigem uniformidade e conformidade, além de negar a individualidade e originalidade – acredita ele; não reconhece que os membros da sociedade desejam fins diferentes. Oakeshott ataca “o estilo ideológico da política”, que persegue uma “ideia abstrata”, cega para os arranjos reais da sociedade e suas “intimações” morais e emocionais - “homens com pressa” que desejam planejar e mobilizar. Os ideólogos tornam tudo político, mas a política é apenas uma parte da vida humana, ele sustenta (OAKESHOTT, 1991).

Para Oakeshott, as associações civis são fundamentais para as democracias modernas e livres e opostas ao estado intervencionista moderno. As associações empresariais, em contraste, são definidas por um propósito comum; a sociedade não é uma delas. Essa distinção reflete outra entre “intelectual” - expressando “racionalismo” na política - e “prática”. A política, para Oakeshott, pertence ao modo de prática, juntamente com religião e moralidade; os dois outros modos são ciência e história. Além de atacar os “racionalistas”, que têm um plano racional e acreditam nos direitos abstratos, Oakeshott também criticou os “empiristas”, que afirmam ser pragmáticos, rejeitando a tradição em favor da mera reação aos eventos. Novamente vemos que o

conservadorismo, embora seja um ponto de vista prático que apela à experiência, não se baseia no empirismo filosófico – diferentemente de outros pensadores conservadores.

Oakeshott é um cético particularista burkeano, para quem a política diz respeito a pessoas que desenvolvem maneiras de viver juntas à luz de sua história e tradições, não conduzidas por objetivos extrínsecos universais como a igualdade ou a eliminação da pobreza:

Na atividade política... os homens navegam em um mar sem limites e sem fundo: não há porto para abrigo nem solo para ancoradouro, nem ponto de partida nem destino designado. A empresa deve manter-se em equilíbrio (...) (OAKESHOTT, 1991 p. 127)

Oakeshott argumenta que “o conservadorismo não é um credo ou uma doutrina, mas uma disposição” para apreciar o presente (“Sobre ser um conservador”) - *parte da natureza humana* (como já dito, todos nós *seríamos* um tanto conservadores), não uma ideia política abstrata ou ideal, muito menos uma ideologia. Embora ele fosse um filósofo e não um teórico político, Oakeshott nega que ele seja um "filósofo conservador"; a filosofia é teórica, uma “teoria de teorias”, enquanto o conservadorismo é prático (Minogue 2009). No entanto, acrescenta Gamble, essa disposição ganha substância a partir de sua conexão com modos de vida e tradições nacionais:

“Para Oakeshott, o passado concebido desta maneira é intensamente libertador, porque é um repositório de uma riqueza de conhecimentos práticos, necessários para viver a boa vida.” (ANDERSON 2012 p. 163)

Mas Oakeshott enfatiza que é necessário, através da educação em sua história, ser “libertado” do comprometimento escravo com a tradição de alguém, e depois retornar a ele recém enriquecido e informado. Para ele, a conversa é o modelo de educação.

A visão de fé e conservadorismo de Oakeshott, segundo ele, é insuficientemente religiosa em dois aspectos. Primeiro, Kristol atribui a ela uma obsessão com o presente que não pode deixar de ser um anátema para as sensibilidades judaica e cristã em razão de sua negligência concomitante do passado e do futuro. Judeus e cristãos não podem deixar de achar “é impossível ter os tipos de atitudes em relação ao passado e ao futuro que a disposição conservadora de Oakeshott celebra "por suas tradições" nos ligam ao passado e ao futuro com uma intensidade que falta na visão de Oakeshott.

Segundo, a centralidade do lugar Oakeshott supostamente atribuí ao presente não só torna a sua visão desagradável para a religião tradicional, mas viola também o espírito da cívica religião da América. Os americanos, explica Kristol (2010), têm um compromisso “enfático e explícito” com seu passado que é “ideológico”

O deles é um “patriotismo ideológico” que está enraizado na identidade dos Estados Unidos como “uma nação 'credo'”, uma nação à qual qualquer um pode pertencer, independentemente de “etnia, ou laços de sangue de qualquer tipo, linhagem ou extensão de "O caráter" ideológico "do patriotismo americano e o" credo "fundacional do qual ele brota, Kristol afirma, são ambos" impregnados com um tipo de sensibilidade religiosa "que constitui o que legitimamente pode ser chamado de" religião cívica ". "embora haja de fato “tensões” entre a “religiosidade americana e a religião civil mais secular”, “ambas são, em geral, voltadas para o futuro e 'progressistas' em sua visão política” (KRISTOL, 2010 p. 67)

A "crítica religiosa" de Kristol sobre a caracterização de Oakeshott da "disposição da fé conservadora" reflete um equívoco fundamental tanto do cristianismo clássico quanto do conservadorismo clássico ao qual Oakeshott dá expressão. Esse equívoco é, por sua vez, uma função do fato de que o "neoconservadorismo" ao qual Kristol assina não é, de fato, uma forma de conservadorismo.

Oakeshott insiste em uma distinção entre, por um lado, uma “disposição conservadora” em si e, por outro lado, tal disposição na política. Tão crucial para a sua análise é essa distinção que, sem ela, a compreensão de Oakeshott do conservadorismo colapsa prontamente em outra coisa - outra variedade de conservadorismo, talvez, mas de um caráter abrangente que ele repudia expressamente. Há espaço para divergir da ideia de Kristol em abordar essa distinção.

Desde o início de seu ensaio, Oakeshott é claro que sua preocupação não é com "um credo ou uma doutrina, mas uma disposição". Ele escreve: "Ser conservador é estar disposto a pensar e se comportar de certas maneiras" e "preferir certos tipos de conduta e certas condições das circunstâncias humanas a outros". Alguém que é conservador está “disposto a fazer certos tipos de escolhas”.

Quando Oakeshott (2006) destaca que “ser conservador” é preferir o familiar ao desconhecido, o experimentado ao inexperiente como já citado, reduz-se claramente a preferência por uma propensão a usar e aproveitar o que está disponível, em vez de desejar ou procurar algo mais, deliciar-se com o que está presente, em vez de com o que era ou o que poderia ser. O temperamento conservador, então, é indissolivelmente ligado à parcialidade em favor do presente.

É esse apego ao que está presente que Kristol (2010) considera incompatível com o judaísmo e o cristianismo. Mas a explicação de Oakeshott do conservadorismo, com sua mentalidade atual, está de acordo com uma leitura duradoura da tradição cristã: é motivada, em primeiro lugar, por uma aversão não apenas a mudar como tal, mas à rápida mudança característica do Ocidente contemporâneo. Sociedades, um fenômeno simultaneamente impulsionado e reflexivo da ganância e da propensão para explorar.

Os ocidentais têm um “desejo de mudança” que torna todas as “parcelas fugazes” e “lealdades” evanescentes, como “o olho está sempre no novo modelo”. O problema é que “somos aquisitivos ao ponto da ganância”, diz Oakeshott. Indivíduos, “prontos a deixar cair o osso que temos para o seu reflexo ampliado no espelho do futuro” (KRISTOL, 2010 p. 90)

Essa inquietação incessante com o presente e o foco exclusivo no futuro implica em contraste flagrante com a preferência do conservador de “usar e aproveitar o que está disponível” aqui e agora “em vez de desejar ou procurar outra coisa” optar pelo “riso presente” sobre a “bem-aventurança utópica”. As mudanças não têm efeito apenas sobre aqueles que não notam nada”, e elas “podem ser recebidas indiscriminadamente apenas por aqueles que não percebem nada, que são estranhos ao amor e ao afeto, por mudança, inevitavelmente envolvendo a perda de algo para o qual a familiaridade nutre vínculos, é “um emblema de extinção, uma ameaça à identidade ”inconfundível. Não é por nada Oakeshott nos lembra que “o céu é o sonho de um imutável não menos que um mundo perfeito. A disposição conservadora, no entanto, gera apego e afeição”; o conservador é “uma disposição para desfrutar em vez de explorar (KRISTOL, 2010 p. 101).

Na medida em que valorizam relacionamentos e atividades humanas para as satisfações substantivas que se espera que produzam, aqueles que estão preocupados com o futuro - que estão cativados por uma orientação "progressista" - impõem a tais relacionamentos e atividades um caráter "utilitário". No entanto, a amizade, o patriotismo, a conversação, entre outros aspectos da vida humana, não é resolutamente utilitarista, são "dramáticos", e para eles uma disposição conservadora - e, portanto, uma mentalidade presente - é singularmente apropriada.

A religião, pelo menos como é interpretada nas tradições judaica e cristã, não é diferente de amizade, patriotismo e conversação, na medida em que também "exige uma disposição conservadora como condição de seu desfrute". Ao contrário da alegação de Kristol (2010), não é apenas a ênfase no presente sobre a qual a concepção de conservadorismo de Oakeshott gira em consonância com os modos de pensamento religioso que historicamente informaram a imaginação ocidental; tais modos exigem nada menos que a postura "dramática" de que o contentamento - em oposição à verdadeira felicidade ou bem - aventura - implica o presente.

O presente com o qual Oakeshott expressa preocupação em sua descrição da disposição conservadora é aparentemente temporal, não eterno. No entanto, não pode haver como negar que, da perspectiva cristã, ambos atenham a atenção ao que é oposto ao que era ou ao que pode ser; assim, o presente temporal e o eterno presente não apenas não estão desvinculados, mas o primeiro é a única fase da temporalidade que fornece o elo entre o tempo e a eternidade. A satisfação que as pessoas obtêm da amizade e da conversação, do patriotismo e da oração, sendo intrínseca a essas atividades, exige uma mentalidade presente que, por imperfeita e incompleta, detém sua inquietude, sua "distensão" sobre "as coisas que serão e passarão". Ao adquirir uma apreciação pelo presente só porque está presente, em conseguir, até certo ponto, atenuar a paralisia decorrente das ansiedades relativas a um futuro incerto, bem como as decorrentes de um passado determinado. A orientação para o presente, para a qual o relato de Oakeshott do conservadorismo chama, ao transmitir insinuações de eternidade, é uma aproximação dele (PAREKH, 2013).

A visão de conservadorismo de Oakeshott, então, longe de ser inconsistente com a religião tradicional, está inteiramente de acordo com ela. A dissolução do *eu* que o cristianismo sempre buscou prender pressupõe apenas a afirmação do presente em que insiste o conservadorismo de Oakeshott, para este presente temporal, embora se admita que seja uma imagem sombria e remota da Presença Eterna em que todas as esperanças finalmente descansarão. Uma imagem de tudo igual. Como tal, o prazer antecipa, mesmo que apenas vagamente, nada menos do que a beatitude, a bem-aventurança experimentada no encontro imediato com Deus, ao qual todos os cristãos aspiram (PAREKH, 2013).

Beiser contrasta o “conservadorismo [que] sempre existiu na Alemanha como uma atitude social”, com um conservadorismo autoconsciente que se desenvolveu como uma força social na década de 1790, em oposição ao iluminismo, e em reação à Revolução Francesa (BEISER, 1992 p. 281). "Autoconsciente" aqui significa não apenas implícito no comportamento, mas conscientemente declarado e atribuído aos outros. A versão mais distintiva e historicamente importante desse conservadorismo mais restrito e autoconsciente está no ceticismo em relação à razão na política.

Para muitos escritores contemporâneos, a Revolução Francesa foi uma libertação do espírito humano, uma afirmação da razão contra a autoridade feudal irracional. A Revolução refletiu a atitude iluminista em relação à história, que considerou não como a realização inevitável de um plano divino, mas como aberta à direção pela razão iluminada, expressa na reforma social e educacional. Embora os pensadores conservadores se opusessem à Revolução Francesa, sua atitude em relação ao Iluminismo é debatida (POCOCK, 1999 p. 7).

Para Oakeshott, o conservadorismo não é um credo, um conjunto de princípios ou uma ideologia. É disposição para desfrutar do que está disponível, em vez de procurar algo mais (OAKESHOTT, 2001 p. 168).

Em seu sentido restrito e autoconsciente, o conservadorismo pode ser caracterizado como uma abordagem dos assuntos humanos, que desconfia tanto do raciocínio a priori quanto da revolução, preferindo confiar na experiência e na melhoria gradual dos arranjos experimentados e testados (O'HEAR 1998).

Dentro da questão social, a inovação deve estar dentro dos limites do conhecimento e da probabilidade, pois as pessoas raramente sabem o que estão fazendo. Inovação sob gradualismo é o procedimento do conservador; o inovador deve provar que haverá algum benefício; a inovação deve se assemelhar ao crescimento; deve ser destinado a um defeito específico a ser curado; deve ser suficientemente lento para observar as consequências e fazer ajustes; e finalmente a inovação é importante e deve ser limitada ao que se pretende (OAKESHOTT, 2006 p. 172).

As regras e sua estabilidade são importantes e, aparentemente, podem ser adotadas no sentido de um objetivo premeditado (OAKESHOTT, 2001 p. 181). Para o conservador, o governo é limitado na medida em que fornece regras gerais de conduta ou regulamentação, e as pessoas têm o prazer de fazer suas próprias escolhas. O governo não deve ser um instrumento para inflamar as paixões dos homens; em vez disso, deve lutar pela moderação - não porque a moderação seja uma virtude ou uma verdade sobre os homens - mas porque, pragmaticamente falando, a moderação é essencial para que os homens escapem de um encontro de frustração mútua (OKESHOTT, 2001 p. 192).

A moderação do governo nos fornece o ceticismo para o qual não temos tempo ou inclinação (OAKESHOTT, 2001 p. 193). Pragmaticamente falando, a moderação é essencial para que os homens escapem de estar presos em um encontro de frustração mútua (OAKESHOTT, 2001 p. 192). A moderação do governo nos fornece o ceticismo para o qual não temos tempo ou inclinação (OAKESHOTT, 2001 p. 193).

Embora o conservadorismo de Oakeshott (1996) fosse cético, não havia ceticismo severo e ascético. Era particularmente inglês e expressamente tradicional e enraizado em uma cultura particular. Para George Feaver (1998) não implica que a ideia de conservadorismo de Oakeshott possa ter significado apenas em um contexto inglês, mas situá-lo geograficamente ajuda os leitores a entender o que o autor quis dizer quando falou (como costumava fazer) sobre tradições e “práticas” (HORTON, 2005).

A vida inglesa possuía uma continuidade que muitas outras sociedades não possuíam. Seu caráter, escreve Feaver, foi marcado por “um patriotismo profundamente enraizado e senso de lugar, uma preferência habitual pela prática sobre o teórico, uma consideração inata pelo contexto em antecipação à generalização e um amor

permanente pela língua inglesa". Isso é evidente no pensamento de Oakeshott, embora não o determine (HORTON, 2005).

O terceiro ponto está relacionado ao caráter inglês de suas ideias, que talvez seja um dos aspectos mais convencionalmente conservadores de seu pensamento. Oakeshott (1999) viu que o engajamento autêntico em uma tradição só poderia ser cultivado por gerações sucessivas. Isso exigiu um investimento no passado e particularmente na educação liberal, para que se possa saber com alguma clareza o que era digno de prazer.

Além disso, a atividade da política de Aristóteles, também era algo que deveria ser conduzido por aqueles que tinham experiência e educação - não pelos jovens, que eram cheios de ideais para governar com sobriedade e eficácia. Se tomarmos com base essa premissa, Oakeshott teria visto o presidente Obama como o racionalista por excelência (PEREIRA, 2016).

Embora grande parte *do corpus* de Oakeshott se concentrasse no que é digno de prazer - mais uma vez, ele enfatizou os múltiplos modos de experiência - ele também era um crítico perspicaz de muitas coisas que via à sua volta na vida moderna. Essa postura crítica pareceria essencial para ser "saudável" conservador: aproveitar o que está disponível para ser desfrutado, mas também manter distância suficiente do presente para ver e identificar as corrupções dentro dele (TELES, 2004).

Especialmente perto do fim de sua vida, ele começou a ver isso na sociedade moderna tendendo, em uma frase memorável, à "riqueza bárbara", um ponto destacado no ensaio de Ivo Mosley nesta coletânea. A educação, pensou Oakeshott inclinou-se cada vez mais na direção da socialização e da utilidade, estreitando as possibilidades humanas nos canais de lucro e conformidade (OAKESHOTT, 2014).

O coração do conservadorismo de Oakeshott reside no reconhecimento e aceitação das imperfeições do mundo. Ele esperava que pudéssemos ver e apreciar os bens dignos de prazer e que, além disso, pudéssemos saber como aproveitá-los. Isso era difícil, em sua opinião, porque exigia que nos afastássemos ou ignorássemos nossa ansiedade e aspirações para o futuro e nos empenhemos plenamente em nossas vidas presentes (TELES, 2004).

Ao mesmo tempo, percebe-se que segundo ele haveria que se criticar a modernidade, como o fez. Os significados do conservadorismo de Michael Oakeshott evidenciam toda essa complexidade de maneira bastante vívida e merece atenção daqueles estão interessados no conservadorismo moderno.

Para Michael Oakeshott (2006), a ideologia limita as possibilidades da mente individual e, por implicação, as possibilidades do discurso produtivo. Em seu ensaio, "Educação Política" (2001), ele faz uma distinção crucial entre ideologia política e individualidade conservadora. Suas reflexões podem iluminar e ajudar estudiosos e pesquisadores sobre o tema, a superar o atual ataque de políticas de identidade na praça pública.

Oakeshott (2001) refletiu extensivamente sobre a importância da política na vida das pessoas. Para ele, a educação política não se limita à sala de aula, embora uma "reflexão sobre a atividade política possa ocorrer em vários níveis", sendo uma delas filosofia (OAKESHOTT, 2001 p.182). Mas o que torna a política única é que ela é baseada na vida real, que é composta de ação e contemplação. A ideologia política, por outro lado, se disfarça de filosofia, e "pretende ser um conjunto abstrato de princípios, ou um conjunto de princípios abstratos relacionados, que foi independentemente premeditado (OAKESHOTT, 2001 p. 164).

Regredir ainda mais em uma abstração teórica é uma marca da ideologia política. Isso, no entanto, não é sua única inadequação. Ser "premeditado de forma independente" significa que a ideologia política não está preocupada com uma abertura orgânica e desenvolvimento da mente. Em vez disso, ele tem um apego a um princípio abstrato particular e força a realidade a se encaixar nesse princípio. Esse "sintoma" do mau pensamento que Oakeshott está descrevendo reside principalmente no empirismo abstrato da ideologia, que tem a ver com um "estilo" de política, em vez de uma atividade política real (FRANCO, 2012).

Política ou atividade política para Oakeshott está muito ligada à ideia e realidade da comunidade. É "uma atividade de atender aos arranjos gerais de um conjunto de pessoas que o acaso ou a escolha reuniram" (OAKESHOTT, 2001, p. 159). A política é de natureza relacional e é nessas relações que aprendemos a navegar por qualquer comunidade da qual façamos parte. Ao contrário da ideologia política, a atividade política

não está primariamente preocupada com reflexões teóricas, mas que tipo de seres humanos são criados no processo da política. Com este argumento, Oakeshott afirma o diálogo entre o indivíduo e a comunidade.

A política é um ato, mas não idêntico ao ativismo. No atual estado de coisas, testemunha-se diariamente a ideologia em slogans vazios e sem sentido, quer advenham de figuras da mídia, protestos ou trocas gerais de mídia social entre as pessoas. Entendemos a atividade da política quando reconhecemos que o mundo em que vivemos não é uma bagunça aleatória, mas um "todo concreto" (OAKESHOTT, 2001 p. 161). O atual ato político se estende além dos termos estáticos, que são o território da ideologia. Pelo contrário, um ato político tem a "fonte de seu movimento dentro de si" (OAKESHOTT, 2001 p. 161). O que Oakeshott quer dizer é que a política, por natureza, é um ato móvel dependente do pensamento individual.

Como os seres humanos não são criaturas inerentemente inertes, não podemos esperar crescer intelectualmente a partir da dieta da ideologia política. A ideologia política, assim como a política de identidade de hoje, é um conjunto imutável de termos, que busca a revolução pela revolução, a agitação pela agitação. Ela postula uma visão da realidade antes de qualquer encontro com a experiência vivida real e individual. Deste lugar de falsa sabedoria, seus proponentes coagem e forçam os eventos reais a serem avaliados através de uma estrutura artificialmente criada. Não há espaço para uma voz individual nesta grade teórica sem alegria. Como observa Oakeshott, "onde quer que a política possa começar, eles não podem começar na atividade ideológica" (OAKESHOTT, 2001 p. 173). Em um momento em que a voz do cidadão é silenciada, ele deixou de se envolver em atividade política.

Se os sinais da ideologia política são o empirismo frio e a coerção do pensamento individual, então a atividade política real deve envolver a liberdade do pensamento individual, que reconhece os esforços intelectuais do passado, mas também olha para o futuro (CARDOSO, 2016).

Ou seja, não é suficiente "preocupar-se" ou conhecer "a própria tradição de atividade política" (OAKESHOTT, 2001 p. 182). É natural que saibamos com o que estamos familiarizados e com o que encontramos todos os dias. É disso que nossas vidas

são compostas. Mas para que a atividade política também seja uma educação política, deve abraçar o conhecimento da política de outras sociedades contemporâneas:

O estudo da política de outro povo, como um estudo nosso, deveria ser um estudo ecológico de uma tradição de comportamento, não um estudo anatômico de dispositivos mecânicos ou a investigação de uma ideologia. E somente quando nosso estudo for deste tipo, nos encontraremos no caminho de sermos estimulados, mas não intoxicados, pelos modos dos outros (OAKESHOTT, 2001 p. 182).

Segundo Franco (2012) a originalidade dos pensamentos de Oakeshott sobre a educação está realmente no parágrafo acima. Para ele, a política também é metafísica este é um dos aspectos mais importantes deste ensaio. Essa afirmação certamente vai contra a tradição política e filosófica de que a política é apenas um conjunto de princípios que às vezes são aplicados a fim de obter um resultado particular. A metafísica, por outro lado, envolve inevitavelmente a vida interior de um indivíduo, que é composta de memória, ética, uma relação com a comunidade em particular e, em geral, uma visão de mundo. Sem a afirmação da metafísica na atividade política, somos de fato apenas uma série de construções abstratas, desprovidas de humanidade e escravos da ideologia política. Não só a política é sobre a totalidade da pessoa, mas também sobre a totalidade do pensamento. Pessoa e pensamento nunca são separados, assim como um indivíduo e uma comunidade também não são. (FRANCO, 2012).

Na visão de Oakshott (2001) para que a atividade política floresça, temos que reconhecer que a política se origina em um encontro pessoal, que deve estar sempre em sintonia com o conhecimento e a aprendizagem. É por isso que a metafísica de uma pessoa individual é o ingrediente mais importante para o florescimento de nossa sociedade.

A educação, e certamente a educação política, não tem a ver com terminologia rígida, que é o que a ideologia oferece. Trata-se de uma abertura constante da mente, e “quanto mais profunda nossa compreensão da atividade política, menos ficaremos à mercê de uma analogia plausível, mas equivocada, menos seremos tentados por um modelo falso ou irrelevante (OAKSHOTT, 2001 p. 184).

No coração deste desdobramento da mente está um encontro face a face. Um encontro como esse não cria uma imposição ou coerção para a pessoa com quem

estamos nos envolvendo. Pelo contrário, é uma atividade política que é baseada na liberdade, que começa com o indivíduo e naturalmente continua nas dobras da comunidade (WOOD, 2002).

Para que tal atividade política ocorra, temos que reconhecer a dignidade inerente de outra pessoa. A questão que temos de perguntar é se um ato de aprender está contribuindo para o crescimento e florescimento de nós mesmos e dos outros, ou se está nos levando para as profundezas das repetições ideológicas não iluminadas.

Por todo o exposto, resta claro que Oakeshott distingue o conservadorismo na esfera política e o *ser conservador* como sendo uma disposição comportamental, já que menciona que o sujeito pode ser conservador em matéria de costumes e radical em questões políticas. Em suma, percebe-se que para o autor “ser conservador” fundamenta-se não em uma sistematização mas em um estilo de vida, indissociável à psicologia humana. A posição conservadora nasce do familiar, do cotidiano, da disposição do hábito e da mente e não necessariamente no âmbito político. Sua gênese encontra-se nos hábitos e costumes e não nas ideias.

É possível notar que Oakeshott estabelece ao longo do texto forte apreço a tudo que é conhecido e familiar e aversão quase patológica pelo novo, pela mudança. A sociedade e vida para o autor é, nesse sentido, inerte e estática. Somente quando por necessidade ou imposição ela é posta em movimento, sempre gradual e lento. O conhecido sempre se sobrepõe ao que pode ser descoberto.

No entanto, em contraponto ao defendido pelo autor, isso faz com que a epistemologia conservadora seja limitada somente às explicações já conhecidas. Tal limitação fica ainda mais evidente quando os conservadores se baseiam unicamente no histórico de costumes vivenciados para a busca da verdade genuína em detrimento e apatia a novidades. Embora não seja avesso a mudanças, que devem ser evitadas, sociologicamente é difícil conciliar a necessidade de auto questionamento – indispensável para a produção do conhecimento filosófico e científico com uma ontologia em grau significativo.

A produção do conhecimento e a construção social da realidade não são categorias estanques, ao contrário, estão intimamente ligadas. O medo da mudança parece dar origem ao medo da própria busca pela certeza da verdade que se conhece.

Quanto a ideia de um governo que seja arbitro e não julgador é também problemática. Questões que envolvam interesses sociais antagônicos e questões políticas em geral não permitem posição neutra. Mesmo que os prejudicados consintam é uma escolha que impõe consequências e também é uma escolha política quem irá arcar com elas. Ao admitir um Estado ou até mesmo uma conduta conservadora imparcial, novamente se mascara e legitima a conduta dos detentores do poder (político) e não tomar parte acaba sendo uma forma de consentimento, ou seja, parcial. Vale ressaltar, por fim, que essa é uma crítica que os próprios liberais que são contrário ao Estado de bem-estar social sofrem, demonstrando que Oakeshott consegue aproximar essas duas ideologias.

CAPÍTULO 3 – REFLEXÃO DA FILOSOFIA DE MICHAEL OAKESHOTT

Para entender o conservadorismo de Michael Oakeshott cabe considerar que ele deriva sua perspectiva epistemológica da filosófica tradição do idealismo.

Nesse capítulo abordamos as questões pontuais de cunho filosófico do Autor, que enfrentou a questão sob sua análise peculiar de ceticismo, conectando-o diretamente ao liberalismo econômico ao correlaciona-lo à associação civil e rebaixando a atuação do Estado à mera manutenção da ordem. De igual forma, a análise filosófica de sua “política de fé” e “política do ceticismo” é imprescindível para entender a correlação entre conservadorismo e liberalismo, embasando as relações de governo à atividade de governar e ser governado.

Essa passagem pela área de formação do autor (filosofia) é indissociável e necessária para entender a ênfase dada em *On Being Conservative* quando nega a equiparação da posição conservadora com um comportamento que poderia ser entendido como religioso, em específico quando se debate a relação política-sociedade.

Ela postula uma base experiencial unificada de cognição em resposta as limitações percebidas nas perspectivas opostas do realismo transcendental e do nominalismo. Existiria um mundo de essência oculta por trás da variedades ilusórias de detalhes que vemos ao nosso redor, e o homem seria capaz de fazer contato e conhecer esse mundo oculto do puro “Ser” por meio de uma disposição teórica em relação a ele. Este elemento essencial, ou ideia, por trás da forma, seria universal e atemporal. João é mortal e transitório, mas a essência do homem, como ideia ou conceito, é eterna. Ver é fazer o caminho para o essencial. Na alegoria de Platão da caverna, é para discernir as sombras nas paredes e faça o caminho para o sol. A filosofia é o esforço para fazer contato com a essência eterna e universal que existe independentemente dos equívocos sensoriais (WOOD, 2002).

Na filosofia de Hegel, o resultado seria uma aceitação dos princípios fundamentais como reais, mas a recusa em colocar suas bases algum reino noumenal de outro mundo, e, portanto, também uma recusa em negar a experiencial capacidade de entrar em contato com os princípios fundamentais. Para os idealistas, a experiência não corresponde à “compreensão platônica de como copiar modelos ideais” e segundo

Oakeshott essa visão “tem sido ofuscada por um conceito de atividade criativa” (OAKESHOTT, 2006 p. 76).

Rudolf Steiner, um idealista, explica: “A verdade não é, como geralmente se supõe, um reflexo ideal de algo real, mas é um produto do espírito humano, criado por uma atividade que é livre” (STEINER, 2007, p. 154)

O objeto do conhecimento não é para repetir em forma conceitual algo que já existe, mas sim para criar uma esfera completamente nova, que quando combinada com o mundo dado aos nossos sentidos constitui uma realidade completa. Assim, a criatividade do homem é uma parte orgânica do processo universal do mundo. Ao contrário da imagem do homem como o espectador passivo que observa ou descobre uma verdade já existente que é completa em si mesma, na realidade, o homem na verdade participa da construção da verdade através da cognição, os pensamentos e conceitos de qual completa o mundo do dado. Nas palavras de Oakeshott, um 'dado' 'não é um mero gratuidade; é em si uma conquista na compreensão e, portanto, não (em sua distinção) independente da consciência reflexiva (DAHL, 2005).

A coerência da experiência do homem não se trata nem de um sentido moral inspirado separadamente, nem de uma consciência instrumental. Não há, de fato, poder de harmonização externa, isolado dos elementos que está em busca de harmonia. O que estabelece harmonia e detecta a desarmonia, é a mente concreta, uma mente composta inteiramente de atividades em busca de harmonia e por toda parte implicada em todo nível de harmonia alcançado (DAHL, 2005).

O engajamento do filósofo está em definir as limitações dos diferentes tipos de experiência, a fim de apontar continuamente para um todo mais concreto de experiência (Oakeshott, 1999, p. 99). Em *a experiência e seus modos* Oakeshott tenta descrever a natureza da experiência, os diferentes modos em que se pode experimentar o mundo, e suas respectivas limitações, a partir de uma perspectiva filosófica, inerente a sua formação acadêmica.

Para Oakeshott a experiência é um fenômeno concreto, unificado e completo. Rejeitando a visão de que existe tal distinção entre experiência sensorial imediata e experiência de pensamento mediada, Oakeshott colapsa a experiência em julgamento ou pensamento. Os dois são essencialmente o mesmo porque não há forma de

pensamento que não inclui julgamento, e não podemos considerar a experiência que podemos ter antes, ou fora da consciência, para tal não existe, a experiência é consciência. Só podemos explicar a natureza da experiência como estamos conscientes disso, e o que podemos atestar é que todas as formas de experiência são essencialmente pensadas, embora possam parecer, a princípio, como meros deslocamentos sensoriais (WOOD, 1978).

Uma abordagem mais crítica da natureza da experiência sugere Oakeshott que sentir algo é impossível sem o fator de julgamento. Tão logo como uma imagem, uma textura, um som ou um cheiro aparece, o julgamento está envolvido. O pensamento é julgamento. Isso é azul; eu ouço um sino; isso deve ser couro; as estrelas são lindas. Não O contato humano com o mundo dos detalhes é feito sem o envolvimento da mente que pensamento e, portanto, julgamento são inerentes (DAHL, 2005).

A distinção popular entre experiência sensorial, imediata e mediada A experiência de pensamento baseia-se numa ilusão dicotômica criada pelo intelecto. O intelecto divide o pensamento da sensação, causa do efeito, sujeito do objeto, etc. não pode fazer o contrário. A análise é o caminho e a análise disseca. Análise intelectual de a natureza da cognição divide a experiência em tipos imediatos e mediatos, mas essa A dicotomia é meramente heurística e uma abstração da realidade. O assunto / objeto a divisão é também uma abstração da realidade. Uma vez que isso seja reconhecido e a unidade inerente da experiência é restabelecida, deve-se abandonar a visão de que existe tal distinção entre a experiência imediata e mediata, e sujeito e objeto. A experiência é um todo unificado. O pensamento é tão real quanto as experiências sensoriais da percepção, sensação, olfato, e som, porque é parte integrante da experiência como um todo. Dada essa experiência é realidade, o julgamento está sempre preocupado com a realidade (WOOD, 2002).

Chega-se assim, a conhecer algo apenas através da experiência e experiência. O conceito de tabula rasa não é apropriado para a mente.

A mente, como sabemos, é a descendência de conhecimento e atividade; é composto inteiramente de pensamentos. Você não tem uma mente em primeiro lugar, que adquire um preenchimento de ideias e, em seguida, faz distinções entre verdadeiro e falso, certo e errado, razoável e irracional, e então, como terceiro passo, causa atividade. Corretamente falando a mente não tem existência à parte de, ou antes de, estas e outras distinções. Estas e outras

distinções não são aquisições; eles são constitutivos da mente (OAKESHOTT, 1999 p. 56)

A compreensão humana é sempre um movimento de um dado entendimento para uma compreensão adequada. Nos termos de Oakeshott, “a compreensão não é tal que nós ou aproveite ou não o tenha. Ser humano e ter consciência é encontrar apenas o que está em alguma maneira entendida” (OAKESHOTT, 1999 p. 72).

Steiner (1989) explica por que mesmo proposições matemáticas não podem ser ditas conhecidas a priori e como todo conhecimento é experimentalmente baseado:

Para qualquer objeto que estamos preocupados em saber, devemos nos conscientizar dele diretamente e individualmente, isto é, deve tornar-se experiência. Nós adquirimos o julgamento matemático também, somente através da experiência direta de exemplos únicos particulares... mesmo se os considerarmos... como enraizada em uma certa faculdade de nossa consciência. Neste caso, devemos dizer: isto ou aquilo proposição deve ser válida, pois, se a sua verdade fosse negada, a consciência seria negada como bem; mas só conseguimos captar o seu conteúdo, como conhecimento, através da experiência em da mesma forma que experimentamos um processo na natureza exterior. Independentemente de saber se o conteúdo de tal proposição contém elementos que garantam sua absoluta validade ou se é certo por outras razões, a verdade é que não podemos torná-lo nosso próprio a menos que em algum momento isso se torne experiência para nós (WOOD, 2002 p. 132)

Se a experiência é a única maneira de alguém conhecer algo, se "tentar" aquilo que procuramos vir a conhecer (pois é para isso que as raízes etimológicas da palavra se referem, 'fora' dos 'perigos' de tentativa e erro), e, portanto, é o único caminho, nós temos que desistir da ilusão de conhecimento que é livre de experiência e de alguma forma mais puro essa matéria. Por fim, Oakeshott substituiu o conceito de experiência pelo de imaginar: “O fazer e reconhecer imagens, e mover-se entre elas de maneiras apropriado ao seu caráter e com vários graus de aptidão” (WOOD, 1978, p. 78)

Pela imaginação, percebe-se que encontraram uma maneira de acomodar a natureza da experiência poética ou artística, perdendo o aspecto intelectual do conceito de experiência. Como tal, o conceito de a imaginação era capaz de compreender as atividades não-intelectuais da arte e do sentimento. A imaginação compreende todos os modos, tais como “sentir, perceber, sentir, desejar, pensando, acreditando, contemplando, supondo, sabendo, preferindo, aprovando, rindo, chorando, dançando, amando, cantando, fazendo feno, inventando demonstrações matemáticas, e assim por

diante. Deste modo, os mundos do pensamento foram substituídos pelos mundos das imagens (QUINTOM, 1978, p. 13).

O mundo científico do pensamento é “um sistema de imagens conceituais relacionadas a um outro consequencialmente e reivindicando aceitação universal como uma conta racional do mundo em que vivemos. Ele tem inteligibilidade transmissível como o princípio da sua ordem. Ao contrário do modo de prática, a experiência científica é entendida não em relação ao eu, mas “a respeito de sua independência de nossas esperanças e desejos, preferências e ambições”. (QUINTOM, 1978, p. 81).

Os aspectos práticos e corporificados conhecimento envolvido na atividade científica são epistemologicamente anteriores e importante do que as formalidades do método. Ao verificar se a elucidação da realidade da experiência científica está completa, e se seu caráter é satisfatório para experimentar como um todo, Oakeshott sugere que os conceitos que governam este mundo, comunicabilidade e quantidade, são o que impede qualquer tentativa em nome da ciência de estabelecer um mundo satisfatório na experiência. Isto é assim porque a comunicabilidade absoluta do quantificado implica um mundo de generalizações. Uma generalização nunca pode ser categoricamente afirmada, pois é sempre uma expressão de probabilidade. Em outras palavras, “o mundo da ciência é um mundo de suposições sobre a realidade”, portanto nunca capaz de atingir e fazer parte de si mesmo o material concreto de que é sobre (WOOD, 1978).

Para Oakeshott, o que é gratificante experimentar como um todo, é o que, para ele, é o critério de liberdade da experiência. Para ele, “a experiência permanece incompleta até ser contrariada pelo mundo das próprias ideias” (KIRK, 2006). Percebe-se que para conceber um mundo de ideias em termos únicos de comunicabilidade universal e quantidade é ficam aquém do tipo de coerência que implora por nenhuma outra maneira de conceber este mundo. Cada declaração científica reduz o mundo da experiência concreta a um conjunto de generalizações matemáticas e, como tal, é incapaz de relacionar-se com a experiência como todo.

As implicações da epistemologia de Oakeshott para o estudo da política severamente minar a atual conceitualização positivista do modo como a política deveria ser estudado. Seus conceitos de experiência como unificados e indivisíveis e de práticas conhecimento, minam a ilusão positivista e objetivista, livre de valores, neutra e certo

conhecimento, bem como sua ênfase na metodologia. Sua explicação da política como a conduta humana prática faz com que o estudo seja inacessível de uma quantificação perspectiva que procura reduzir todos os fenômenos políticos às leis e estatísticas. Finalmente, sua explicação da educação política delimita a abordagem acadêmica adequada à política para história e filosofia, e coloca a abordagem vocacional fora do contexto universitário e no mundo prático da política em si. O seguinte é uma explicação destas conclusões em maior detalhe (DAHL, 2005).

Fenômenos políticos pertencem ao modo prático da experiência. Desejo e aversão, aprovação e desaprovação, são as experiências através das quais a atividade política carrega sua tradição, e essas experiências sempre se relacionam com o eu e são vividas em um contexto da comunidade. Para Oakeshott (2001) a política é a atividade de atender ao público em geral. Arranjos de um conjunto de pessoas que o acaso ou a escolha reuniram, comunidades em que essa forma de atividade é preeminente são a cooperação hereditária, grupos operativos todos eles conscientes de um passado, um presente e um futuro, que chamamos estados e a atividade é aquela em que cada membro do grupo que não é nem criança nem o lunático tem alguma parte e alguma responsabilidade.

Ele prefere o conceito de 'atender' a mais de 'fazer' arranjos porque proíbe a compreensão da atividade política como puramente empírico. Sua compreensão da política nega a do racionalista, isto é, a "política da necessidade sentida". Nós não tomamos decisões políticas meramente sobre os fundamentos do desejo do momento, completamente afastados da tradição. A atividade política é nunca ofereceu a folha em branco da possibilidade infinita. Em qualquer geração, até o mais revolucionário, as disposições de que beneficiam excedem sempre as que são reconhecidas para precisar de atenção, e aquelas que estão sendo preparadas para gozo são poucos em comparação com aqueles que recebem emenda: o novo é uma proporção insignificante do todo (WOOD, 2002).

A política não é a ciência da criação de um permanente inexpugnável sociedade, é a arte de saber para onde ir em seguida na exploração de um tipo tradicional de sociedade". Esse não é o trabalho do engenheiro, mas do estadista. Cansado de ideais utópicos de perfeição, o estadista procura o menos perturbador de soluções. "Sempre

tão profundamente envolvido com o tradicional, o circunstancial e o transitório”, as decisões políticas são insinuadas, não calculadas.

Já o conceito de filosofia política a princípio apresentava um problema para Oakeshott. Ao contrário dos modos determinados elaborados anteriormente, ele considerou a filosofia política e ética e filosofia moral para esse assunto, para ser modos indeterminados de experiência devido à sua falta de coerência interna. Ele não achava que eles eram exemplos de experiência filosófica abrangente, porque seu foco era um aspecto limitado de experiência. É por isso que ele pensou nesses mundos de pensamento como pseudofilosofia, mas não totalmente abrangente para constituir verdadeira filosofia. Mais tarde ele alterou sua visão e considerou a filosofia política como “o que ocorre quando o movimento de a reflexão [sobre a vida política] toma uma certa direção e alcança um certo nível, característica sendo a relação da vida política, e os valores e propósitos relativas à para toda a concepção do mundo que pertence à civilização (DAHL, 2005).

O que diferencia os seres humanos de outros organismos vivos, como animais, plantas e minerais é o tipo de experiência e cognição de que são capazes. Conduta humana não é redutível ao comportamento natural. O conceito de comportamento humano é enganoso porque reduz toda a experiência humana a ser governada apenas por recursos naturais, leis universais. As amebas se comportam de acordo com as leis naturais; plantas e minerais também. Talvez nem mesmo os animais possam ser considerados apenas com base na natureza leis, como eles próprios podem demonstrar irregularidades no seu comportamento chamado. Os humanos, no entanto, definitivamente não se comportam. Eles agem com base em inteligência humana.

Existe um mundo de diferença entre os conceitos de comportamento e ação. Agir implica uma espécie de esforço tradicional, mas não totalmente conhecido território, um território no qual as leis da natureza não são tão carentes quanto irrelevantes. Ação significa criatividade, capacidade de traçar um caminho para um terreno não especificado. Em outras palavras, a conduta humana é livre, a menos que ocorra uma situação de coação, como a escravidão, de outra forma.

O racionalista quer que acreditemos que a conduta humana pode ser racional quando “brota” de um processo antecedente de 'raciocínio”, caso em que o homem “deve ser deveria ter o poder de primeiro imaginar e escolher um propósito a seguir, de definir claramente esse propósito e selecionar meios adequados para alcançá-lo; e esse poder deve ser totalmente independente, não apenas da tradição e das relíquias descontroladas de suas fortuitas experiência do mundo, mas também da própria atividade para a qual é uma preliminar.” (OAKESHOTT, 1999).

Segundo Oakeshott (1999) essa visão é falsa por causa de sua suposição subjacente de que o “Mente [é] um aparato para pensar” que para ele é “o erro na raiz” desta noção de conduta racional. Como explicado anteriormente, para Oakeshott a mente é a 'descendentes de conhecimento e atividade:

[...] é um erro supor que a conduta poderia ter sua primavera em o tipo de atividade que é mal descrita pela hipostatização de uma "mente" desse tipo; isso é, do poder de considerar proposições abstratas sobre conduta. Que tal poder existe não é para ser duvidado; mas seu pré-requisito é a conduta em si. Esta atividade não é algo que pode existir antes da conduta; é o resultado ou a reflexão sobre a conduta, a criatura de uma análise subsequente da conduta (OAKESHOTT, 1999 p. 89).

A natureza dessa conduta é efetivamente contingente e histórica, sujeita à tradição. Isto é aprendido desde o momento em que um pai exerce disciplina ou incute valores. As práticas precedem a reflexão teórica sobre elas e informam objetivos, intenções e propósitos que não existiriam sem o contexto da prática em si.

Nas diferentes esferas de atividade que compõem a vida do homem, sua conduta ativa é apropriada para cada um. Existe um contexto comunitário no qual a atividade humana é conduzida e esse contexto varia de uma comunidade para outra. Mudança na conduta ocorre, embora lentamente. A natureza conservadora da tradição é "elástica" o suficiente para permitir mudança. Revolução adequada pode ocorrer na superfície, mas a base tradicional a natureza da conduta nunca desaparece.

Para entender a natureza dessa atividade, é preciso abordar assunto com tudo isso em mente. Estamos longe da concepção naturalista do humano comportamento em termos de reações químicas no cérebro ou da ilusão racionalista da natureza da conduta. Estamos em um mundo de historicidade, contingência e tradição.

Um dos aspectos mais conhecidos da filosofia de Oakeshott é sua crítica do racionalismo. Porque muitas vezes é lido de uma maneira que o dissocia do meio maior em que subsiste.

Conforme Ricardo Silva (2016) Oakeshott é por vezes rotulado como inimigo da política, alguém que não está interessado em assuntos políticos; ou, novamente, como conservador, alguém que está em desacordo com a modernidade.

Ainda resta ver se estes rótulos fazem justiça à complexidade do Oakeshott. Neal Wood, leva-nos a esse entendimento. De fato, se a crítica de Oakeshott sobre o racionalismo é inserido em sua filosofia de experiência como articulado em suas obras, especialmente em “experiências e modos”, começamos a ver que a preocupação de Oakeshott em sua crítica de racionalismo é separar a atividade política da teorização política e ideologia de base na tradição, de modo que com um pouco de distanciamento da experiência política, o filósofo da política pode assumir função de supervisão da filosofia em criticamente interrogando o pressuposto por trás da atividade política e da teorização política, com vistas a ressaltar os limites da política ideológica e a prioridade da tradição (WOOD, 2002).

Ricardo Silva (2016) destaca que sem dúvida, a obra “racionalismo e política” é a mais conhecida de Oakeshott; mas é também o trabalho mais incompreendido do autor. Por sua crítica da soberania da razão - uma tese fundamental do trabalho - é frequentemente lido de uma maneira que o dissocia do maior meio em que ela subsiste adequadamente, ou seja, a filosofia de Oakeshott.

De fato, por conta dessa leitura seletiva, Oakeshott é às vezes rotulado como um inimigo da política - aquele que é separado da política e não está interessado em assuntos políticos - ou, novamente, como um conservador - ou seja, aquele que está em desacordo com modernidade. Na realidade, a filosofia da experiência de Oakeshott fornece uma base para sua crítica do racionalismo.

Instrutivamente, ao lidar com a questão do status do racionalismo, a abordagem de Oakeshott é cética em contraste com o otimismo do racionalista que crê que os problemas práticos da política podem ser resolvidos por mera intervenção do tribunal da razão pura. É claro que, ao adotar uma postura cética, Oakeshott não necessariamente está negando que existe uma correlação entre teoria e prática.

No entanto, o ponto é que a correlação é extrínseca e não intrínseca, de modo que não há garantia de que a luz da razão pura necessariamente traz a solução adequada para as águas turbulentas da política. Significativamente, enquanto Oakeshott não diz que há uma perturbação total entre razão e experiência política, ele também não compartilha o pressuposto racionalista de que a correspondência um-para-um subsiste entre a estrutura da razão e estrutura dos assuntos políticos (WOOD, 2002).

Em outras palavras, seu ponto de vista é de que a ligação entre as duas esferas é fraca, de modo que não podemos esperar efetivamente resolver o problema do político recorrendo a meras ideologias. É como o ditado comum que "a vida é maior que a lógica". Se a lógica é servir em tudo ao permitir navegar as perplexidades da vida, temos que entender que existem mistérios que estão em excesso de lógica, de modo que o limite de significado e verdade não é co-extensa com o limite da razão (WOOD, 2002).

Neide Silva (2016) destaca que a lógica não pode se impor à vida, mas deve permitir-se ser guiado pelo modelo inerente da vida. Pressionado ao limite, emerge assim que realidades políticas - como todas as realidades existenciais, são carregadas de ambiguidades e extensão - são em excesso do que apenas a razão pode decifrar ou dominar.

De fato, a política, na visão do autor, é mais sobre os interesses do que simplesmente uma questão de princípios racionais ou cálculos lógicos, de modo que, enquanto nossos princípios racionais podem ser som, resta ser visto se eles podem efetivamente abordar a particularidade da situação sem precisar da contribuição de outras vozes além da voz da razão.

O ceticismo de Oakeshott sobre a possibilidade de aplicação efetiva de princípios em lidar com as perplexidades da política é evidente na passagem de abertura do racionalismo na política; pois, aqui, ele afirma que falhar em entender os limites de racionalidade na política é deixar de compreender a natureza da experiência política. Uma compreensão da verdadeira natureza da experiência política refletir a célebre divisão entre teoria e prática, o que significa efetivamente que nossas teorias podem ser sólidas, mas não se aplicam a situações existenciais concretas de vida.

Na verdade, Oakeshott se queixa em sua obra, uma falha quanto a desconexão entre racionalidade e política e o ceticismo que justifica e define a situação contemporânea da política europeia.

O sucesso pragmático da nova ciência em dominar a natureza e aproveitando seus recursos para os benefícios da humanidade conferida sem precedentes de credibilidade no método da nova ciência, legitimando sua extensão a outras áreas de existência como o método legítimo de investigação. De fato, com mais de trezentos anos do surgimento da ciência moderna, o método científico tem vêm a ser aceito como um método válido de investigação em vários domínios, incluindo filosofia, humanidades e ciências sociais. Foi efetivamente adotado no estudo da natureza, o estudo do homem, o estudo da economia, o estudo da sociedade e na verdade, o estudo da política (WOOD, 2002).

Conforme Neide Silva (2016) virtualmente nenhuma área resistiu à influência do método científico, na medida em que a crença básica de que o mesmo sucesso registrado no estudo da natureza pode ser replicado em outras áreas, se o método científico é rigorosamente aplicado no estudo do fenômeno.

Instrutivamente é a extensão do método da ciência para outros domínios de existência especialmente política que Oakeshott interroga em Racionalismo em Política. Como Hume fez antes dele em relação à metafísica racionalista, baseada em método geométrico, Oakeshott introduz um momento de deflação em acentuar os limites da razão pura e da desconexão fundamental que subsiste entre a estrutura da razão e estrutura da experiência política (WOOD, 2002).

Hume anuncia corajosamente sua intenção de instituir a ciência da natureza humana. No coração deste, é claro que é a mania de aplicar o novo método da ciência como articulado por Newton para interrogar natureza humana e explicar sua dinâmica. É claro que dentro da estrutura da ciência humana e natureza não há claramente lugar para o tipo de metafísica racionalista que prevaleceu antes e foi exemplificado por pensadores como Descartes, Spinoza e Leibniz. É pouco surpreendente, portanto, que Hume abandonou a metafísica por um tipo de naturalismo (WOOD, 2002).

Como Oakeshott diz em expor o preconceito positivista relativo à supremacia da racionalidade científica no que se refere aos assuntos políticos. O caráter e a disposição

do racionalista não são difíceis de identificar. No fundo ele fica lutando pela independência de mente em todas as ocasiões, para o pensamento livre, da obrigação para qualquer autoridade, exceto a autoridade da razão.

Para ele, circunstâncias do mundo moderno o tornaram contencioso: ele é o inimigo da autoridade, de preconceito, do mero tradicional, costumeiro ou habitual. Sua atitude mental é ao mesmo tempo cético e otimista: cético porque não há opção, não hábito, nenhuma crença, nada tão firmemente enraizado ou tão amplamente sustentado que ele hesita em questioná-lo e julgá-lo pelo que ele chama de sua razão (quando aplicada corretamente) para determinar o valor de uma coisa, a verdade de uma opinião, ou propriamente de uma ação (OAKESHOTT, 2006).

Além disso, ele é fortalecido por uma crença em uma "razão" comum a toda a humanidade, um poder do argumento racional. Mas além disso, o que dá ao racionalista um toque de igualitarismo intelectual ele é algo também de um individualista, achando difícil acreditar que qualquer um que possa pensar com honestidade e clareza pensará de forma diferente dele mesmo. Aparentemente, o retrato do racionalista que Oakeshott esboça é de alguém que está fora de contato com a realidade ou experiência em sua concretude, mas impõe sua determinação teórica à realidade ou experiência; e, tanto quanto as determinações não são informadas pelo que realmente é o caso, não há como fazer justiça à experiência concreta.

Em outras palavras, em sua aparente inospitalidade à concretude da experiência e para valores inerentes, o racionalista confia no poder da razão e constrói seu próprio construções que dificilmente são verdadeiras ao modo como as coisas são; e, como resultado, ele administra risco de entender mal o que está no contexto.

No entanto, conforme Ricardo Silva (2016) se o racionalista está fora de contato com experiência concreta, é tudo por causa da dependência excessiva do poder da razão sem ter uma verdadeira âncora na experiência enquanto experiência. O ponto é que, pela sua natureza pura razão pura como implantado pelo racionalista não pode ser ancorada em experiência e, portanto, não pode fazer justiça à experiência política. Aqui está precisamente o racionalismo e, desde que isso não seja compreendido, seus limites também serão incompreendidos.

Por sua parte, Oakeshott aparentemente entende a importância da desconexão entre lógica e realidade, portanto, ele insiste que a nossa atitude deve ser um de circunspeção quando se trata de confiar em teorias racionais para resolver problemas da vida política. Oakeshott explicita seu ponto de vista ao elaborar suas reclamações sobre o temperamento racionalista assim: ele não negligencia a experiência, mas muitas vezes parece fazê-lo porque insiste sempre em ser sua própria experiência e por causa da rapidez com que ele reduz o emaranhado e variedade de experiência a um conjunto de princípios que atacará ou defenderá apenas com bases racionais (WOOD, 2002).

Seguindo a ideia de Ricardo Silva (2016) ele não teria senso de experiência cumulativa; apenas da disponibilidade de experiência quando foi convertido em uma fórmula; o passado é significativo para ele apenas como uma oneração. Ele não tem nenhuma das capacidades negativas ou o poder de aceitar mistérios e incertezas da experiência sem qualquer busca irritável por ordem e distinção, somente a capacidade de subjugar a experiência; ele não tem aptidão para essa apreciação próxima e detalhada de o que realmente se apresenta que Lichtenberg chamou de entusiasmo negativo, mas apenas o poder de reconhecer o grande esquema que uma teoria geral impõe.

Para o mesmo autor (Silva, 2016) alcançar um completo consenso do conceito de racionalismo de Oakeshott e sua ambiguidade inerente, é importante ter em mente que a crítica de Oakeshott sobre o racionalismo tem um alvo específico em vista. Enquanto Oakeshott reconhece que todas as formas de racionalismo são inerentemente inadequadas - e, nesse sentido, seu ceticismo sobre o lugar do racionalismo nos assuntos práticos, mas especialmente nos assuntos políticos, será eficaz contra todas as formas de racionalismo - o foco de Oakeshott, no entanto, está no racionalismo moderno.

O racionalismo do século XX e suas várias críticas são versões sofisticadas da iluminação privilegiando a razão em detrimento da tradição e do preconceito. Visto a este respeito, não é surpreendente que Oakeshott seja novamente associado com os críticos contemporâneos do racionalismo como Arendt, Hayek, Berlin e Habermas. No entanto, para fazer justiça à singularidade da posição de Oakeshott exigir que vejamos suas preocupações com o problema do racionalismo tão mais amplas que o pós-guerra.

O interesse de Oakeshott no racionalismo moderno decorre do fato de que envolve um certo abuso de razão na medida em que a razão é tratada como soberana sobre a natureza sem o reconhecimento da dependência da razão sobre a natureza. Assim enquanto Oakeshott não é necessariamente contra a razão, por si só, o ponto geral de Oakeshott é interrogar a apoteose da razão sob as rubricas da técnica. De fato, Oakeshott considera que o racionalismo moderno exemplifica paradigmaticamente o abuso de razão sob as rubricas da técnica, dada a sua obsessão com o ideal de certeza e método, de modo que, no ataque ao racionalismo, a agenda mais ampla de Oakeshott é entender como a prevalência da crença na soberania da razão como técnica condicionou a civilização europeia em todas as suas ramificações, especialmente em sua moralidade e política (WOOD, 1978).

Na verdade, Oakeshott explicitamente resume a situação dos europeus em termos de racionalismo, argumentando, por assim dizer, que a prevalência da disposição racionalista na política europeia e moralidade tem precipitado certa crise naquela civilização. O que isso implica imediatamente é que a crítica de Oakeshott sobre o racionalismo não é culturalmente neutro, na medida em que, em última análise, envolve diagnóstico fundamental do predicamento da civilização do continente europeu (DAHL, 2005).

Na visão de Neide Silva (2016) significativamente Oakeshott não é nada ambíguo sobre a cultura e sustentação de seu ataque ao racionalismo; porque ele nos diz explicitamente no início da obra sobre racionalismo e política, que seu ponto é “considerar e considerar principalmente o impacto do racionalismo moderno sobre a civilização europeia. Em outro lugar ele diz ainda mais claramente em relação ao seu propósito: “Meu objetivo não é refutar o racionalismo; seus erros são interessantes apenas na medida em que revelam seu caráter. Está sendo considerado não apenas a verdade de uma doutrina, mas o significado de uma forma intelectual na história da Europa pós-renascentista.

Dada a ampla agenda de Oakeshott em relação à sua crítica do racionalismo, não é de surpreender que depois de caracterizar a disposição racionalista no início de sua obra, Oakeshott move-se imediatamente para abordar a questão do impacto do racionalismo na política europeia. Ao acentuar a influência corruptora de racionalismo na

política, Oakeshott identifica um número de anomalias (características) associado à política racionalista. Primeiro é que por causa da ênfase excessiva em reivindicação de certeza e técnica para a exclusão da reivindicação de tradição, autoridade e preconceito na dinâmica da política, política sob a influência do racionalismo frequentemente tende a degenerar em uma questão de resolução de problemas (WOOD, 2002).

Construído como uma questão de engenharia social com um mandato para corrigir o problema da sociedade, a disposição racionalista também leva à política ideológica como a base a suposição é que há solução para cada problema e a solução é encontrada em diferentes tipos de ideologias. No entanto, além de levar à política ideológica, Oakeshott também acredita que a prevalência do racionalismo na política significa que a política está fadada a se tornar “Política de perfeição” e “política de uniformidade”, assumindo que não há problema está além da solução e todos os problemas podem ser incluídos em um molde, levando a desnecessariamente determinismo, artificialidade e superficialidade. Para Oakeshott a essência do racionalismo reside na combinação de ambas as características, de modo que qualquer um deles sem o outro denota um tipo diferente de política. Em suas palavras, a evanescência da imperfeição pode ser considerada o primeiro item do credo do racionalista. Ele não é desprovido de humildade. Ele pode imaginar um problema que permaneceria impermeável ao ataque de sua própria razão (Silva, N. 2016).

Mas o que ele não pode imaginar é política que não consiste em resolver problemas, ou um problema político de que não há solução racional em tudo. Tal problema deve ser falso. E a solução 'racional' de qualquer problema é, em sua natureza, a solução perfeita. Não há colocar em seu esquema para um 'melhor nas circunstâncias', apenas um lugar para 'o melhor', porque a função da razão é precisamente superar as circunstâncias.

Oakeshott continua: É claro que o racionalista nem sempre é perfeccionista em geral, sua mente governava em cada ocasião por uma utopia abrangente; mas invariavelmente ele é um perfeccionista em detalhes. E da política da perfeição nascem a política da uniformidade; um esquema que não reconheça as circunstâncias pode ter, não há lugar para variedade.

Conforme Wood (2002) até então, é evidente que, para Oakeshott, a crença na soberania da técnica é o elemento central que define a perspectiva racionalista, então que tudo o que está errado com o racionalismo deriva dessa exagerada interpretação da razão. Assim, se o racionalismo tende a “reduzir a experiência a um conjunto de princípios, é em grande parte por causa da confiança que impõe na superioridade Da técnica como critério de verdade e significado. Da mesma forma, se o racionalismo levar a política ideológica ou “política de reformas” e “reparos”; ou novamente, se o racionalismo leva à “política das necessidades sentidas” ou às “políticas de perfeição” e “uniformidade”, tudo isso pode ser entendido em termos do privilégio da técnica pelo racionalismo (WOOD, 1978).

Dada a convicção de Oakeshott em relação à centralidade da crença em soberania da técnica na arquitetônica da perspectiva racionalista, não é surpreendente que Oakeshott dedica uma atenção considerável ao exame da alegação da crença na soberania da técnica. Claro, o entendimento aqui é que, se esta conta da razão é mostrada para ser falida todo o caso para o racionalismo dentro de um contexto de colapso, de modo que a rejeição de Oakeshott da apoteose da técnica é um fator crucial no momento em sua crítica do racionalismo (WOOD, 2002).

As objeções específicas de Oakeshott contra o ideal da técnica e como ela fornece uma base epistêmica para o trabalho do autor, é mencionado por Neal Wood, como a rejeição do racionalismo.

Conforme Ricardo Silva (2016) aproximando-se da crítica de Oakeshott do racionalismo através de sua rejeição da soberania da técnica não só elenco crítica de Oakeshott sobre o racionalismo em relevo, mas também revela como ambas as considerações se correlacionam e, em de fato, dependem da filosofia da experiência de Oakeshott como articulada na Experiência e seus modos. Mas primeiro vamos começar com os detalhes da crítica de Oakeshott a crença na soberania da técnica.

No que diz respeito à dinâmica deste primeiro tipo de conhecimento, Oakeshott explica Racionalismo na política. Em muitas atividades, este conhecimento técnico é formulado em regras que são ou pode ser deliberadamente aprendido, lembrado e, como dizemos, colocado em prática; mas quer seja ou não tenha sido formulado com precisão,

é suscetível de formulação; embora habilidades e percepções especiais possam ser necessárias para dar a ele formulação (WOOD, 2002).

Na visão de Oakeshott (2006), o conhecimento prático ou o conhecimento tradicional é tão fundamental que nenhuma atividade concreta possa ser realizada sem conhecimento prático, ou seja, mesmo quando o conhecimento técnico está presente, sempre pressupõe conhecimento prático para que, em seu próprio conhecimento técnico, não seja suficiente. Como deve ser evidente a partir do exposto o ponto alto do relato de Oakeshott sobre os dois tipos de conhecimento envolvidos em todas as atividades práticas é o fato de que ambos, constituem a essência do conhecimento, de modo que não podemos separá-los sem mutilar a estrutura do conhecimento.

Deve-se observar, conforme Neal Wood (2002) especialmente a queixa de Oakeshott de que o erro racionalista consiste em confundir uma parte para o todo. Para este ponto significativamente ecoa a doutrina da experiência de Oakeshott como articulada na Experiência e seus Modos, qual doutrina fornece o fundamento epistemológico e metafísico para Oakeshott conta da relação entre os vários modos de experiência, tanto na sua constituição interna como na sua relação com outros modos e de fato, em sua relação com a experiência absoluta.

A visão que Neal Wood (2002) propõe sustentar é que a experiência é um todo único dentro quais modificações podem ser distinguidas, mas que não admite nenhuma divisão; e essa experiência em todos os lugares, não apenas é inseparável do pensamento, mas é em si uma forma de pensamento. Não é, obviamente, errado distinguir (por exemplo) sensação, reflexão, volição, sentimento e intuição.

Eles são produtos de análise, abstrações sem vida que (como todas as outras) chamam a ser unidas ao todo concreto para a que pertencem e de onde derivam sua natureza. Tudo abstrato e incompleto experiência é modificação do que é completo, individual e concreto, e para isso deve ser encaminhado se quisermos determinar seu caráter (WOOD, 2002).

A questão aqui diz respeito claramente à questão da unidade deste concreto toda a experiência e se algum dos elementos dentro dela pode constituir sua unidade. A resposta, para Oakeshott, é não. Nenhum dos elementos dentro do todo, ou, todos os elementos juntos constituem a unidade do todo. Os elementos referem-se ao todo como

experiência abstrata se relacionam com a experiência concreta. Em outras palavras, enquanto lá é a permissão para a divisão dentro da totalidade concreta da experiência, as divisões são expressões abstratas do todo concreto. É por isso que Oakeshott diz que “Experimentar e o que é experimentado são, tomados separadamente, abstrações sem sentido, dado que, como correlatos, “eles se interpenetram no mais completo dependência, compondo um todo”. (WOOD, 2002 p. 102)

Esta doutrina da experiência, também conhecida como a doutrina do concreto universal, evita o dualismo em todas as suas ramificações e é parte integrante do que Oakeshott herdou de seus predecessores idealistas. Como Franco (2012) observa, a doutrina constitui a espinha dorsal filosófica da crítica do racionalismo de Oakeshott. Franco (2012) está certamente certo; pelo que Oakeshott invoca ao rejeitar o alegado soberania da técnica é o princípio da coerência no cerne da doutrina do concreto universal.

Neste contexto específico, a rejeição de Oakeshott ao despotismo de técnica em *Rationalism in Politics*, paralelos a sua rejeição do despotismo do positivismo, historicismo e pragmatismo em *Experience and It's Mods*, na medida em que a mesma lógica de coerência informa todas as rejeições. De fato, é instrutivo que, discutindo a experiência prática no quarto capítulo da *Experience and It's Mods* Oakeshott tem o cuidado de insistir que a experiência prática não é uma experiência concreta embora em virtude do princípio da coerência no trabalho na experiência prática, é superar sua natureza abstrata e atingir a integridade (WOOD, 2002).

Ao desenvolver sua conta de racionalidade em “Conduta Humana” Oakeshott critica a visão da racionalidade, cujo propósito é entendido como a marca distintiva da realidade na conduta. De acordo com essa visão, a atividade racional é comportamento em que um fim independente premeditado é perseguido e que é determinado exclusivamente por esse fim. Ao levar em conta este relato da conduta humana, Oakeshott concentra-se em sua suposição fundamental, a saber, a doutrina da mente como um instrumento neutro.

Na opinião de Oakeshott, ver a conduta racional em termos da operação da mente independente é insatisfatório porque descreve erroneamente comportamento e, nesta medida, é impossível produzir qualquer exemplo claro e genuíno de

comportamento que se encaixa. Para Oakeshott, se este é um comportamento racional, então não é meramente indesejável. É de fato impossível. Os homens não se comportam dessa maneira porque não podem. Sem dúvida aqueles que sustentaram esta teoria pensaram que eles estavam descrevendo uma possível forma de comportamento e chamando-o de "racional" eles recomendam como desejável, mas eles eram sob uma ilusão. (WOOD, 2002 p. 89)

Assim, emerge que é central a objeção de Oakeshott a essa teoria da conduta racional é um certo dualismo de mente e atividade que pressupõe. Como Oakeshott diz ao avaliar a ideia de mente ou inteligência no centro da teoria: A noção é: que primeiro há algo chamado "a mente", que a mente adquire crenças, conhecimentos, preconceitos - enfim, um preenchimento – que permanecem, no entanto, um mero apêndice, que provoca atividades corporais e que funciona melhor quando não é embaraçado por uma disposição adquirida de qualquer espécie. Enfim, está mente acreditava-se ser uma ficção; é uma atividade hipostenizada; é composto inteiramente de pensamentos. O indivíduo, não tem uma mente em primeiro lugar, que adquire o preenchimento de idéias e faz distinções entre verdadeiro e falso, certo e errado, razoável e irracional; e então, como terceiro passo, causa atividade (WOOD, 2002).

Oakeshott (2006) reafirma que a filosofia, o impulso para estudar a qualidade e o estilo de cada voz (atividade prática, ciência e poesia), e refletir sobre a relação de uma voz com outra, deve ser considerada atividade parasitária; deriva da conservação [dos homens], porque é nisso que o filósofo reflete, mas não faz nenhuma contribuição específica para isso.

E então, embora admita que o "eu" existe (como atividade) e que a mente também é atividade, ele afirma a essência da controvérsia sobre a filosofia quando ele argumenta (OAKESHOTT, 2001 p. 224) que a "contemplação" sozinha sobrevive da concepção de "teoria" de Platão; é experiência estética, e não pode ser lógico ou demonstrativo, o que de fato Platão assume injustificadamente para isso. Em outro sentido, assim, Oakeshott (2006) parece reduzir a filosofia à estética da política. A poesia, por outro lado, é uma tragédia indolor da política.

Kekes argumenta da mesma forma que o conservadorismo, com seu ceticismo definidor e oposição ao "racionalismo" na política, contrasta com o liberalismo e o socialismo ao rejeitar compromissos de valor a priori (KEKES, 1997 p. 368). Essa posição foi enunciada de forma mais vigorosa por Burke, o "mestre intelectual" do conservadorismo, reconhecido por quase todos os conservadores subsequentes. Ele rejeitou o raciocínio a priori na política, notadamente alegando abstrair direitos naturais, manifestado de forma mais dramática no sonho jacobino francês de destruir e reconstruir a sociedade. Já Burke sustenta que existe uma sabedoria prática em instituições que na maioria das vezes não é articulável teoricamente, certamente não com antecedência, mas é transmitida em cultura e tradição.

Para os conservadores, proposições abstratas não podem ser simplesmente aplicadas a circunstâncias específicas. Ao contrário dos liberais e socialistas, portanto, os conservadores são particularistas em rejeitar as prescrições e panaceias universais; eles rejeitam o requisito modernista-iluminista de que a racionalidade prática é liberada de todo o particularismo (BEVERIDGE; TURNBULL, 1997).

Isto não é "particularismo" em sua definição de dicionário de "adesão exclusiva ao próprio grupo, partido, seita ou nação"; antes, é um sentido filosófico que tem uma afinidade com o particularismo moral, como defendido por Dancy (2004). O paralelo é incompleto, no entanto; conservadores políticos não negam que existem princípios gerais, eles apenas negam que se deve aplicá-los. Sua posição é essencialmente epistêmica - não se pode conhecer os princípios gerais cuja implementação beneficiaria a operação da sociedade.

De acordo com Gray, o *insight* fundamental do conservadorismo é que:

[...] a identidade das pessoas não pode ser uma questão de escolha, mas é conferida a elas por suas histórias não escolhidas, de modo que o que é mais essencial sobre elas é ... o que é mais accidental. A visão conservadora é que as pessoas virão a valorizar os privilégios da escolha ... quando eles perceberem o quanto em suas vidas sempre devem permanecer não escolhidos. (2010 p. 159)

Os filósofos podem especular sobre por que temos os deveres que fazemos, mas o preconceito nos faz agir, sem precisar calcular todas as consequências - ou mesmo raciocinar sobre os fins.

Logo no contexto social, o conservadorismo é primariamente epistêmico. Os conservadores acreditam que valores de justiça, liberdade e verdade são importantes e devem ser perseguidos pelo Estado, mas eles interpretam esses valores de maneira concreta (ou se auto intitulam como interpretadores).

A visão social “orgânica” do conservadorismo é inerentemente cética em relação ao Estado e, em vez disso, coloca a fé na família, na propriedade privada e na religião; não envolve o rico organicismo dos idealistas britânicos Bradley e Bosanquet, que produz “uma união mística com a unidade superior do Estado” - uma concepção filosófica alemã e não conservadora britânica (SWEET, 1999).

Para os conservadores, os indivíduos e as comunidades locais, e especialmente essa segunda, são melhores avaliadores de suas próprias necessidades e problemas do que os burocratas distantes. Livres do planejamento utópico, os conservadores sustentam que a sociedade encontra sua própria forma, em grande parte benéfica.

Costuma-se argumentar que a filosofia política moderna é animada pela ideia de liberdade, enquanto a filosofia política antiga repousa sobre uma ordem natural discernível pela razão à qual os humanos devem se conformar (Franco 1999 p. 2). Assim, dentro da visão filosófica de Oakeshott, apresenta-se nesse tópico as diferentes vertentes filosóficas expostas pelo autor em suas obras. Na Experiência e seus modos, Oakeshott escreveu:

A filosofia, o esforço no pensamento para começar no começo e pressionar até o fim, deve perder mais pelo profissionalismo e seu impedimento do que qualquer outro estudo. E talvez seja mais importante que nos mantenhamos livres de opiniões meramente parasitas do que de que devemos estar cientes de tudo, ou até mesmo do melhor, que foi pensado e dito. Pois uma filosofia, se é que deve permanecer, deve permanecer absolutamente sobre seus próprios pés e qualquer coisa que tenda a obscurecer esse fato deve ser vista com suspeita (Oakeshott, 2006, p. 57)

Ao contrário, no campo político Oakeshott (1999) sugere:

“Na atividade política. . . os homens navegam num mar ilimitado e sem fundo; não há porto para abrigos nem piso para ancoradouro, nem ponto de partida nem destino designado. O empreendimento é manter-se à tona em equilíbrio” (p. 98)

Michael Oakeshott em *Experiência e seus modos* frequentemente fala de “coerência” e “abrangência” e usa numerosos termos relacionados para caracterizar verdade e significado (MARQUES, 1999, p. 98).

Para Oakeshott, um idealista filosófico auto-reconhecido, a realidade nada mais é do que a totalidade unificada, ou o mundo, da experiência. É o mundo da experiência como um todo coerente (OAKESHOTT, 1999). Ele caracteriza a experiência como complexa e homogênea. É complexo no sentido de que abrange todo o espectro experiencial para incluir sensação, percepção, emoção, intuição, volição, julgamento e cognição. Além disso, a experiência é complexa no sentido de que ela se manifesta em sua forma completa, integral, completamente autocrítica, real e concreta e também abstraída, presa, parcial. Modificado e, portanto, formas distorcidas ou modos.

Apesar dessa variedade ou complexidade, há também uma homogeneidade evasiva da experiência porque, de qualquer maneira que se manifeste, “é impossível descobrir uma forma de experiência que seja *menor* que [pensamento ou] julgamento” (OAKSHOTT, 1999). A princípio está sugerindo que, ao longo de toda a nossa experiência cognitiva / afetiva, o discernimento ocorre e, portanto, o amplo espectro da experiência não conhece divisão absoluta (OAKSHOTT, 1999), apenas vários *graus* de discernimento, crítica ou julgamento. Sensação, percepção, intuição, sentimento e volição nunca são tipos independentes de experiência, são diferentes níveis ou graus de julgamento (OAKSHOTT, 1999).

Nesse sentido, a experiência é um mundo de ideias e é esse mundo concreto, real, não-abstraído para o qual Oakeshott, como filósofo, inicialmente volta sua atenção. Reconhecendo que ele eventualmente terá que examinar também os modos de experiência presos e modificados que caracterizam a maior parte de nosso pensamento na maior parte do tempo, ele sugere que para entender essas outras formas de experiência como modificações, precisamos primeiro entender a experiência em sua forma mais pura e forma absoluta, como filosofia (OAKSHOTT, 1999).

Segundo ele, filosofia é “experiência sem reserva ou prisão, experiência que é crítica por toda parte, desimpedida (...) pelo que é (...) parcial ou abstrato” como a totalidade unificada da experiência, como o ponto de referência ou ponto de vista

perspectivo a partir do qual todas as formas de experiência presas devem ser avaliadas (OAKSHOTT, 1999 p. 45).

O mundo concreto da experiência que é acessado e alcançado na filosofia, experiência em si, é um sistema ou mundo de ideias, caracterizado por sua coerência, ou unidade, e por sua completude, sua totalidade. Deve-se notar aqui os teoremas de incompletude de Kurt Gödel (publicados em 1931, dois anos antes da publicação da *Experiência*, mas sem atenção de Oakeshott), que provam que qualquer sistema formal consistente (coerente) deve conter pelo menos uma afirmação que não é demonstrável nem de ajustável dentro da lógica desse sistema, e que a própria consistência (coerência) de um sistema formal não pode ser provada por meios formalizáveis dentro desse sistema. O primeiro teorema pareceria sugerir que, ao contrário de Oakeshott, seu "mundo de ideias" não poderia ser autossuficiente ou completo em si mesmo. E o segundo teorema parece sugerir que, particularmente para um sistema, como o "mundo das ideias" concreto de Oakeshott, caracterizado como absoluto e todo-inclusivo - isto é, sem um mundo coerente à parte - seu sistema não poderia ser provado coerente. (ECCLESHALL, 1992).

No entanto, em nenhum lugar Oakeshott fornece uma definição formal do que ele pretende por "coerência". Portanto, ele provavelmente apontaria que uma incapacidade de provar ou refutar a verdade ou a coerência de algo não estabelece sua verdade ou falsidade, sua coerência ou incoerência; além disso, uma vez que ele não considerava seu mundo de ideias um sistema completamente *formal*, ele provavelmente concluiria que os teoremas de Gödel nem sequer se aplicam a esse sistema; e, finalmente, que, independentemente de qualquer procedimento formal de "prova", ele ainda pode *saber que* o mundo concreto das ideias é coerente e completo. (ECCLESHALL, 1992).

Embora a integridade de toda a experiência seja original, no sentido de ser epistemologicamente primordial, sua articulação como filosofia (entendida como um sistema de ideias absolutamente abrangente) - exatamente como os mundos menos abrangentes da experiência representados, por exemplo, pela ciência, pela história e política - deve ser "alcançado". Mas o desenvolvimento de uma filosofia, como vimos, não é um processo de simplesmente agregar um conjunto de ideias dadas:

[...] mundo dado ou unidade de idéias é reorganizado em uma unidade mais próxima. Nenhuma constituinte [idéia], seja deste dado mundo ou do mundo alcançado, pode ser considerada como tendo um lugar independente dentro da unidade de seu mundo, nem é esta unidade um mundo constituído de idéias separadas, porém relacionadas; cada idéia, na medida em que é distinguível, expressa a unidade de seu mundo [maior, total], e o mundo (por sua vez) é apresentado como um todo [WM: no entanto, distorcido ou incompleto] em cada constituinte. [...] em toda experiência [concreta] existe toda a realidade. Isto é, a experiência ou a realidade não é divisível em partes ou departamentos; não há campos de conhecimento distintos e separados. Em todo julgamento, qualquer coisa é [implicitamente] afirmada em toda a realidade. (OAKSHOTT, 1999 p. 323)

Esse mesmo tipo de relacionamento implicacional existe entre ideias individuais abstraídas e seu respectivo mundo abstraído de ideias, ou modos, como existe entre as individuais e o mundo concreto.

A relação é orgânica no sentido em que cada célula biológica contém a imagem genética e o potencial para todo o organismo. Mas é o todo, não a célula que é a substância ou a realidade da manifestação plena. Oakeshott sugere que a "leitura" de experiência também pode ser retrospectiva ou prospectiva. Mas sua recomendação, de que o pensamento filosófico considera tanto "lugar e tempo... irrelevante" (OAKSHOTT, 1999 p. 349) parece limitar o significado de sua presente observação a uma consideração daquilo que é *logicamente*, não temporalmente, anterior e conseqüente no pensamento. Isso fica consideravelmente aquém da dinâmica interior e antecipatória da "imaginação" precursora de autores como Neal Wood, e, especialmente, da elaboração dessas dinâmicas em seu retrato expressamente temporal da reflexividade:

Nem, novamente, a unidade da experiência deve ser confundida com aquilo que surge da conformidade com algum princípio fixo e central. Na experiência, idéias separadas e independentes nunca são reunidas em torno de um determinado princípio ou núcleo. (OAKSHOTT, 1999 p.33)

No entanto, como vimos, Oakeshott rejeita qualquer compreensão de coerência linear, ou mesmo predominantemente formal. Nota-se, portanto, que o autor insiste em uma epistemologia - pelo menos no nível do conhecimento *puro*, ou filosofia - cujo critério de realização é o da explicitação, e cujo modo de compreensão é inteiramente focal:

Na experiência, como o desenvolvimento ... de um sistema de idéias, procedemos sempre por *implicação*. Nós nunca olhamos *para* um determinado mundo para outro mundo, mas sempre *em* um determinado mundo para descobrir a unidade que ele implica. (OAKSHOTT, 1999 p. 31)

Ainda assim, para seu crédito, Oakeshott não fornece nenhuma definição específica de “implicação” e, portanto, de “coerência” (seja por padrão ou por escolha não está claro), e quando ele aborda a questão de como podemos reconhecer concreto, verdade filosófica - que ele iguala à coerência total - quando a encontramos, seu critério final é subjetivo, no sentido de ser essencialmente intuitivo-emotivo: “Verdade... é o mundo da própria experiência na medida em que esse mundo é *satisfatório* (OAKSHOTT, 1999 p. 28).

Em termos lógicos estritamente formais e lineares, isso constituiria uma circularidade verdadeiramente “viciosa”, mas o que salva Oakeshott de tal crítica é sua compreensão amplamente abrangente e holística da experiência filosófica e seu enraizamento da experiência filosófica em nada mais definitivo do que um tipo de experiência estética em si (PAREKH, 2013).

Alguns *insights* importantes emergem da luta de Oakeshott para lidar com a relação entre coerência e completude, ou abrangência (o todo). Aqui detectou-se a influência de Hegel sobre Oakeshott. A coerência, ou unidade, de um sistema, ou mundo da experiência, não pode ser estabelecida à parte de sua completude, e quando essa completude pode ser assumida, a coerência do mundo de idéias que constitui a experiência concreta é caracterizada pela necessidade. Outra maneira de expressar isso: coerência abrangente é epistemologicamente convincente. O que parece coerente em um todo parcial (abstrato), ou modo de experiência, pode ser considerado incoerente quando visto da perspectiva da compreensão total; pois, no contexto dessa perspectiva não apenas maior, mas mais pura (não distorcida), a experiência presa perde seu significado assumido. Da mesma forma, o que parece incoerente em si mesmo a partir de uma perspectiva parcial pode ser descoberto como coerente quando visto dentro do contexto da experiência plena, concreta, que transforma seu significado (FRANCO, 1999).

Oakeshott distancia-se explicitamente dos realistas e dos teóricos da correspondência quando declara que:

O fato é coercivo, não porque é dado (pois o dado e o questionável permanecem juntos), mas porque é completo. Fato é o que somos obrigados a pensar, não porque corresponda a algum mundo externo da existência, mas porque é necessário para a coerência do mundo da experiência. E na experiência a satisfação é alcançada quando o nível de fato é atingido. (OAKSHOTT, 1999 p. 42)

Isso não é negar que os fatos são “dados”, apenas que sua mera vontade não é o que compele a nossa credibilidade. Mesmo quando ele fala de “fatos”, devemos lembrar que qualquer coisa que é “dada” na experiência deve ter algum significado se for para obter nosso reconhecimento como um “dado” experiencial. E para ter significado, esses fatos devem se apresentar para nós como “ideias”, ainda que rudimentares, que não são simplesmente uma multiplicidade de “ideias” isoladas. Reconhecer um “fato” já é perceber, ou pelo menos sentir, seu lugar dentro de um todo maior (PAREKH, 2013).

Em nenhum lugar ele caracteriza o processo como se aproximando da conclusão, não mais sujeito a mudanças, nem como aquele em que o conhecimento é liberado de uma dependência da consciência além da percepção imediata e conceitual de uma pessoa (PAREKH, 2013).

Já como reflexão política, essa visão deve mais a Edmund Burke do que Oakeshott visasse reconhecer. Todavia, pelo que se percebe, Oakeshott foi um pensador mais filosófico, que teria se aliado a um ceticismo humano com o desejo de interrogar os aspectos mais profundos da atividade e experiência humanas na tradição de Spinoza e Hegel. Seus olhos são sempre condicionais: para ele, a filosofia não tem absolutos, exceto que toda experiência humana é conduta com suas pressuposições (HORTON, 2005).

Somente através de uma consciência disso, a filosofia pode “se sustentar”. Segue-se que o anseio moderno pela objetividade, por uma autoridade sem suposições subscrever a ação humana por meio de reivindicações da ciência, religião ou identidade nacional, é tão intelectualmente espúrio quanto desastroso na prática (HORTON, 2005).

Nisso, remetendo novamente à ideia de racionalismo, teríamos portanto uma expressão de uma análise muito mais profunda de Oakeshott da experiência humana como dividida em diferentes “modos”, ou organização de estruturas conceituais, através das quais *encontramos o mundo*; é o que ocorre quando as categorias quantitativas da ciência são confundidas com as categorias muito diferentes que podem ser encontradas na história e na prática (HORTON, 2005).

Mas esses modos são marcados por sua consistência interna e desenvolvem uma base institucional dentro da sociedade: na verdade, Oakeshott passou a vê-los como vozes distintas e a interação entre eles como constitutiva da cultura e da civilização, as "interinidades de vida" (HORTON, 2005).

Para ele, então, a educação não é um processo tecnocrático de criação de futuros trabalhadores, ou mesmo uma simples transferência de conhecimento. É uma aventura, uma iniciação ao que ele chamou de “a conversa da humanidade”. É assim que aprendemos a ser humanos (TELES, 2004).

Mas essa análise foi revisada e refinada ao longo do tempo. O resultado foi a obra *On Human Conduct* (1975). Acabou-se a suavidade sedutora dos ensaios. O estilo é denso e complexo, e Oakeshott não se esquivou de criar um formidável vocabulário técnico em sua busca pela maior clareza de expressão (TELES, 2004).

Além disso, o livro se move da filosofia para a história, enquanto ele reformula e generaliza uma compreensão da prática humana, usa essa compreensão para explorar a ideia clássica de associação civil, e então localiza essa ideia na emergência ambígua do estado europeu moderno (TELES, 2004).

O resultado é filosoficamente profundo em pelo menos três maneiras. Dá nova profundidade à ideia de associação civil - como a associação de iguais não vinculados por qualquer empresa ou propósito governamental. Ele permite que o escopo lógico de Oakeshott amplie seu pensamento para abraçar o estado de direito, concebido de maneira modal, como fez em seu trabalho final, *On History* (1983). E permite-lhe unir essas duas vertentes em um fundamento filosófico rigoroso e original para ideias modernas de governo limitado, liberdade pessoal e legitimidade básica do Estado. É nesse sentido que Oakeshott é, em última análise, um filósofo "conservador" (TELES, 2004).

3.1 CRÍTICA DA IDEIA DE IDEOLOGIA EM OAKESHOTT

Até esse ponto, temos que a análise do trabalho foi feita tendo como escopo uma compreensão filosófica dos escritos do autor no intuito de tentar desmistificar o que ele entende por *ser conservador*. Contudo, essa filosofia de Oakeshott tem um ponto muito problemático, e quando levada em conta sem uma reflexão sobre o que essa filosofia acaba legitimando temos uma crítica vazia em certo sentido. Sem essa análise sobre que se legitima ao admitirmos essa filosofia das obras de Oakeshott perdemos de vista várias consequências desse pensamento.

Um ponto de destaque no que foi exposto nas páginas anteriores diz respeito a ideologia, já que o autor traz a ideia de que o conservadorismo está acima de qualquer vertente ideológica, incitando que o conservadorismo seria baseado no empirismo, no concreto e as *abstrações enganosas* não o modificariam como afetam as ideologias. Essa ideia é bem sedimentada entre os conservadores desde Burke² ao menos.

Os autores conservadores, porém, definitivamente não são os primeiros ou os únicos a escrever sobre o conceito de ideologia. Aliás esse termo possui inúmeros significados, tanto na academia como no senso comum, e ao longo da história foram usados em diferentes contextos e com diferentes conotações. No senso comum a “ideologia” costuma estar associada a algo falso, falacioso, alguma fala ou ação que tenha uma origem em alguma percepção falsa da realidade. Quanto ao conceito em sua forma mais acadêmica é notável o seu uso pela tradição marxista, que nesse caso ainda se mantém de alguma maneira atrelado a noção de falsidade, mas como instrumento da dominação política burguesa, como é percebido em vários escritos da filósofa brasileira Marilena Chauí e em outros autores marxistas, como Herbert Marcuse, por exemplo. É fundamental, ainda sobre esse conceito, a obra *Ideologia: Uma introdução* do filósofo britânico Terry Eagleton.

² Na verdade o termo usado por Burke é “abstrações”, mas são inúmeras as passagens em que ele se refere a essas abstrações, e em muitas delas ele as relaciona à metafísica, novamente realçando a importância da experiência e da prática. Disso são bons exemplos: “Mas não poderia me adiantar e distribuir críticas ou elogios concernentes à ações ou interesses humanos, à simples vista do objeto, despojado de toda relação, em toda a nudez e isolamento da abstração metafísica” (2014, p. 29); “De que adianta discutir o direito abstrato de um homem ao alimento ou aos remédios? “Nessa deliberação, sempre aconselharei que se solicite a ajuda do agricultor e do médico, e não a de um professor de metafísica” (2014, p. 81).

Também não é o objetivo do presente trabalho retomar a discussão desse conceito, porém, importa pontuar que apesar das diferentes definições há elementos do conceito de ideologia que permanecem nos diversos autores que tratam do tema, incluindo além dos já citados, John B. Thompson, Martin Seliger e Slavoj Žižek, dentre outros. Ideologia, não apenas no senso comum como já dissemos, mas também nos meios acadêmicos³, acaba sempre se relacionando com a noção de falsidade, em geral sendo um conjunto de ideias falsas. Há sempre um propósito na ideologia, um propósito de coesão de um determinado grupo social e, principalmente, um propósito político, de legitimação de um determinado arranjo político e social, seja estabelecido seja desejado. Há também uma relação entre a ideologia e a visão de mundo de um indivíduo ou grupo, independentemente da discussão sobre a veracidade desta visão de mundo com a realidade.

Ora, se o conceito guarda uma profunda relação com a dinâmica política, com as disputas sociais por significado e também com a própria visão de mundo de um indivíduo ou pessoa, ideologia não diz respeito apenas a compatibilidade ou não das ideias de um dado grupo em relação a realidade. Para citar um dos mais reconhecidos autores que escreveram sobre o tema, Terry Eagleton: “A ideologia tem mais a ver com a questão de quem está falando o quê [sic], com quem e com que finalidade do que com as propriedades linguísticas inerentes de um pronunciamento” (p. 22). Em outras palavras, ideologia é um conceito que depende do contexto, depende de quem fala e do seu propósito como ator político, é um discurso que serve a um propósito, inclusive um propósito político. É aí que temos o grande problema da defesa que é feita por Oakeshott, e por outros conservadores, do conservadorismo como uma linha de pensamento acima da ideologia, como um algo não ideológico.

O conceito de ideologia nesse caso tem realçado a sua definição como ideia falsa, irreal, sem respaldo fático. A ideia de utopia nesse sentido é também correlata. Quando Burke, Oakeshott e Scruton, por exemplo, falam contra as abstrações metafísicas, contra o não tentado e a mudança, eles estão atacando a ideia de um ideal perfeito, de uma sociedade perfeita, e também das ideologias “utópicas” que defendem esse ideal.

Para que fique mais claro: os conservadores pensam no tentado, no familiar, no

³ Talvez o exemplo mais claro disso seja a posição e a definição do conceito na tradição marxista.

conhecido; em termo mais filosófico, o conhecimento e verdade são buscadas pela experiência, pela prática. Ou seja, para esses pensadores, a ideologia – ou em termos Burkeanos e talvez mais precisos – “as abstrações”, a racionalização da realidade e as teorias em geral, quanto mais distantes da prática menos confiáveis se tornam. É na realidade prática e não nas teorias e ideologias que os conservadores, segundo eles mesmos, embasam o conhecimento.

Antes de prosseguir importante pontuar um desvio. Foge ao escopo deste trabalho discutir sobre a validade da epistemologia conservadora de Oakeshott, e mesmo sobre a longa discussão entre objetivismo e relativismo, sobre realismo e idealismo, sobre a confiabilidade da mera experiência sem reflexão racional e outras questões de cunho epistemológico, mesmo ontologia. Sem dúvida são discussões relevantes e fundamentais do ponto de vista filosófico, porém este não é o espaço adequado para esses apontamentos. Foge muito ao objeto de estudo mostrar a trajetória dessas discussões ainda que de maneira resumida. Sendo assim, mesmo que a reflexão à qual passamos agora dependa de certos pressupostos filosóficos, a análise filosófica da obra de Oakeshott já foi, no limite do que nos propusemos a fazer, concluída.

Mas, voltemos ao conceito de ideologia. A percepção conservadora em relação ao conceito é problemática, pois torna difícil visualizar o conceito de ideologia como relevante na análise das relações de poder. Ao tratar o conservadorismo somente como uma proposta filosófica fundada em uma inclinação, disposição ou até mesmo uma característica psicológica natural em todos, os conservadores buscam legitimar sua linha de pensamento, ao mesmo tempo em que rebaixam o pensamento divergente como irreal, falso, utópico, como uma má apreensão da realidade. Existe uma dinâmica social e política sobre a legitimidade ou não do que é dito sobre a realidade, a própria definição do que é real ou não também é socialmente construída.

Do ponto de vista sociológico, há inúmeros discursos sobre o real e a verdade, restando evidente a controvérsia entre os conceitos. Sua posição como discurso verdadeiro ou “ideológico” depende de mecanismos de legitimação e deslegitimação e nesse sentido a ideologia como ideia falsa, nas várias formas que essa definição pode apresentar-se, é um instrumento nessa dinâmica.

A análise filosófica feita anteriormente fornece uma pista do porquê dos conservadores fazerem isso. Quando Oakeshott fala sobre a experiência, em específico quando reforça a crítica ao objetivismo científico e suas generalizações e abstrações, ele o faz calcado na tradição conservadora de defender o que se conhece incluindo os preconceitos⁴. A explicação da epistemologia conservadora novamente encontra guarida no ponto de vista filosófico, que se baseia no medo do desconhecido e na segurança do que se conhece. Do ponto de vista sócio-político, porém, é importante lembrar que os conservadores defendem o que está posto, o que é dominante no discurso social bem como a liderança e a hierarquia presentes, favorecendo os que detêm o poder no momento.

Nesse sentido, pensando na ideologia como instrumento sócio-político, é impossível que o conservadorismo não tenha relação com uma ideologia. O conservadorismo seria inerente a uma forma de ver o mundo, a certa valorização de determinados arranjos políticos, valorização da experiência sobre a teoria, que tem um impacto político de dar legitimidade a aristocracia por exemplo ou no caso de Oakeshott dar suporte de legitimidade ao sistema capitalista, ainda que sejam feitas críticas ao livre mercado, por mais que esse autor e outros conservadores tentem camuflar isso.

Em contraponto a Oakeshott, o conservador e sociólogo Robert Nisbet seguiu o caminho oposto, não apenas admitindo o conservadorismo como ideologia mas também escrevendo sobre esse movimento como tal. Em seu livro *O Conservadorismo*, afirma que:

Sei que alguns escritores têm evitado aplicar o termo “ideologia” ao conservadorismo, talvez baseados na teoria de que este, por sua natureza, carece dos elementos activistas [sic] e reformistas atribuídos à ideologia genuína. Mas isto é fazer da “Ideologia” uma ideia acanhada e limitativa. Pondo de parte o seu significado histórico, assim como a sua conotação pejorativa com certo género de ideias do tempo de Napoleão e ainda o facto de Marx a ter aplicado à consciência colectiva [sic] de uma classe social, o sentido de ideologia, nos tempos actuais [sic], é bem claro e inteiramente útil. Em poucas palavras, ideologia é qualquer conjunto de ideias morais, económicas, sociais e culturais razoavelmente coerente, possuindo uma relação sólida e óbvia com a política e o poder político; mais especificamente, é uma base de poder para possibilitar o triunfo do conjunto de ideias (NISBET, 1987, p.9).

⁴ Nesse caso, e nas leituras de textos conservadores em geral, não se deve tomar o termo como normalmente fazemos. Para os conservadores preconceito não tem a ver necessariamente com discriminação, e tem uma relação maior com ideias prévias, baseadas novamente na empiria, no testado, no costume, no familiar. Essa aliás é a primeira fonte do conhecimento para os conservadores, e a mais segura.

Mesmo que o termo ideologia tenha ainda hoje, especialmente no senso comum, uma conotação pejorativa, o que poderia ser a razão dos autores conservadores relutarem em classificar o conservadorismo também como uma ideologia, o conservadorismo ainda legitima um dado arranjo político e deslegitima várias outras ideologias⁵, anticapitalistas e pró livre mercado.

Talvez o ponto que mais caracterize o conservadorismo como ideologia, ao menos no sentido de uma construção social do mundo, como uma forma de legitimação de certa estrutura de poder, seja a alegação ventilada por Scruton de que todos os seres humanos, ou ao menos os que conhecem a dor de perder algo, tenham uma disposição psicológica a serem conservadores. Se trata da naturalização da própria ideologia. Embora, dentro das discussões filosóficas, essa ontologia conservadora possa ser defensável, do ponto de vista político, essa naturalização leva a uma maior aceitação da posição de governado ou dominado, e mesmo uma legitimação ainda mais forte do governante e do sistema econômico vigente.

⁵ O próprio Nisbet o coloca entre “as três ideologias políticas mais importantes dos últimos séculos no Ocidente, ao lado do liberalismo e do socialismo” (1987, p. 9).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível verificar em Oakeshott traços de um conservador tradicional, mas que inovou em remodelar o conservadorismo e adaptá-lo no sentido de tornar o pensamento mais eficiente e utilizável na prática política, ainda que tivesse que buscar na filosofia ou até mesmo na história o embasamento para um conservadorismo supostamente enraizado na conduta e inerente a própria natureza humana.

On Being Conservative desvincula o pensamento conservador como uma ideologia sistemática e racional, tratando-o como uma disposição, em que todo ser humano em determinado momento exterioriza, já que todos teriam traços conservadores em seus valores intrínsecos, o que é uma forma eficiente de dar legitimidade ao conservadorismo como alternativa a outras ideologia. Correlacionado ao sentimento de perda, o conservador valoriza acima de tudo o que tem ao seu dispor, o familiar, decorrente do acúmulo de costumes ao longo da história, sem contudo impedir que mudanças necessárias sejam efetivadas desde que mantidas a previsibilidade e precaução.

A preocupação em mensurar os limites das funções estatais denota o tom liberal que deu ao seu pensamento conservador. O indivíduo é tratado como a unidade basilar da vida social e sua relação com o Estado deve ser preservada de excessos com função de mero instrumento para o funcionamento da sociedade – distanciando da política conservadora tradicional de normatizar certos comportamentos na esfera privada. Governar passa a ser uma atividade limitada, desvinculada da moral ou religião, e com fins de propiciar aos cidadãos buscarem as atividades de sua própria escolha.

Esse literalmente é o viés conservador-liberal do pensador: individualismo fortemente vinculado a uma liberalidade de costumes e intromissão estatal limitada.

Nisso, como exposto anteriormente, a consolidação da Revolução Industrial e ascensão do movimento operário, concomitante aos inúmeros movimentos sociais, corroborou com essa aproximação entre conservadorismo e liberalismo que até então andavam distantes. Nisso, a situação mundial do pós Segunda Guerra consolidou ainda mais o alinhamento entre conservadores e liberais, servindo a contribuição de Oakeshott para embasar e concretizar o que podemos chamar de conservadorismo liberal.

Mas analisar o conservadorismo disposto por Oakeshott somente com o ensaio *On Being Conservative* seria inócua. A análise do indivíduo, da conduta humana e sua relação e influência no entorno social e político só foi possível pela breve análise filosófica de pontos e conceitos cruciais de seus estudos.

Ainda que a tradição proveniente da história e costume seja a criadora da individualidade, defende um conservadorismo mais voltado para as estruturas políticas do que para comportamentos individuais, demonstrando peculiaridade em seu ideal conservador-liberal.

A “política da fé” como instrumento contínuo de aprimoramento humano em busca da perfeição como método principal de se fazer política e o contrapeso da “política do ceticismo” que limitaria a disposição desenfreada ao patamar apenas de um Estado como instrumento, apenas ratificam a ideia que Oakeshott confere ao conservador liberal.

Se por um lado o conservadorismo proposto por Oakeshott na associação civil, à primeira vista, pode demonstrar uma afronta aos ideais liberais ortodoxos, já que defende certo grau de intervenção (legítima e regrada) das instituições sobre os indivíduos, por outro serve para aguçar ainda mais o interesse de seus correligionários em aplicar na política atual seu pensamento conservador.

Ou seja, o modo como ele faz a aproximação da conduta de um conservador com as características liberais enseja o vigor necessário para os adeptos ao conservadorismo no contexto social-político contemporâneo. Oakeshott acaba trazendo o conservadorismo para o pós Segunda Guerra, trazendo-o de volta ao debate político, demonstrando que ainda *convém* ser conservador. O autor opera uma mudança ao aproximar o conservadorismo do liberalismo, que no início fora seu inimigo. Isso em grande parte porque essa mudança era inevitável, visto que o liberalismo, desde Burke, vinha se consolidando como modelo dominante.

Embora haja em Oakeshott elementos comuns aos pensadores tradicionais da escola de conservadores e liberais, ele não se preocupa em regrar um caminho específico ao governante, mas sim sua doutrina deve se dar pela vivência empírica de sua atividade. Ou seja, a forma como faz a conexão entre os ideais liberais clássicos de intervenção estatal mínima, livre mercado e individualismo com seu pensamento de que “ser conservador” é inerente à natureza humana, não somente o difere profundamente

do pensamento liberal tradicional, mas cria um vínculo entre o conservadorismo moderno e o liberalismo.

A indagação central desse trabalho, do porquê Oakeshott está em voga e sendo utilizado pelos (pseudo)pensadores que se auto intitulam como conservadores, reside justamente pela articulação que o autor sugere na prática de governar, enraizada por meio de seus ideais fundamentados no ceticismo mas que ele correlaciona diretamente ao liberalismo econômico (Estado atuante na manutenção da ordem) e principalmente na sua “política de fé”, que reveste o conservadorismo na promoção – ainda que mínima – de direitos prestativos de cunho social e econômico.

E é justamente nesse trânsito entre conservadorismo aliado a uma margem de maior liberdade comportamental, caracterizando o elo tangencial entre liberal e conservador disposto por Oakeshott, que remolda o conservadorismo a ponto de torná-lo mais *atrativo* e apto à atividade política, sob o fundamento de compatibilidade com uma agenda mínima de direitos sociais e econômicos, incluídas na visão conservadora da filosofia moral, política e religiosa.

Todavia, ao contrário do que Oakeshott defende, vimos que é impossível termos o conceito de conservadorismo esvaziado de ideologia, baseado apenas em costumes e hábitos ou proveniente de uma construção histórica. Sua própria natureza é indissociável a um conjunto de ideias de ordem moral, social, de conduta, econômica, cultural que servem justamente para fundamentar a relação com a política, poder político e sociedade. Isso, independentemente da vertente que se aplica ao conceito, é ideologia.

REFERÊNCIAS

AUGHEY, A., G. JONES E WTM RICHES. **A tradição conservadora na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos**, Londres: Pinter, 1992.

ALVESSON, M. & SKÖLDBERG, K. **Reflexive Methodology—new vistas for qualitative research**. London: Sage, 2000.

ANDERSON, P., 1992, **The Intransigent Right at the End of the Century** in London Review of Books, 14(18): 7–11, also in Spectrum, London: Verso, 2005.

ANDERSON, Perry. **Espectro: da direita à esquerda no mundo das ideias**. Tradução Fabrizio Z. Rigout, Paulo Cesar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2012.

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. Tradução Sérgio Bath. 7.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. (Tópicos).

_____. **O ópio dos intelectuais**. Tradução de Yvonne Jean. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.

ASHFORD, N., **Michael Oakeshott and the Conservative Disposition**, The Intercollegiate Review , 25: 39–50

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. Tradução Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2010.

BEISER, F., **Enlightenment, Revolution and Romanticism: The Genesis of Modern German Political Thought 1790–1800**, Harvard: Harvard University Press, 1992.

BOBBIO, Norberto. **Nem com Marx, nem contra Marx**. Tradução Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Ed. da Unesp, 2006.

_____. **A era dos direitos**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Nova edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

_____. **Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos**. Tradução Daniela Beccacia Versiani. 29. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

_____. **Elogio da serenidade: e outros escritos morais**. 2.ed. Tradução Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Ed. da Unesp, 2011.

BONAZZI, Tiziano. **Conservadorismo**. In: BOBBIO, N., MATTEUCCI, N. e PASQUINO, G. Dicionário de Política. Brasília: Editora da UnB, 1992, pp. 242-246 (Vol. 1)

BOURKE, R., 2014, “**Burke, Enlightenment and Romanticism**”, em Dwan and Insole, 2012: 27–40.

BROWN, David. Webb, Clive. **Race in the American South: From Slavery to Civil Rights**. Edinburgh University Press. Inglaterra, 2007, p. 68-80.

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a revolução na França**. Tradução José Miguel Nanni Soares. São Paulo: EDIPRO, 2014.

CARDOSO, J. H.; SILVA, V. S. V. da; NERES, G. M. **Como Estudar Teoria Política: Textualismo, Contextualismo Linguístico e Contextualismo Social**. In: V Simpósio Paranaense de Ciências Sociais. 18 a 20 mai. 2016. Anais V Simpósio Paranaense de Ciências Sociais: conectando mundos, repensando relações. Cascavel/PR: UNIOESTE, 2016. Artigos, p. 63-85.

CECIL, Hugh. **Conservantism**. Londres: Williams and Norgate, 1912.

CHAUI, M. S. **O que é Ideologia**. 2º ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

CHAUI, Marilena de Souza. **Ideologia e educação**. Educ. Pesquisa, São Paulo , v. 42, n. 1, p. 245-258, mar. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022016000100245&lng=pt&nrm=iso>

COBBAN, A., **Edmund Burke and the Revolt Against the Eighteenth Century: A study of the political and social thinking of Burke, Wordsworth, Coleridge and Southey** , London: George Allen & Unwin, 2nd edition

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. In: _____. Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas. 4.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **Cultura e sociedade no Brasil**. In: _____. Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas. 4.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011b.

COUTINHO. João Pereira. **As ideias conservadoras: explicadas a revolucionários e reacionários**. São Paulo: Três Estrelas, 2014.

CROWTHER, Ian. Conservadorismo. Verbetes. In: OUTHWAITE, William. BOTTOMORE, Tom (Orgs.). **Dicionário do pensamento social do século XX**. Versão brasileira Renato Lessa e Wanderley Guilherme dos Santos. Tradução Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

DAHL, Robert A. **A Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

DANCY, J., **Ética sem Princípios**, Oxford: Oxford University Press, 2004.

DUMÉNIL. Gérard; LÉVY, Dominique. **A crise do neoliberalismo**. Tradução Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014.

DUNCAN, G., **Marx e Mill: Duas visões de Conflito Social e Harmonia Social**, Cambridge: Cambridge University Press.

DYER, C. **Ganhando a vida na Idade Média: o povo da Grã-Bretanha, 850-1520**, Yale: Yale University Press.

EAGLETON, T. **Ideologia: uma introdução**. Tradução de Silvana Vieira e Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Editora Boitempo, 1997 [1991].

ECCLESHALL, R. “**Michael Oakeshott e Conservatismo Cético**”, em L. Tivey & A. Wright (eds.), *Pensamento Político desde 1945*, Cheltenham: Elgar Publishing, 1992.

FEAVER George Arthur. **Ensaio sobre Reflexões Sociais**. Ciência e Poder. Georgia, 1998.

FEINBERG, J., **Duty and Obligation in the Non-Ideal World**: Review of Rawls's Theory of Justice, *Journal of Philosophy*, 70(9): 263–275.

FERREIRA, Gabriela Nunes; BOTELHO, André. **Revendo o pensamento conservador**. In: FERREIRA, Gabriela Nunes; BOTELHO, André (Orgs.). *Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2010. (Col. Pensamento Político-Social, v.3).

FULLER, Timothy. **Oakeshott's rationalism in politics today**. In: OAKESHOTT, Michael. *Rationalism in politics and other essays*. 2 ed. Indianápolis: Liberty Fund, 1991.

FRANCO P. **Hegel's Philosophy of Freedom**, New Haven and London: Yale University Press, 1999.

FRANCO, P. AND L. MARSH (eds.), **A Companion to Michael Oakeshott**, University Park, PA: Penn State University Press, 2012

GAMBLE, A., **Política ideológica de Oakeshott: conservador ou liberal**, em E. Podoksik 2012: 153–176.

GASPARD, Toufick. **A Political Economy of Lebanon 1948–2002: The Limits of Laissez-faire**. Boston: Brill, 2004.

GERENCSEK, Steven Anthony. **A democratic Oakeshott?** In *Political Research Quarterly*, vol. 52, n. 4, p. 845-865, dez. 1999

GEWIRTH, A., 1983, **Human Rights: Essays on Justification and Applications**, Chicago: Chicago University Press.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução Raul Fiker. São Paulo: Ed. da Unesp, (Col. Biblioteca Básica).1991.

GRAHAM, G., **Politics In Its Place** , Oxford: Oxford University Press, 1986.

GRAY, J., **Liberalism** , Milton Keynes: Open University Press, 2007

_____. **Anatomia de Gray: Escritos Selecionados**, Harmondsworth, Middlesex: Penguin, 2010

HAYEK, Friedrich von. **O caminho da servidão**. Tradução Ana Maria Capovilla, José Ítalo Stelle, Liane de Moraes Ribeiro. São Paulo: Vide Editorial, 2013.

HARVEY, David. **Os limites do capital**. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013.

HEARNshaw, F. J. C. **Conservatism in England: an analytical, historical, and political survey**. Londres: Macmillan, 1933.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. 8.ed. Tradução Marcia Sá Cavalcante Schuback. Rio de Janeiro: Vozes, 2013. (Col. Pensamento Humano).

HOBBSAWM. Eric. **A era dos extremos – o breve século XX: 1914 a 1991**. 2.ed. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOGG, Quintin. **The case for conservatism**. Londres: Penguin Books, 1947.

HORTON, John. **A qualified defense of Oakeshott's Politics of Scepticism**. European Journal of Political Theory, vol. 4, n. 1, p. 23-36, 2005.

HUME, David. **Inquiry Concerning Human Understanding**. 1998.

_____. **Ensaio Morais, Literários e Políticos** ed. Eugene Miller (Indianapolis: Liberty Classics, 1985).

HUENEMANN, Charlie. **Racionalismo**. Tradução Jacques A. Wainberg. Rio de Janeiro: Vozes, 2012. (Col. Pensamento Moderno).

IAMAMOTO. Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 11.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. 36.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

ISRAEL, J., **Radical Enlightenment: Philosophy and the Making of Modernity 1650–1750**, Oxford: Oxford University Press.

KEKES, J., **O que é o conservadorismo?** *Philosophy*, 72 (281): 351–374.

KLEIN, Joel. **Análise dos Fundamentos da Distinção Kantiana entre *Noumenon* e Fenômeno**. *Argumentos: Revista de Filosofia*. Ano 2, n. 3. 2010. P. 25-35.

KIRK, Russel. **A política da prudência**. Tradução Gustavo Santos, Márcia Xavier de Brito. São Paulo: Realizações, 2014. (Col. Abertura Cultural).

KRISTOL, I. **America's Exceptional Conservatism, in Neoconservatism: The Autobiography of an Idea**. New York: The Free Press, 2010.

LESSA, Sérgio. **Capital e estado de bem-estar: o caráter de classe das políticas públicas**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

LIPSET, S. M. (1996). "Political Sociology,". In: ZETTERBERG, H. L. (org.). *Sociology in the USA*. Paris, UNESCO, p. 45-55.

London School of Economics. ***Fabian Society and Young Fabians***. Digital Library. <<https://digital.library.lse.ac.uk/collections/fabiansociety/tracts1884-1901>>. Acesso em 03/12/2018.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. Tradução Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Socialismo e democratização: escritos políticos 1956-1971**. Tradução Carlos Nelson Coutinho, José Paulo Netto. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2008. (Col. Pensamento Crítico, v. 11).

MAPEL, David. **Purpose and Politics: can there be a Non-Instrumental Civil Association?** *The Political Science Reviewer*, vol. 21, n. 1, p.63-80, 2010

MARQUES, Nicolau. **MICHAEL OAKESHOTT: A Política sem Ilusões**. *Revista Gepolis*, p. 93-110, 1999.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. Tradução Carlos Eduardo Silveira Matos, Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Col. Os Economistas.)

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro primeiro. 2.ed. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Col. Os Economistas, v. 1.)

MÉSZÁROS, Istvan. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução Paulo César Castanheira, Sergio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

MILL, JS, [CW], **Collected Works**: Vol. I, II e III, London: Routledge, 2010

MINOGUE, Kenneth R. **Michael Oakeshott: o Oceano Ilimitado da Política**. In: CRESPIGNY, Anthony de; MINOGUE, Kenneth R. *Filosofia Política Contemporânea*. 2 ed. Brasília: Editora da UnB, 1982.

MISES, Ludwig Von. **Liberalismo**. Tradução Haydn Coutinho Pimenta. 2.ed. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises - Brasil, 2010.

MOITAGNE, M. **Os Ensaio**s. São Paulo, Martins Fontes, 2002.

NEIMAN, S. **Moral Clarity: A Guide for Grown-Up Idealists**, London: Vintage, 2011

NISBET, Robert. **O conservadorismo**. Tradução M. F. Gonçalves de Azevedo. Lisboa: Editorial Estampa, 1987. (Col. Temas de Ciências Sociais.)

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. Leila Escorsim. **O conservadorismo clássico**: elementos de caracterização crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

OAKESHOTT, Michael. **On Being Conservative**. Riverside community college district. 2009. Disponível em <http://faculty.rcc.edu/sellick/On%20Being%20Conservative.pdf>. Consultado em 11 de novembro de 2018.

_____. **Experience and its Modes**. Indianapolis: Liberty Fund, 1999.

_____. **Lectures in the History of Political Thought**. Exeter: Imprint Academic, 2006.

_____. **On Human Conduct**. Oxford: Oxford University Press, 1975.

_____. **Rationalism in Politics and other essays**. 2 ed. Indianápolis: Liberty Fund, 1991.

_____. **Ser conservador**. Tradução Rafael Borges. Gabinete de Estudos Gonçalo Begonha, 2014. Disponível em: <http://portalconservador.com/livros/MichaelOakeshott-Ser-Conservador.pdf>

_____. **The Politics of Faith and the Politics of Scepticism**. New Haven: Yale University Press, 1996

O'HEAR, Anthony, **Conservantismo**, Routledge Encyclopedia of Philosophy , E. Craig (ed.), Londres: Routledge, 1998.

PAREKH, Bhikhu. **The Political Philosophy of Michael Oakeshott**. British Journal of Political Science, vol. 12, 2013.

PARSONS, Talcott. **A estrutura da ação social**: um estudo de Teoria Social com especial referência a um grupo de autores europeus recentes. Tradução Vera Joscelyne. Rio de Janeiro: Vozes, 2010a. (Col. Sociologia, v. 1.)

_____. **A estrutura da ação social**: um estudo de teoria social com especial referência a um grupo de autores europeus recentes. Tradução Raquel Weiss. Rio de Janeiro: Vozes, 2010b. (Col. Sociologia, v. 2).

PEREIRA, Vitor. **A Relação Estado-Sociedade a partir da Filosofia Política: um diálogo com Edmund Burke e Michael Oakeshott**. Revista de Teorias e Filosofias do Estado. Volume 2, n.1. Brasília, 2016. P. 92-111.

POCOCK, J., **A constituição antiga e a lei feudal**: Um estudo do pensamento histórico inglês no século XVII , Cambridge: Cambridge University Press.

POPPER, Karl R. **A sociedade aberta e seus inimigos**. Tradução Milton Amado. 3.ed. Tomo II. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1987. (Col. Biblioteca de Cultura Humanista.)

_____. **A lógica da pesquisa científica**. Tradução Leônidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. 2.ed. São Paulo: Cultrix, 2013.

_____. **A miséria do historicismo**. Tradução Octany S. da Mota & Leonidas Hegenberg. São Paulo: Edusp, 1980.

QUINTON, A., **A Política da Imperfeição: as Tradições Religiosas e Seculares do Pensamento Conservador na Inglaterra**, de Hooker a Oakeshott , Londres: Faber, 1978.

RABIN, M. Jeffrey. **The idea of freedom in Michael Oakeshott and the contemporary liberal-communitarian debate**. PhD thesis, London School of Economics and Political Science (United Kingdom), 1999. Disponível em <http://etheses.lse.ac.uk/2873/1/U615823.pdf>. Acesso: 07/11/2018.

ROTHSCHILD, E. **Sentimentos Econômicos: Adam Smith, Condorcet e o Iluminismo**. Harvard: Harvard University Press, 2001

SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007. (Col. Questões da Nossa Época, v.132).

SCHON, Donald. **Formar professores como profissionais reflexivos**. In: NÓVOA, António (Org.) Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 2012, p.77-91.

SCHWARZ, Roberto. **As ideias fora do lugar: ensaios selecionados**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014. (Col. Grandes Ideias).

SCHULTZ, B. (ed.), 1992, **Essays on Sidgwick**, Cambridge: Cambridge University Press.

SCRUTON, R., **The Meaning of Conservatism**, Harmondsworth, Middlesex: Penguin, 2004.

SKORUPSKI, J. 2015, "**The Conservative Critique of Liberalism**", in Steven Wall (ed.), *The Cambridge Companion to Liberalism*, pp. 401–422, Cambridge: Cambridge University Press.

SILVA, Vânia S. V. (2016). **O Contextualismo Social de Neal Wood e Ellen Meiksins Wood: Uma introdução.** In: V Simpósio Paranaense de Ciências Sociais. 18 a 20 mai. 2016. Anais V Simpósio Paranaense de Ciências Sociais: conectando mundos, repensando relações. Cascavel/PR: UNIOESTE, 2016. Artigos, p. 86-110.

_____, Vania S. V.; NEVES, G. M.; DOMBROWSKY, Osmir. **A construção do conceito moderno de democracia: versão inicial de um projeto de pesquisa**. *Tempo da Ciência*, Toledo, v. 23. n. 45, p. 116 - 134, jan. / jun.2016

SILVA, Ricardo. "**O Pensamento Político de Oakeshott**". *Dados*, vol. 67, no 5, 2016

SILVA, Neide. C. **Entre a liberdade e a virtude: pensamento social e político de Michael Oakeshott**. Centro de Educação e Ciências Humanas. Volume II. Janeiro/2016.

SPENCER, Herbert. **The Man versus the State**. Indianápolis: Liberty Fund, 2009

STEINER, George. "**Aspects of Counter-revolution**". In: BEST, Geoffrey (ed.). *The Permanent Revolution: The French Revolution and Its Legacy, 1789-1989*. Chicago: The University of Chicago Press, 1989.

STEINER, Rudolf. **O retrato de um visionário**. São Paulo: Ed. Elevação, 2007, pp. 153-163.

STEWART, J. **Opinion and Reform in Hume's Political Philosophy**, Princeton: Princeton University Press, 2014.

SWEET, W., **Bosanquet e Pensamento Político Britânico**, *Laval Théologique et Philosophique*, 55 (1): 99–114. [Doce 1999 disponível online]

TELES, Steven; KALINER, Matthew. **The Public Policy of Skepticism**. *Perspectives on Politics*, vol. 2, n. 1, p. 39-53, mar. 2004.

TRILLING, Lionel. **The Liberal Imagination**. New York: New York Review of Books, 2008. Publicado originalmente em 1950.

TRIPP, D. **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica.** Educação e Pesquisa, São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

WOOD, Neal “**The social history of political theory.**” Political Theory, V. 6, N. 3, ago. de 1978.

_____. **Reflections on Political Theory:** a voice of reason from the past. New York: Palgrave, 2002.

ANEXOS

A - O IDEAL HUMANO NAS OBRAS DE MICHAEL OAKESHOTT

TABELA 1

Ano de Publicação	Obra	Observações “Humanísticas”
1933	Experiência e seus modos	<ul style="list-style-type: none">- Tudo o que é satisfatório na experiência é verdadeiro, e é verdade porque é satisfatório.- Experiência para ser experiência deve ser realidade;- A verdade para ser verdade deve ser verdade da realidade.- Experiência, verdade E realidade são inseparáveis.
1947	Racionalismo na política	<ul style="list-style-type: none">- Por uma estrada ou outra, por convicção, por sua suposta inevitabilidade, por seu suposto sucesso, ou mesmo de forma irrefletida, quase toda a política hoje se tornou racionalista ou quase racionalista- O caráter geral e a disposição do racionalista não são difíceis de identificar. No fundo, ele permanece (ele sempre permanece) para a independência mental em todas as ocasiões, para o pensamento livre da obrigação de qualquer autoridade, exceto a autoridade da "razão".

		<p>Suas circunstâncias no mundo moderno o tornaram contencioso: ele é o inimigo da autoridade, do preconceito, do meramente tradicional, costumeiro ou habitual. Sua atitude mental é ao mesmo tempo cética e otimista: cética, porque não há opinião, hábito, crença, nada tão firmemente enraizado ou tão difundido que hesite em questioná-la e julgá-la pelo que ele chama de "razão"; otimista, porque o racionalista nunca duvida do poder de sua "razão" (quando aplicada corretamente) para determinar o valor de uma coisa, a verdade de uma opinião ou a propriedade de uma ação.</p> <ul style="list-style-type: none">- Por um resumo perdoável da história, o caráter racionalista pode ser visto a partir do exagero das esperanças de Bacon e da negligência do ceticismo de Descartes; O racionalismo moderno é o que as mentes comuns fizeram com a inspiração dos homens de discriminação e gênio.- A política racionalista, eu disse, é a política da necessidade sentida, a necessidade sentida não qualificada por um
--	--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

		<p>conhecimento genuíno e concreto dos interesses permanentes e da direção do movimento de uma sociedade, mas interpretada pela "razão" e satisfeita de acordo com a técnica. de uma ideologia: eles são a política do livro.</p> <p>- O racionalismo na política, como interpretei, envolve um erro identificável, um equívoco em relação à natureza do conhecimento humano, que equivale a uma corrupção da mente. E, conseqüentemente, não tem o poder de corrigir suas próprias deficiências; não tem qualidade homeopática; você não pode escapar de seus erros tornando-se mais sinceramente ou mais profundamente racionalista</p> <p>- A situação difícil do nosso tempo é que os racionalistas têm trabalhado tanto tempo em seu projeto de retirar o líquido em que nossos ideais morais foram suspensos (e despejá-lo como inútil) que somos deixados apenas com o resíduo seco e arenoso que nos estrangula enquanto tentamos derrubá-lo. Primeiro, nós fazemos o nosso melhor para destruir a autoridade dos pais (por causa de seu suposto</p>
--	--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

		<p>abuso), então nós sentimentalmente deploramos a escassez de 'boas casas', e terminamos criando substitutos que completam o trabalho de destruição. E é por essa razão que, entre muitas outras coisas que são corruptas e doentias, temos o espetáculo de um conjunto de políticos racionalistas e hipócritas, pregando uma ideologia de altruísmo e serviço social a uma população na qual eles e seus antecessores fizeram sua melhor destruir a única raiz viva do comportamento moral; e opor-se a outro grupo de políticos que se interessa pelo projeto de nos converter do racionalismo sob a inspiração de uma nova racionalização de nossa tradição política.</p>
1956	Em ser conservador	<p>- Ser conservador, então, é preferir o familiar ao desconhecido, preferir o experimentado ao não experimentado, fato ao mistério, o atual ao possível, o limitado ao ilimitado, o próximo ao distante, o suficiente ao superabundante. , o conveniente para o riso perfeito, presente à felicidade utópica</p>

1959	A voz da poesia na conversação da humanidade	- A poesia é uma espécie de evasão, um sonho dentro do sonho da vida, uma flor silvestre plantada entre o nosso trigo.
1951	Educação política	- Na atividade política, então, os homens navegam em um mar sem limites e sem fundo; não há porto para abrigos nem piso para ancoradouro, nem ponto de partida nem destino designado. A empresa deve manter-se em equilíbrio; o mar é amigo e inimigo; e a marinaria consiste em usar os recursos de uma maneira tradicional de comportamento para fazer um amigo de toda ocasião hostil.
1975	Em conduta humana	- É composto por três ensaios interligados. Cada um tem sua própria preocupação: o primeiro com compreensão teórica e com a conduta humana em geral; o segundo com um modo ideal de relacionamento humano que o autor chamou de associação civil; e o terceiro com aquela associação histórica ambígua, comumente chamada de Estado europeu moderno. Percorrer o trabalho é a crença do professor Oakshott na reflexão filosófica como uma aventura: a aventura de

		<p>quem busca entender em outros termos o que ele já entende, e onde o entendimento é buscado é uma revelação das condições do entendimento desfrutado e não um substituir por isso. Sua expressão mais apropriada é um ensaio que, escreve ele, "não dissimula a condicionalidade das conclusões que lança e, embora possa esclarecer, não instrui".</p>
--	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Adaptado de Teles (2004)

B – BIBLIOGRAFIA DE MICHAEL OAKESHOTT

TABELA 1 - Bibliografia de Oakshott

Ano	Tema	Publicação
1933	Experiência e seus modos	Cambridge University Press
1936.	Um Guia para os Clássicos, ou, Como Escolher o Derby. Com o GT Griffith.	Londres: Faber e Faber
1939.	As Doutrinas Sociais e Políticas da Europa Contemporânea	Cambridge: Cambridge University Press
1941.	As Doutrinas Sociais e Políticas da Europa Contemporânea , 2ª edição.	Cambridge: Cambridge University Press
1942.	As Doutrinas Sociais e Políticas da Europa Contemporânea com cinco prefácios adicionais por FA Ogg	Cambridge: Cambridge University Press
1947.	Um novo guia para o Derby: Como escolher o	Londres: Faber e Faber

	vencedor. Com o GT Griffith	
1955.	La Idea de Gobierno en la Europa Moderna	Madri: Ateneo
1962.	Racionalismo na política e outros ensaios	Londres: Methuen (edição expandida - 1991, pelo Liberty Fund)
1966.	Rationalismus in der Politik . (tradução: K. Streifthau)	Neuwied und Berlin: Luchterhard
1975.	Sobre a conduta humana	Oxford: Oxford University Press
1975	Hobbes sobre Associação Civil	Oxford: Basil Blackwell
1983.	Sobre História e Outros Ensaios	Basil Blackwell
1985.	La Condotta Umana	Bolonha: Società Editrice il Mulino
1989.	A voz da aprendizagem liberal	New Haven e Londres: Yale University Press

Fonte: Adaptado de Oakshott (2006)

TABELA 2 – Bibliografia após sua morte

Ano	Tema	Publicação
1991.	Racionalismo em Política e Outros Ensaios	Indianápolis: Liberty Press
1993.	Moralidade e Política na Europa Moderna	New Haven: Yale University Press
1993.	Religião, política e vida moral	New Haven: Yale University Press
1996.	A Política da Fé e a Política do Ceticismo	New Haven: Yale University Press
2000.	Zuversicht e Skepsis: Zwei Prinzipien neuzeitlicher Politik . (trad. C. Goldmann).	Berlim: Fest
2004.	O que é história? E outros ensaios	Thorverton: Ficha acadêmica

2006.	Palestras na História do Pensamento Político	Thorverton: acadêmica	Ficha
2007.	O Conceito de uma Jurisprudência Filosófica: Ensaios e Revisões 1926–51	Thorverton: acadêmica	Ficha
2008.	O Vocabulário de um Estado Europeu Moderno: Ensaios e Revisões 1952–88	Thorverton: acadêmica	Ficha
2010.	Primeiros Escritos Políticos 1925–30	Thorverton: acadêmica	Ficha

Fonte: Adaptado de Parekh (2013)